

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
MESTRADO EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**O ARCO-ÍRIS (DES)COBERTO:
HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS,
MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADES REGIONAIS
– OS CASOS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Guilherme Rodrigues Passamani

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**O ARCO-ÍRIS (DES)COBERTO:
HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS, MOVIMENTOS
SOCIAIS E IDENTIDADES REGIONAIS.
– OS CASOS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES**

por

Guilherme Rodrigues Passamani

Dissertação apresentada ao Mestrado em Integração Latino-Americana do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Integração Latino-Americana – História Latino-Americana.**

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado em Integração Latino-Americana**


A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova Dissertação

**O ARCO-ÍRIS (DES)COBERTO: HOMOSSEXUALIDADES
MASCULINAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADES
REGIONAIS – OS CASOS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES**

elaborada por
Guilherme Rodrigues Passamani

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
(Presidente/Orientador)


Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)


Profa. Dra. Zulmira Newlands Borges (UFSM)

Aos meus pais, *Pedro e Lizete*, que foram, são e continuarão a ser o espelho no qual tento me ver todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Na reta final do Mestrado vivi pela primeira vez a experiência de estar na Europa. Conquistei a oportunidade de estudar por um semestre junto a Universidade de Coimbra, em Portugal. E foi desde os bancos medievais da tradicional Academia de Coimbra que escrevi boa parte deste texto que ora é avaliado e também é, desde estes bancos, que começo a agradecer a muitas pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Sei que estou ao final de um ciclo, olho pela janela e as folhas estão caídas na rua que dá acesso à Praça Dom Diniz, no largo central da Universidade de Coimbra. Estas folhas caídas denunciam que é final de outono, que fecha o ciclo do verão e que logo chegará o inverno. Olho por esta mesma janela e vejo Santa Maria, a distante cidade dos Montes que me acolheu com muito carinho nos últimos seis anos, a ela e sua gente agradeço de imediato.

Também agradeço ao povo do Brasil, que em sua maioria eu não conheço e que também na sua grande maioria nunca vai ler este texto, mas que mesmo assim me possibilitou estudar na UFSM, uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e que precisa sempre repetir este slogan para não esquecer jamais a força do público diante da ingerência patrimonialista que nos assola nestes pobres dias.

Meu agradecimento ao Mestrado em Integração Latino-Americana pela formação. Agradeço especialmente à Professora Jânia Saldanha, atual coordenadora e uma entusiasta do Mestrado e a Dona Maristela, muito mais que uma funcionária, a verdadeira alma do MILA.

Outrossim, é fundamental o agradecimento a CAPES que financiou minha pesquisa nestes dois anos.

Ao meu orientador, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, pela disposição em tomar para si um problema que não era seu e, ainda que distante de sua linha de pesquisa fez sempre pelo melhor e postou as críticas necessárias, desafiou-se e desafiou-me. Agradeço pela leitura atenta, pela mostra de caminhos, pelo incentivo. Minha gratidão.

À Professora Maria Medianeira Padoin, com quem trabalhei desde 2003, como bolsista de iniciação científica do CNPq e que foi minha primeira orientadora no MILA, quando então eu discutira História Política da Região Platina. Meu respeito e gratidão à Professora Medianeira pela sensibilidade de perceber que antes da produção científica quase mecânica precisa estar a realização do produtor de conhecimento, a felicidade em fazer ciência. Agradeço-lhe por ter-me permitido voar por outras paragens e poder realizar-me como mestrando.

Aos meus colegas de MILA: Gabes, Rossatto, Maccari, Faeco, Aia, Daia, Kat, Marília, Jaque e Gecira que de uma forma ou outra foram companheiros importantíssimos para um clima de fraternidade e propício ao aprendizado. Personas sempre bem lembradas.

Aos meus colegas do curso de História da UFSM: André Jobim, Camila Santos, Nielle Villanova, Viviane Bandinelli, por representarem que a faculdade é bem mais do que algumas horas de aula. Para a vida e para sempre. Amo vocês.

Um agradecimento especial a Fernanda Cardozo, amiga e irmã mais velha. A saudade da distância só não é maior que a certeza do amor que sinto por ti.

À professora Elcira Simone Pinto Dutra, pela leitura atenta e por todas as correções necessárias de português, nestas longas quase duzentas páginas. Além disso, agradeço por ser uma amiga de tantas boas e más horas, nesta e em todas as outras vidas.

Á Edy de Quadros Marzullo, minha madrinha, linda, corajosa e persistente. Amo.

Aos meus dezoito entrevistados que foram solícitos, solidários e me permitiram adentrar seus mundos e sem os quais este trabalho nunca teria sido possível. Estamos juntos na luta contra a homofobia e em defesa da cidadania de quem quer que seja.

Ao Cristiano Sobrosa Monteiro, por reconhecer nele a paixão pela Antropologia tão ausente e tão necessária.

Ao Mateus da Fonseca Capssa Lima, por reconhecer nele a certeza de que é possível apaixonar-se pela História e através dela, por que não, mudar o mundo.

Aos colegas da UFSM que junto a mim foram desbravar Portugal: André, Edinei, Fernanda, Juliana, Bruna, Renata, Maíra, Mateus e Amanda. Esta aventura faz parte de nossa história e nos fez bons amigos.

Um agradecimento muito especial grupo de amigos que fiz em Portugal e sem os quais os dias naquelas distantes terras teriam sido insuportáveis: Lucas Alves, Ramon Blanco, Carla Veiga, Mariana Barreto, Fernando Borges, Isabel Larcher. Day e Mara.

Aos professores da Universidade de Coimbra: Rui Bebiano, Vitor Neto, Aparecida Nascimento, com os quais aprendi muito, especialmente através de horas de pesquisa no Instituto de Estudos Brasileiros, no Instituto de História e Teoria das Idéias e no Centro de Estudos Sociais, onde preciso agradecer ao Professor Giovanni Alegretti e a pesquisadora Ana Cristina Santos. Todos estes foram importantes nestes meses de Europa.

Agradeço a todos os meus demais amigos, colegas, conhecidos, companheiros de luta política e militância estudantil que, durante estes anos, foram peças fulcrais ao contribuir para que eu me tornasse quem sou hoje.

Ao Joaquín, a grata surpresa dos tempos de Europa. A lente mais precisa ao me ensinar Barcelona. Joaquín com seus sonhos e com sua câmera fez com quem eu realmente acreditasse que a vida pode ser um filme. Joaquín que na distante Espanha lê Caio Fernando Abreu e cuja inspiração me fez transpor os textos de Caio para esta Dissertação. Joaquín da minha saudade, da minha lembrança e do meu carinho.

Por fim, aos amores de várias vidas. Pedro Ivo da Costa Passamani e Lizete Rodrigues Passamani. Meus nortes e o porto mais seguro. São o começo, o meio e o fim da minha história. Ensinaram-me desde cedo o valor da palavra família e a certeza de que a glória só vem pelo trabalho e pela persistência. Não sou, nem nunca serei como vocês, mas tenho muito de vocês e isso faz de mim um ser privilegiado. Do fundo deste coração estranho, renasce a cada dia o amor por vocês. Recomeçar sempre. Nós nos amamos.

E algum dia, finalmente, se saberá a verdade tão secretamente guardada: a homossexualidade não é nada. Não foi no princípio e não será no futuro. Quando tirarmos dela todas as fogueiras, todas as torturas, todas as mentiras, todo o ódio, toda a ignorância, todo o preconceito, descobriremos que não há nada.

Aprendi, depois desta viagem alucinante, que uma porcentagem, sempre mais ou menos similar da população, ao longo dos séculos, em todas as culturas, em todos os continentes, sentiu uma ânsia mais ou menos similar, a minha.

É isso o único que tenho em comum com muitos deles.

Entretanto, essa ânsia foi, muitas vezes, e continua sendo castigada irracionalmente – isso deveria ficar claro, irracionalmente - e fez com que convertêssemos-nos em uma imensa minoria que à ânsia, deveríamos acrescentar outros traços comuns.

Aprendemos a mentir-nos primeiro, a mentir depois. A esconder-nos, a desvalorizar-nos, a depreciar-nos. A não confiar em nossa família mais próxima (sustento que é impossível para qualquer heterossexual, inclusive o mais aberto, saber o que isso significa. Os filhos negros, os filhos judeus sempre tiveram em sua casa um lugar onde resguardar-se das estúpidas ofensas externas. O primeiro lugar onde um filho homossexual é ofendido é em sua própria casa. Teu filho conta com vocês?). A não falar. A aceitar resignadamente que as coisas são assim. A envergonhar-nos de cada gesto íntimo.

Não era nada e depois foi pecado (não foi Deus, foi um grupo de pessoas que decretou) e depois foi uma doença (tão arbitrária que um dia deixou de ser) e também foi um delito (usado sempre discretamente). E depois foi tudo junto: pecado, doença e delito. Como reagir tendo como opositores a Religião, a Ciência e o Estado?

O dia em que nasceu o conceito de “orgulho gay” começou a frear-se a injustiça. Orgulhar-se disso que esperam que te envergonhe foi a barreira frente ao avassalamento com que a maioria se relacionou conosco.

“Que necessidade você tem de contar sobre isso?”, perguntam alguns. Como se pudéssemos existir sem dizer. Só ao nomear-nos existimos. Há alguns que, inclusive, não se dão conta de que não querem que nos nomeemos porque não querem que nós existamos.

“Se todos fossem homossexuais, a humanidade não teria futuro”. É mentira, os homossexuais não somos estereis. Mas não é o ponto. Nunca, nenhum de nós, pediu que todos fôssemos iguais. Esse é um delírio de alguns heterossexuais. A nós, não nos ocorre que todos deveriam ser como a gente. A muitos heterossexuais, sim.

Desorientados frente a nosso orgulho e nossos avanços, alguns heterossexuais pedem compreensão. “Não compreendem o que nos ocorre?”, perguntam assombrados de que nos neguemos a pedir permissão para existir. Costumo exagerar, mas não imagino o torturador dizendo ao torturado na sala de torturas: “Não te queixes, não me entendes? Achas que é fácil ver-te assim, sangrando?” O mundo está muito estranho: os filhos gays é que têm que acabar por entender a seus pais. Como podem pedir isso?

- Velhos, queria lhes dizer que estou namorando.

- Que alegria, filho. Com um menino, ou com uma menina?

Algum dia vai ocorrer. Eu gostaria de presenciar. Por isso escrevi este livro. Porque a homossexualidade voltará a ser o que nunca deveria ter deixado de ser: nada.

(Osvaldo Bazán – Historia de la Homosexualidad en la Argentina De la conquista de América al siglo XXI – **Epílogo**. Tradução minha.)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria

O ARCO-ÍRIS (DES)COBERTO: HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADES REGIONAIS – OS CASOS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES

AUTOR: GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI

ORIENTADOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2008.

Esta pesquisa discute homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais a partir de entrevistas com dezoito homens gays de Porto Alegre e Buenos Aires em sua maioria com idades entre 25 e 35 anos. O grupo de entrevistados divide-se em militantes e não militantes, no movimento homossexual, uma vez que o intuito da pesquisa é saber o quanto as identidades regionais influenciam a não opção pelo ativismo em um movimento social de minoria sexual. Os informantes pertencem às classes médias e em sua maioria têm ou estão a concluir o Ensino Superior. Os dados foram coletados através de uma pesquisa qualitativa, com viés antropológico, iniciada com uma observação participante, em bares e festas direcionadas ao público GLBTT e entrevistas gravadas nas duas cidades. Em comum, além das práticas homoeróticas, e da situação sócio-econômica, os informantes são oriundos de cidades do interior e migram para Buenos Aires e Porto Alegre por questões estudantis e profissionais, mas, sobretudo para conseguir praticar sua sexualidade de forma mais “tranqüila”. No texto são discutidas questões que buscam perceber o lugar reservado às homossexualidades ao longo da história, bem como a construção de homossexualidades reservadas que adequam-se a estes lugares ou não-lugares. Em um segundo momento, a discussão centra-se nos movimentos sociais, abarcando o movimento homossexual neste interior e problematizando suas práticas, políticas e estratégias na reivindicação e posterior conquista de direitos. Discuto estas questões para além dos militantes, tentando pôr em tela as visões distintas da militância e as razões que levam a maioria dos informantes a não militarem em um grupo gay. Entendo, porém que este trabalho não encerra a questão em vista da problemática em torno das homossexualidades ser ainda recente nas Ciências Sociais e Humanas. No entanto, por acreditar que a discussão da questão pode suscitar novos olhares e propiciar, quem sabe, a quebra de antigos tabus é que ofereço esta dissertação como uma modesta contribuição.

Palavras-chaves: Homossexualidade, Movimentos Sociais, Identidades Regionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I – O ARCO-ÍRIS COBERTO	16
CAPÍTULO I – PESQUISAR HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS	17
1.1 – Preliminares.....	17
1.2 – Os espaços pesquisados.....	23
1.3 – O instrumental	28
CAPÍTULO II – ENTRE TEMPOS E LUGARES: AS HOMOSSEXUALIDADES E A HISTÓRIA.....	32
2.1 – O lugar das homossexualidades na América Latina.....	32
2.2 – O lugar das homossexualidades entre as Ditaduras Militares e as Esquerdas.....	34
2.3 – O lugar das homossexualidades no Brasil.....	39
2.4 – O lugar das homossexualidades na Argentina.....	45
2.5 – O lugar das homossexualidades nas Relações Internacionais.....	50
CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DE HOMOSSEXUALIDADES RESERVADAS.....	55
3.1 – Cenários de dominação masculina e poderes vigilantes.....	55
3.2 – Algumas considerações sobre um grupo de homens gays de Porto Alegre.....	60
3.3 – Pesquisando algumas homossexualidades portenhas: tensões e negociações.....	68
3.4 – Homossexualidades reservadas: a gênese de um conceito.....	74
PARTE II – O ARCO-ÍRIS DESCOBERTO	82
CAPÍTULO IV – HOMOSSEXUALIDADES E (NOVOS) MOVIMENTOS SOCIAIS	83
4.1 – Os “velhos” movimentos sociais.....	83

4.2 – Os “novos” movimentos sociais.....	86
4.3 – Redes de movimentos sociais.....	89
4.4 – As homossexualidades em movimento.....	93
CAPÍTULO V – LUGARES DE MILITÂNCIA.....	101
5.1 – O grupo <i>Nuances</i> e suas estratégias de militância.....	101
5.2 – A <i>Comunidad Homosexual Argentina</i> e suas estratégias políticas.....	107
5.3 – <i>Somos e VOX</i> : outros discursos, outras estratégias.....	112
5.4 – A militância vista por não-militantes.....	118
CAPÍTULO VI – TEMPO DE LUTAS E CONQUISTAS.....	125
6.1 – A humanização do Direito.....	125
6.2 – As conquistas civis em Porto Alegre.....	131
6.3 – As conquistas civis em Buenos Aires.....	135
6.4 – O encontro dos discursos: uma vontade de futuro.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXOS.....	159
Anexo 1 – Dados dos informantes da pesquisa.....	160
Anexo 2 – Roteiro dos informantes não-militantes.....	161
Anexo 3 – Roteiro dos informantes militantes.....	162
Anexo 4 – Termo de consentimento informado.....	163

INTRODUÇÃO

O arco-íris (des)coberto é mais uma etapa de minhas discussões a respeito das homossexualidades masculinas. Nesse momento, permitindo-me pensar as homossexualidades de forma comparada entre Brasil e Argentina, através de pesquisas em Porto Alegre e Buenos Aires, conforme ficará claro ao longo do texto.

Embora os estudos que englobem as homossexualidades masculinas sejam recentes no Brasil, muito tem sido produzido, sobretudo nas ciências humanas e sociais. Minha discussão insere-se nesse montante de produção, destacando as homossexualidades masculinas em relação com os movimentos sociais e as identidades regionais.

Vive-se um tempo em que as homossexualidades, lentamente, deixam de pertencer ao apanágio das enfermidades, pecados, crimes e delinqüências para inserirem-se na dita *boa* sociedade. Uma *boa* sociedade que vê estes *perversos* ainda como *perversos*, mas começa a ser um pouco mais *tolerante* com esta *diferença*.

O próprio ativismo¹ homossexual, tão radical nos primeiros tempos, começa a reivindicar para si muitos dos direitos civis rejeitados, quando do surgimento do próprio movimento. A verdade é que muito mudou no movimento gay a nível mundial e o impacto do HIV-AIDS certamente foi de importância considerável, já que essa população foi atingida em grande escala nos primeiros tempos da pandemia.

Esses caminhos, estas estratégias e os lugares desde onde falam os homossexuais, militantes ou não, é um pouco do que estará inscrito neste texto ao longo destas quase duzentas páginas de uma reflexão interdisciplinar que se socorre da História, da Sociologia, da Antropologia, do Direito e das Relações Internacionais para tentar pensar questões complexas que extrapolam uma ou outra disciplina.

Caio Fernando Abreu, escritor sul-rio-grandense, falecido em meados da década de noventa, tem uma densa obra de reflexão sobre a vida cotidiana nas últimas três décadas do século XX. Trata-se de uma obra crua, real, forte, impactante. Vejo em alguns momentos o fantasma de Abreu a rondar partes deste texto, talvez iluminando muitas questões.

¹ Para os limites deste trabalho não farei distinção entre as palavras *ativismo*, *militância*, *ativista* e *militante*. Meus informantes utilizam-se destes diferentes vocábulos para nomear a participação em uma organização que reivindica direitos para a população GLBT. Portanto, não as distingo aqui. É evidente que segundo às clássicas teorias dos movimentos sociais estas palavras não são sinônimos. Militante tem todo um envolvimento mais orgânico com o movimento social, enquanto o ativista tem participações esparsas, pontuais, em algumas atividades deste movimento. Reitero, trato os vocábulos como sinônimos por uma mera comodidade didática e por estar em consonância com a fala dos informantes.

Em um pequeno conto do livro *Os dragões não conhecem o paraíso* (1988), Caio F. reflete sobre a condição humana de uma forma que tudo levava a crer que seria pessimista, não fossem rápidas pinçadelas de otimismo que dão outro tom ao texto. Refiro-me ao conto *Dama da Noite*. Neste conto, uma mulher *meio coroa* dialoga, ou sugere-se que dialoga, com um garoto em um bar. Ali há uma reflexão sobre a vida humana e o seu sentido. Segundo a *Dama da Noite* – flor que desabrocha apenas durante a noite, como esta mulher que dorme o dia todo e sai à noite para “viver” – as pessoas vivem na sua maioria em uma grande *roda gigante*. O mundo seria uma roda gigante com altos e baixos e com destinos meio traçados. Esta roda gigante não seria para todos, tal como nos parques de diversões. Nela só se entra com um código, uma senha de acesso.

O garoto de preto e com cabelo *arrepiaquinho* como a grande maioria do bar está no seu universo de iguais, logo, tem a senha para participar da roda *idiota*. Ela, uma *mina meio coroa, puta velha*, fica de fora, vendo os outros rodarem felizes na roda gigante. Sente-se soberba por não ser igual aos outros, mas não consegue negar a vontade de estar rodando junto com todos sem ser vista como diferente.

Dama da Noite teve muitos homens, muitas experiências, ganhou, perdeu, viveu intensamente e sobrou quase nada, a não ser a experiência de ter vivido tantos momentos. Além disso, sobrou uma *solidão medonha* e lembranças. É contra a solidão que esta *mina meio coroa* está no bar jogando conversa fora com esse *garotinho* de queixo *furadinho*. Segundo *Dama da Noite*, ela um dia acreditou que ia dar certo, teve a oportunidade de ter ilusão. A *garotada* de cabelo *arrepiaquinho*, de preto e que roda na *roda gigante* feliz (ingênuos) nem a ilusão tem mais, pois nascera depois que a ela havia sido morta.

Dama da Noite faz comparações entre uma e outra vida. Diz-se em vantagem por ter nascido antes, por ter sentido o gosto do prazer e por não ter nascido com a camisinha na mão, louca de medo de *pegar* AIDS. Sente-se em vantagem por ter vivido uma vida mais movimentada e menos pesada, porém não menos arriscada. Vida desafiadora que se opõe à vida *igual* de quem sobe e desce na *roda gigante*.

Na parte final do conto, Caio F. decompõe nossa heroína. A *darkérrima Dama da Noite* detalha ao seu *boy* que está todas as noites naquele mesmo bar há alguns anos a espera de seu VERDADEIRO AMOR. Surge a crítica de Abreu e a ligação com meu texto. O peso de ser diferente, ou de ser visto como diferente, ou de sentir-se como diferente, é forte demais e ninguém quer para si, sempre. Ser diferente em uma ou outra situação até vá, mas sempre, não.

Dama da Noite não suportara. Além de querer estar na roda, ela queria a norma, sem esquecer da promessa romântica do amor. Ao fim e ao cabo, diz a personagem: *dá minha jaqueta, boy, que faz um puta frio lá fora e quando chega essa hora da noite eu me desencanto. Viro outra vez aquilo que sou todo dia, fechada, sozinha, perdida no meu quarto, longe da roda e de tudo: uma criança assustada* (1988, p.98).

Dama da Noite era tão potencialmente igual, como diferente. Todos carregamos estas possibilidades em nós e as desenvolvemos dependendo das interações culturais a que estamos submetidos. As homossexualidades parecem seguir o caminho traçado pelo conto de Caio F. Eram plena subversão, inversão da ordem, explosão da ordem, liberdade total, autonomia do corpo. A AIDS funcionou como um divisor de águas.

Desde então, novos rumos, talvez para mostrar que os homossexuais também conseguem amar, casar, serem bons pais, fiéis, iguais, “normais”. Esta não foi a questão. Porém, a estratégia escolhida para alcançar tais igualdades foi a busca formal destas através da conquista de direitos civis e sociais, porque ainda que subversivos e revolucionários, muitos homossexuais estavam como *crianças assustadas*.

Do embate à conciliação. Da liberação à inserção regrada. Esta foi a opção hegemônica dentro deste complexo movimento social. Novos tempos, novas bandeiras, novas realidades. Uma opção evidentemente legítima, pois se trata de uma população desassistida em termos de direitos.

Os diferentes olhares sobre estas homossexualidades que galgam outros lugares na complexa Porto Alegre e Buenos Aires de nossos dias são um pouco do que apresento neste trabalho. Os desejos de estar dentro e fora da *roda*. Estratégias e metodologias desta busca por lugares entre iguais e diferentes é sobre o que debruçei estes últimos dois anos de estudo.

No primeiro capítulo, *Pesquisar Homossexualidades Masculinas* exponho as motivações e inclinações deste trabalho, bem como apresento as cidades pesquisadas e as razões que me levaram a Porto Alegre e Buenos Aires. Neste ponto apresento minhas opções metodológicas e desenho de forma esquemática os cenários, o trajeto a seguir e as personagens deste trabalho.² Este é um capítulo que situa o leitor tanto em relação ao meu tema e objeto de pesquisa, quanto ao trabalho em si.

Entre tempos e lugares: as homossexualidades e a história é o segundo capítulo. Nele discuto os lugares reservados para as homossexualidades em alguns tempos históricos de lugares específicos. De início, considero sobre a América Latina de maneira geral que guarda

² Todos os nomes de informantes utilizados neste trabalho são pseudônimos. Trata-se de um recurso que visa preservar os entrevistados.

a esta sexualidade uma homofobia potencializada pelo cristianismo ibérico. Entre as esquerdas e as ditaduras, cenários de nascimento do movimento homossexual de Brasil e Argentina, tais lugares de exclusão não são diferentes. À esquerda e à direita as homossexualidades são rechaçadas. A esquerda, no entanto, é mais tolerante – e esta é a palavra – com os camaradas. Brasil e Argentina – cada qual com suas peculiaridades – reservam às homossexualidades lugares de segunda categoria, ou o que é mais comum, não-lugares para estes indivíduos, desenvolvendo e aprimorando a homofobia herdada do colonizador. Este cenário acaba por contaminar, por exemplo, as relações internacionais que hodiernamente não discutem homossexualidades. É muito compreensível esta ausência diante de silêncios seculares. Todavia, é preocupante o silêncio em vista de ser a expressão da sexualidade de milhões de pessoas que estão à mercê de uma heteronormatividade que não lhe diz respeito.

No terceiro capítulo, *A construção de homossexualidades reservadas*, é onde apresento os informantes do trabalho e sua forma de viver as homossexualidades. Este capítulo é sintomático porque nele há a discussão com relação às identidades regionais e a posterior absorção destes valores pelos indivíduos e a forma de reação encontrada diante disso. Acabo o capítulo com a sistematização das informações recolhidas através do que convencionei chamar de *homossexualidades reservadas*, isto é, a forma hegemônica entre os informantes de expressar suas homossexualidades. A rigor, uma forma que contrasta com a militância homossexual dos ativistas. Este é um capítulo que mescla teoria e dados recolhidos nas entrevistas e é o que encerra aquilo que poderia ser chamado de uma primeira parte da dissertação.

O quarto capítulo seria o início de uma segunda parte do trabalho. A parte que discorrerá com maior vagar sobre os movimentos sociais homossexuais, suas organizações, conquistas e relacionamento com as populações gays não-militantes, bem como com as regionalidades.

As homossexualidades na arena dos movimentos sociais, quarto capítulo da dissertação, começa com uma abordagem teórica dos movimentos sociais mais clássicos, os ditos tradicionais, para em um segundo momento discorrer sobre os novos movimentos sociais, dentre os quais, destaca-se o movimento homossexual. Ainda neste capítulo discuto as redes de movimentos sociais como forma de estratégia encontrada por estas organizações de arregimentar mais gente para suas lutas e diversificar plataformas através da mútua cooperação. Por fim, este capítulo apresenta as homossexualidades organizadas em movimento no cenário atual, com algumas considerações que julguei importantes sobre a história do movimento gay.

No quinto capítulo, *Lugares de Militância*, apresento quatro perspectivas que foram as mais recorrentes dentre os meus informantes. Primeiro, a proposta do Grupo Nuances de independência e autonomia dos sujeitos homossexuais. Depois, a *Comunidad Homosexual Argentina*, com a busca de inserção via direitos civis. Em um terceiro momento, destaco as propostas de oposição aos grupos principais das cidades destacadas. Nesse ponto, falo sobre o Somos, de Porto Alegre, e o VOX, de Rosário, Argentina, que têm posições e metodologias distintas para tratar as reivindicações gays. Ao fim do capítulo, abro espaço para os não-militantes discutirem militância e mostrarem suas compreensões de militância gay e os lugares desde onde se pode pensar esta militância.

O sexto e último capítulo da dissertação reserva espaço para o resultado de tudo o que fora discutido com relação às homossexualidades neste trabalho. São as expectativas de futuro de militantes e não-militantes e os resultados da militância de todos os informantes, engajados ou não nos movimentos sociais homossexuais. *O encontro dos discursos: uma vontade de futuro* é um capítulo que mescla teoria e dados empíricos, que começa por destacar a necessidade de uma humanização do Direito e os primeiros passos empreendidos neste caminho. Na seqüência, apresento as primeiras ditas conquistas civis homossexuais, tanto em Porto Alegre como em Buenos Aires, fruto, a rigor, da ação dos grupos militantes. Ao final do capítulo, os discursos até então antagônicos de militantes e não-militantes dão sinais de expectativas semelhantes, ainda que propostas a partir de diferentes matrizes.

Rodar na *roda gigante* pode ser a vontade mais pueril e ultrapassada, conservadora e reacionária, mas este não é o ponto. O ponto é que o que está em questão não é apenas o rodar, mas sim a possibilidade que alguns têm de lá estar em vista de outros que nem sequer podem fazer esta eleição. Assim, esta dissertação é mais um espaço de discussão e reflexão acerca destas questões que não estão decididas, senão em aberto e que, em última análise, ainda que através de apostas muito distintas visam assegurar uma vida feliz para as pessoas. Digo isso, porque ainda faço parte daqueles que acredita que a felicidade é um direito de todos, aquém e além do arco-íris, estando ele (des)coberto, pois tal como dissera o poeta entendo que *cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é*.

PARTE I

O ARCO-ÍRIS COBERTO

CAPÍTULO I

PESQUISAR HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS

1.1 – Preliminares

O trabalho de pesquisa e o interesse pela temática que resulta nessa dissertação começou bem antes do ingresso ao Programa de Pós-Graduação ao nível de Mestrado em Integração Latino Americana da UFSM, no ano de 2006. Esse interesse remete ao tempo de graduação em Ciências Sociais na mesma Universidade e de inúmeras pesquisas anteriores na área de gênero, sexualidade e antropologia do corpo e da saúde no GEPACS-UFSM³ em um período compreendido entre os anos de 2003 e 2005.

Esta foi a inserção inicial no mundo das pesquisas de antropologia e sexualidade, áreas cujo interesse pelas homossexualidades é bastante recente. Voltei meus estudos para as homossexualidades e a identidade regional marcante no Rio Grande do Sul, ou seja, a identidade gaúcha⁴. No trabalho final de graduação em Ciências Sociais na UFSM problematizei as práticas gays de jovens oriundos de cidades muito pequenas do interior do Rio Grande do Sul.

A discussão a respeito de identidades é algo bastante instigante. E quando falo em identidades filio-me àqueles que teorizam a respeito da fluidez identitária, ou seja, que vão de encontro a uma perspectiva que acredita sermos dotados de uma identidade que responde pela integralidade de nosso ser. Nesse sentido, é importante destacar a construção, ou desconstrução, elaborada por Stuart Hall, onde as identidades bem demarcadas, responsáveis pela estabilização do mundo moderno, estão dando espaço, a contragosto, a novas identidades que fragmentam o indivíduo (HALL, 2002, p.07).

³ Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde, coordenado pela Dra. Zulmira Newlands Borges.

⁴ Ruben Oliven em dois livros - **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação (1992) e **A polêmica Identidade Gaúcha** (1992 a) argumenta que o modelo construído, quando se fala em “gaúcho” e sua realidade, é um modelo baseado em um passado supostamente existente na região pastoril do Estado, na chamada *Região da Campanha*, sudoeste do Rio Grande do Sul, bem como, nessa figura mitológica do “gaúcho”. A respeito deste tipo humano, Oliven vai dizer que ele é marcado pela bravura exigida do homem ao lidar com as forças da natureza na *árdua lida campeira*. Ruben Oliven argumenta que *se trata de uma identidade que exclui mais do inclui, deixando de fora a metade do território sul-rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais* (1992 a, p.06). Oliven arremata dizendo que *a identidade gaúcha é atualmente (1992) resposta não mais nos termos da tradição farroupilha, mas enquanto expressão de uma distinção cultural em um país onde os meios de comunicação de massa tendem a homogeneizar a sociedade culturalmente a partir de padrões muitas vezes oriundos da zona sul do Rio de Janeiro* (Idem, p. 56).

Essas transformações identitárias apontadas por Hall extrapolam o econômico e o político. São mudanças estruturais de toda ordem, que abarcam gênero, sexualidade, raça, etnia, nacionalidade. O *sujeito pós-moderno*, resultado de todo esse processo de transformações e de fragmentação para Hall é um sujeito com ausência de uma identidade “fixa, essencial e permanente”. Para substituir a identidade de outrora, agora, uma “celebração-móvel”, ou seja, um sem número de identidades, transformadas de acordo com as representações que queremos fazer em determinadas situações, espaços e tempos.

No universo destas pesquisas, as identidades vão estar permeadas da compreensão de Michel Foucault, segundo a qual tal perspectiva está imersa em infindáveis relações de poder. Estas relações de poder estão em toda parte, constroem suas “armadilhas” nos espaços e momentos mais variados, introjetando nos sujeitos a certeza de estar sempre sendo vigiado por alguém em algum momento. De certa forma, esta perspectiva de micro-poderes, característica da obra de Foucault, permite pensar micro-identidades, bem ao encontro do pensamento de Stuart Hall (FOUCAULT, 1979; 1984; 1985; 1987; 1988).

A discussão acerca das identidades, especialmente quando se fala em sexualidades, está em aberto nas Ciências Sociais. Muitas são as vertentes explicativas. O debate teórico tem sido travado entre duas posições antagônicas: o essencialismo e o construtivismo social. Heilborn destaca:

No primeiro há uma oposição simples entre as duas perspectivas; no segundo incluem-se variantes entre as diferentes modalidades de conceber o construtivismo social. (...) nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações. (...) O construtivismo social reúne abordagens que buscam problematizar a universalidade deste instinto sexual (1999, p.09).

Heilborn esclarece que, pelo modelo essencialista, a sexualidade mantém-se refém de um mecanismo fisiológico determinado a perpetuar a espécie e intimamente ligado ao “gozo”. A sexualidade restringe-se ao ato sexual e ao fisiológico, nesta ótica. Essa é uma visão recorrente entre as áreas médicas. Já as observações a partir do olhar do construtivismo social permite perceber que existem dimensões culturais específicas para a sexualidade e aí agrupam-se uma série de mecanismos desenvolvidos pelos homens que, as vezes, não estão ligados à reprodução, mas aos desejos e ao prazer. O que o construtivismo se propõe a mostrar é que a cultura faz parte e interfere nas identidades em geral e na sexualidade em específico.

Judith Butler, em *Problemas de Gênero* (2003), ao problematizar as sexualidades e suas categorias, ao dispor das questões de gênero desnaturaliza essa questão, indo de encontro a uma perspectiva essencialista e mostra o quanto a categoria gênero durante muito tempo atrelada à categoria sexo é fluída e o quanto ela é performática. Ainda assim, quando se fala em gênero não se trata de que toda e qualquer possibilidade de gênero possa ser escolhida e acionada aleatoriamente. Existem fronteiras analíticas, subordinadas a um discurso hegemônico que atua inclusive nos domínios da cultura. Assim, Butler aproxima a sexualidade e o gênero de uma abordagem cultural, com algumas ressalvas.⁵

Para mim, as Ciências Sociais de maneira geral e a Antropologia especificamente, precisam nutrir-se de descompassos, daquilo que nos inquieta, daquilo que nos deixa com a dita “pulga atrás da orelha”. A homofobia⁶ sempre me deixou com muitas inquietações. Assim, resolvi fazer desta inquietação e desta curiosidade um trabalho científico e problematizá-lo à luz das teorias e das vivências de alguns sujeitos.

A integração regional ao longo dos tempos foi pensada entre os Estados, entre as economias, até mesmo entre os poderes políticos dos governos. Até hoje, esquecem-se os homens do poder, que a verdadeira integração acontece nas bases de um Estado, de uma região, de um lugar qualquer. Acontece através de sua gente.

É fundamental para a construção de uma integração regional desde baixo, desde as gentes latino-americanas, a participação da sociedade civil organizada e uma das principais formas de organização da sociedade civil é através dos movimentos sociais. Nesse sentido, em Buenos Aires e Porto Alegre os movimentos homossexuais estão em franco processo de conquista, transformando a concepção das homossexualidades nestas cidades e contribuindo para a diminuição da homofobia.

⁵ Com relação às questões levantadas, Butler faz a seguinte afirmação. *Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25).*

⁶ Segundo Roger Raupp Rios (2007) *homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais* (p.31). *A homofobia masculina cumpre a função de “guardião da sexualidade” ao reprimir todo comportamento, todo gesto ou todo desejo que ultrapasse as fronteiras “impermeáveis” dos sexos* (RIOS *apud* BORILLO, 2007). E este termo data do final da década de sessenta. Nos anos setenta ganha o mundo depois das pesquisas de George Weinberg, psicólogo estadunidense, que fazia pesquisas sobre personalidades homofóbicas. (RIOS *apud* IOUNG-BRUEHL, 2007).

É nítida a percepção da relevância do movimento homossexual no cenário atual. Maria da Glória Gohn (2006) afere que a luta dos homossexuais têm se transformado, uma vez que o movimento não está apenas em busca de respeito e visibilidade:

Os movimentos de gays e lésbicas, por exemplo, (...) criaram nas últimas duas décadas uma série de novos valores que remetem a normas sociais que extrapolam o simples respeito à dignidade da pessoa humana ou à liberdade individual dos cidadãos. Eles criaram novos códigos éticos, abriram novas possibilidades para seus direitos, como a escolha do próprio sexo, por exemplo. Não se trata de um valor defendido pela sociedade como um todo; ao contrário, existe forte resistência a esta demanda, por parte de conservadores e não-conservadores, principalmente nos países de tradição religiosa cristã-católica. Mas se trata de um valor novo, e este é o ponto que estamos querendo destacar (2006, p.168).

Os novos valores e novos direitos reivindicados pelos homossexuais são muitos. As conquistas ainda são tímidas, mas já começam a ocorrer. As primeiras conquistas do movimento gay foram as leis anti-homofobia, que hoje estão presentes em muitas cidades e estados. O contrato de parceria civil já é possível em algumas cidades do Brasil, muito embora mundo afora até união civil já seja possível. Neste país, dois homens ou duas mulheres conseguem a guarda de uma criança, ainda que em outros países a adoção por pais gays já seja comum. Herança, plano de saúde, pensão alimentícia, divórcio, direitos sexuais, enfim, são temas que entram na pauta do movimento homossexual brasileiro.⁷

Uma primeira motivação foi pesquisar os ativistas homossexuais de Porto Alegre e de Buenos Aires, na tentativa de perceber alguma tensão na militância motivada pela identidade regional presente nestas cidades. Todavia, o estar em campo levou-me a querer saber por que as pessoas não participam dos grupos militantes e por isso falei com as duas partes envolvidas no processo (militantes e não-militantes). Como pano de fundo para a discussão, estava a tentativa de mostrar que não existem temas específicos de integração, mas que todas as temáticas podem ser integracionistas se o olhar dirigido à pesquisa for um olhar que privilegie a integração.

Sei que o mundo é estruturado a partir das diferenças e não tenho a intenção de com este trabalho problematizar esta questão. Saliento que o problema não está na diferença, uma vez que cada pessoa é diferente entre si, mas sim na hierarquização das diferenças. Ao hierarquizarem-se as diferenças criam-se juízos de valor e atribuições morais que são histórica e culturalmente situados, porém entendidos como naturais.

⁷ O último capítulo desta dissertação tratará especificamente, e com mais vagar, dos direitos reivindicados e conquistados pelos homossexuais em Porto Alegre e Buenos Aires.

Quando comecei a pensar esta temática, logo lembrei de uma frase do ativista de Direitos Humanos, Marcos Rolim: *É no contato com a diferença, na escuta do outro, no reconhecimento de suas necessidades que superamos nossos próprios preconceitos* (ROLIM, 2001). Este trabalho problematiza um pouco isso. O contato com muitos sujeitos põe à prova o tanto de envolvimento do pesquisador com seu objeto, com suas questões e aí há a possibilidade de superação de seus preconceitos.

Nossa cultura é uma cultura homofóbica. Somos muito bem educados por nossa cultura homofóbica. Por isso, toda e qualquer tentativa de romper com a educação homofóbica é difícil e lenta. O simples fato de eleger as práticas homossexuais em relação com os movimentos sociais e as identidades regionais em Porto Alegre e Buenos Aires como tema de pesquisa não me faz menos homofóbico. Pelo contrário, justamente a eleição desse tema e a discussão destas questões me impõe uma responsabilidade muito grande frente à homofobia que existe também dentro de mim.

Esta responsabilidade é a de trazer para o discurso acadêmico a voz, a ação e as relações de alguns ditos “perversos”, daqueles que estiveram presos na *Caixa de Pandora* da História e em cujos corpos ainda hoje se perpetua a sombra imaginária de um triângulo rosa⁸ que os identifica como diferentes entre a população. Mas por que esta é uma tarefa de grande responsabilidade? Porque historicamente os olhares dirigidos à homossexualidade consultavam muitas fontes, menos os homossexuais. Eles nunca falavam, eles precisavam ser tratados, catequizados; em última análise, aos mais resistentes, restava a fogueira da Inquisição (RICHARDS, 1993; TREVISAN, 2004).

No século XX a discussão das homossexualidades começa a tomar caminhos distintos. Apenas com o advento da pandemia de HIV-AIDS é que esta temática adquire maior relevância nas academias, ainda que pelo viés da medicalização. Na segunda metade do século XX a sociedade toma conhecimento da existência de um dito mundo homossexual repleto de nuances e com incontáveis subgrupos algumas vezes não tão harmônicos entre si.

Esse trabalho analisa um pequeno subgrupo dentro do grande grupo dos homossexuais, ou seja, alguns não-militantes de Porto Alegre e Buenos Aires, todavia também se vale de discursos militantes para contemplar as duas partes envolvidas no processo. Por isso, seria muito ingênuo de minha parte querer teorizar sobre a homossexualidade. Impossível. Não tenho condições para isso. Não tenho conhecimento da vastidão desse universo. E creio que ninguém terá em um curto espaço de tempo, porque não obstante o universo ser vasto, cada

⁸ O triângulo rosa era a forma como os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial reconheciam os homossexuais. Os gays tinham esta figura geométrica marcada na roupa.

grupo é significativamente complexo. E essa complexidade exige um cuidado e uma atenção apurados para as análises.

Portanto, esta dissertação busca responder a muitos questionamentos, mas a um em especial: em que medida as identidades regionais atuam como inibidores da prática militante entre homossexuais masculinos de Porto Alegre e Buenos Aires? Essa pergunta, entre tantas, faz eco à problematização que me proponho, ou seja, discutir homossexualidade masculina no universo da identidade gaúcha e portenha a partir do estudo comparado entre homens gays das cidades de Porto Alegre e Buenos Aires. Sei que as identidades regionais não são as mesmas nos dois espaços e nem cristalizadas, entretanto, acredito que elas mantenham algumas semelhanças que me permitam uma comparação, mas como qualquer outro aspecto da vida cotidiana é diverso e plural.

Nos dias atuais a homossexualidade adquire em escala crescente uma visibilidade muito grande, seja através de grupos ativistas das mais variadas correntes, ou das mídias em geral. Faz-se importante pôr em destaque alguns mitos que a cercam e perceber as diferentes homossexualidades que convivem em nossa sociedade.

Nesse sentido, este estudo torna-se importante para as Ciências Humanas e Sociais que se preocupam com a prática política e com a organização e atuação do Estado, especialmente quando priorizam o olhar sobre a “integração”. Essa dissertação propõe-se a ser um debate entre estas áreas afins, uma vez que a temática permite esse entrecruzar de vertentes cognitivas. Além disso, quando se fala em sexualidade e identidade regional, está-se falando em relações de poder e cultura, temáticas bastante caras a este Mestrado.

Em outro ponto da discussão, e uma razão que se configura como importante para tratar das homossexualidades nestas regiões, é a prevalência nestes espaços onde há certa permanência de elementos culturais machistas. Uma sociedade machista é uma sociedade que se centra na honra, na virilidade, na valentia, na coragem e na força de seus homens. Uma sociedade machista é uma sociedade masculina. Todavia, é importante destacar que existem tantas formas de ser masculino, quantas de ser machista, porém, preferi destacar esta forma hegemônica de machismo e masculinidade.⁹

⁹ É importante destacar que não se trata de um machismo total, pois ainda que vigore a lógica do masculino, da sobreposição do homem na escala de valores e na hierarquia social, bem como dos feitos de sua bravura, valentia e virilidade, já se pode observar nestas regiões muitas mulheres como chefes de famílias, muitos homens dividindo tarefas domésticas com as mulheres, alguns buscando a guarda compartilhada com as esposas, além de um aumento considerável no consumo de produtos estéticos por estes homens. Porém, a lógica da relação ainda funciona nos valores machistas que elenquei acima.

Este trabalho, em síntese, relatará iniciativas dos informantes para driblar a homofobia nestas regiões e mostrará a luta de grupos homossexuais que começam a conseguir, após alguns anos de militância e embate político, os primeiros dos muitos direitos civis negados aos homossexuais, porque ao contrário de vítimas passivas, uns e outros, ainda que com metodologias absolutamente distintas desde seus lugares, trabalham por mudanças. E as mudanças começam a ocorrer, mostrando que o dito machismo da região pode ser recorrente, mas não é total e nas fissuras desta cultura machista transformações importantes têm ocorrido.

1.2 – Os espaços pesquisados

Depois destes apontamentos preliminares, que julgo bastante importantes, é preciso então esclarecer como a pesquisa foi se construindo, como estas cidades foram escolhidas para serem analisadas, bem como a montagem das redes de entrevistados e todo o processo de pesquisa.

Em primeiro lugar, preciso admitir uma proximidade com as duas cidades. E nesse ponto, não há qualquer distanciamento. Porto Alegre e Buenos Aires estão no meu imaginário como espaços idealizados, onde tudo é bonito e feliz, muito embora uma simples caminhada por qualquer das duas cidades insista em mostrar o contrário, seja através da violência ou do caos urbano que saltam aos olhos.

Pensava em uma Porto Alegre e em uma Buenos Aires distantes, lá dos começos do século XX, muito diferentes das cidades de hoje. Cidades que respiravam as influências européias, sobretudo francesas, que seriam um componente a mais na complexa construção da dita “cara da cidade”. Então, ao olhar para estas duas cidades, mais do que radiografar sua realidade concreta e atual, fatalmente estive diante de questões do imaginário da vida na metrópole. E segundo Sandra Pesavento (1999) o imaginário seria – idéia da qual compartilho – *um sistema de idéias e imagens de representação coletiva*. Este sistema teria a capacidade de criar *o real* (p. 08). Nesse sentido havia um componente muito delicado no processo de perceber a cidade, pois esta percepção iria além do seu real concreto, ele abarcaria a representação sobre a cidade, a idéia de cidade que muitas vezes não coincide exatamente com a cidade real (concreta).

Ainda assim, quando pensava em quais cidades fazer a minha pesquisa de mestrado, retardei muito para escolher Porto Alegre e Buenos Aires, justamente por essa aproximação confessa e em razão de tratar-se de duas metrópoles tão distintas entre si, seja pelas dimensões populacionais, ou mesmo pela importância e significado diante dos dois países. Porto Alegre

não é a capital do Brasil, nem mesmo uma de suas três ou quatro cidades mais importantes. Já Buenos Aires é o coração, cérebro e alma da Argentina. Ainda, assim, quando se fala em direitos de homossexuais, as semelhanças em termos de conquistas começam a aparecer e isso é um fator que permite a aproximação.

Há algo muito interessante nas duas cidades. Trata-se de capitais da América Latina, espaços de influências muito variados e de um contato com o mundo europeu evidente, mas como destaca Pesavento com relação a Porto Alegre (e eu relacionaria com Buenos Aires), há nestas cidades uma presença constante do mundo rural. A autora vai esclarecer que tal acontecimento se deve a uma construção simbólica de revalorização do padrão regional identitário, uma afirmação de identidade que vem do interior. Assim, o contato entre estes dois mundos, aparentemente dicotômicos, se mantém e até incrementa-se (PESAVENTO, 1999).

Isto posto, aliado a uma questão maior, que era a de pensar as homossexualidades em um contexto mercosulino, ou latino-americano, entendi que Porto Alegre e Buenos Aires eram cidades que poderiam render uma boa discussão em meu trabalho, uma vez que há uma efervescência em termos de debates acerca das homossexualidades. As conquistas civis são emblemáticas nesse sentido.

Escolhidas as cidades, tudo ainda estava por fazer: tema, problema, recorte, informantes. Tudo estava por ser construído. E tudo se construiu. Segundo Bourdieu (2001), construir um objeto científico é romper com o senso comum, muito embora o senso comum várias vezes vá cruzar com a ciência, sendo, eventualmente o combustível basilar da construção científica.

A *Internet*, nesse sentido, foi uma parceira fundamental. Por ela contatei e conheci o trabalho do *Nuances*¹⁰ em Porto Alegre. Através da rede também obtive informações a respeito da *CHA*¹¹ em Buenos Aires. A partir destes grupos militantes fui modelando aquilo que se transformaria na minha questão de pesquisa. Em que medida as identidades regionais atuam como um mecanismo para barrar a militância na causa homossexual? Esta era a hipótese que me levava a campo, que depois de testada foi refutada, como esclareço ao longo do trabalho, o que exigiu um redirecionamento no desenrolar da pesquisa.

¹⁰ Nuances – grupo pela livre expressão sexual, é o grupo ativista mais antigo de Porto Alegre e protagonista das discussões que levaram às conquistas pioneiras na capital sul-rio-grandense. Nos últimos capítulos desse trabalho aprofundo as discussões acerca do Nuances.

¹¹ CHA – Comunidad Homosexual Argentina. Trata-se do grupo pioneiro na defesa dos direitos dos homossexuais naquele país, que será discutido com mais vagar nos últimos capítulos deste trabalho.

Construí dois questionários: um para os militantes e outro para os não militantes. Fui a campo primeiro em Porto Alegre, depois em Buenos Aires. Foram realizadas três incursões em cada cidade perfazendo um total de quatro meses de pesquisa. Este tempo divide-se entre sondagem dos espaços, construção de rede de informantes, conhecimento dos grupos GLBTs a serem trabalhados.

Além de ouvir os ativistas de *Nuances e CHA*, que serão os grupos destacados, por serem os pioneiros em suas cidades, também entrevistei outras duas organizações que, aliadas a uma série de novos grupos, acabaram por produzir uma espécie de contradiscurso aos pioneiros. Em Porto Alegre entrevistei o *Grupo Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade*. Já na Argentina entrevistei um grupo de Rosário, cidade do interior, província de Santa Fé, chamado *Vox Asociación Civil*.

A partir da entrevista com estes outros grupos compreendi melhor muitas informações anteriormente recebidas no *Nuances* e na *CHA*, o que possibilitou traçar paralelos entre rupturas e permanências nesse universo militante. O *Somos* e *VOX* são instituições mais recentes, datam do começo dos anos 2000, mas já acumulam uma bagagem de trabalho prestado e recentemente fazem parte de associações nacionais que defendem as homossexualidades.

Os primeiros campos nas duas cidades aconteceram em junho e julho de 2006. Houve uma segunda inserção em outubro do mesmo ano e uma terceira fase em março de 2007. Entre estas três fases completa-se o tempo aproximado de quatro meses de trabalho de campo conforme dito acima.

Os lugares que freqüentei durante a pesquisa podem facilmente ser tratados como guetos homossexuais. Eram espaços freqüentados por um público específico, no caso, o público homossexual, com uma ampla maioria de homens gays. Na Argentina estes espaços são conhecidos como *ambientes*. Ser do ambiente é fazer parte de um mundo à parte, um micromundo, com seus códigos, suas regras e suas negociações. Há assim a construção de um *ethos* próprio (SÍVORI, 2005).

O gueto sempre foi alvo de muita perseguição e discriminação. Todavia, como estratégia, muitos gays acabam fazendo do gueto um espaço de construção de uma homossexualidade “normal”, ou seja, afastando-se do que pode ser razão de preconceito. Horácio Sívori, quando fala do *ambiente* rosarino em *Locas, chongos y gays* (2005) diz que:

Tanto quienes regenteaban boliches gays como quienes les frecuentaban se preocupaban por revertir las imágenes públicas de degradación generalmente asociadas a la homosexualidad en una cultura pública de alcance global, fomentada por moralistas en la prensa y los gobiernos (Idem, p. 40).

Assim, em Sívori o gueto aparece como um espaço seguro e de resistência, além disso, é um espaço de desconstrução dos estereótipos de menosprezo associados aos homossexuais. Todavia, é importante destacar que os guetos são diversos entre si e onde aqueles que a sociedade discrimina encontram algum refúgio. Falo dos afeminados, dos promíscuos, dos frívolos, dos gays pobres, dos homossexuais negros, das travestis, ou seja, os discriminados entre os discriminados.

O gueto, dessa forma, adquire uma importância fundamental. Edward MacRae (2005) constata que:

Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a ocultar-se, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em ambientes menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso, é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade (MACRAE, 2005, p. 299).

Para MacRae, o gueto tem uma função além de propiciar o conagraçamento entre os iguais sem a presença constante da homofobia – muito embora ela ali também aconteça: ele teria a função de forjar uma suposta identidade homossexual, seria um espaço de formação do indivíduo que o levaria a assumir uma sexualidade em outros espaços. É preciso ter claro, no entanto, que esta pode não ser uma regra geral. Meus informantes, por exemplo, até participam de alguns espaços de sociabilidade homossexual, mas não o vêem com este potencial emancipatório proposto por Edward. Eles percebem tais locais como momentos de diversão, de festa, e menos de construção identitárias, ainda que como dito por MacRae também possam adquirir esta conotação.

Ao problematizar questões tão instigantes como estas, logo me dou conta que as pesquisas que têm como objeto outros seres humanos dentro das Humanidades são envolventes. É um modo de fazer ciência que não consegue esconder-se atrás de números frios ou de letras mortas, é uma produção de conhecimento que se alimenta de vida e que faz com que nos vejamos imersos nessa mesma vida, ou nessas várias vidas. Vida esta que não respeita as delimitações cartesianas de que até certo ponto fala o sujeito, depois deste ponto

está o linde do objeto. Sujeito e objeto interrelacionam-se porque as subjetividades não respeitam muitas destas hierarquias conceituais.

Percorrido este caminho, foram realizadas dezoito entrevistas. Sete com ativistas homossexuais e dez com homossexuais não ativistas. Além das entrevistas referidas, realizei uma outra com o dono da boate mais antiga de Buenos Aires – *Contramano* – e palco do nascimento do movimento homossexual argentino pós-ditadura militar. Em 1984, em *Contramano* nasce a *Comunidad Homosexual Argentina*.

As entrevistas de Porto Alegre, ou foram realizadas na sede dos grupos militantes – no caso dos entrevistados serem ativistas homossexuais – ou na cada dos demais informantes. Apenas uma entrevista foi realizada em um parque da cidade, o Parque Farroupilha, dito Parque da Redenção. As entrevistas foram precedidas de contatos e encontros preparatórios, nos quais outros assuntos estavam em pauta e encontro estes que serviam para que fosse construída certa familiaridade entre entrevistado e entrevistador, bem como foram momentos de uma discussão das temáticas a serem abordadas nos momentos posteriores.

Em Buenos Aires e Rosário as entrevistas foram realizadas em três espaços. O primeiro deles foi na sede dos grupos ativistas. Fui recebido na sede da CHA em Buenos Aires e na sede de VOX em Rosário. A quase totalidade das entrevistas foi realizada em cafés portenhos, espaços públicos. Foram muitos os encontros em cafés antes das entrevistas. Apenas uma entrevista foi realizada na casa de um informante portenho, mas ainda assim, antes deste momento nos encontramos três vezes em um café, como etapa preparatória da entrevista.

Algumas pessoas contatadas não se mostraram dispostas a conceder a entrevista, nesse sentido ficou-se apenas ao nível das conversas informais e informações valiosas foram conseguidas nesses “bate-papos”. As razões para não conceder a entrevista eram muito variadas, mas o perigo representado em ter sua voz gravada nas mãos de um “estranho”, “estrangeiro”, era o que predominava.

Em certa medida alguns informantes tinham razão, eu era um estrangeiro e um desconhecido, não tive um tempo para construir laços de confiança mais estáveis, em vista do pequeno prazo para integralização de crédito nesse mestrado, além do tempo dado pela agência de fomento, sem contar no distante que era Buenos Aires. Todavia, com os entrevistados que constam no trabalho consegui certa intimidade que me renderam não só a entrevista, como informações extras que ajudaram a compreender melhor a “vida gay” em Porto Alegre e Buenos Aires.

Esta trajetória empreendida nas duas capitais mostra, ainda que tangencialmente, as estratégias utilizadas pelos informantes para a vivência de suas práticas homossexuais, seja através da eleição de um “lugar discreto” para conceder a entrevista, seja pelo quase puritanismo de algumas respostas, ou mesmo pela negação total em participar de uma “*investigación a respecto de maricones*”. Nos capítulos que seguem isso será esmiuçado e então ficará claro como esse entrelaçamento de tantas identidades é manejado pelos informantes a ponto de tornar-se um procedimento absolutamente “natural”.

Assim, há toda uma construção dessa sexualidade de maneira muito cuidadosa, cautelosa, porque precisa dialogar com inúmeras situações e faz com que estes sujeitos, digam-se plenamente “tranqüilos e despreocupados” em relação a sua homossexualidade, mas com práticas totalmente diferentes, uma vez que se resguardam do ativismo, da frivolidade de alguns gays e das demonstrações públicas de afeto e, em alguns casos, do próprio circuito gay. Esse universo de tensões, contradições e construções é onde desemboca essa pesquisa.

1.3 – O instrumental

Neste tempo de pesquisa vali-me conversas informais e entrevistas. As entrevistas são o recurso principal utilizado neste trabalho. É preciso admitir, que o processo de busca pelo objeto, da construção da entrevista, do campo, é um processo ideológico e, portanto, houve um direcionamento no sentido de enfatizar algumas questões entendidas como relevantes. Há questões que interessam mais que outras. Segundo Teresa Haguette, *o componente ideológico permeia todo tipo de informação coletada, seja através de história oral, da história de vida, da entrevista ou da observação participante (1995, p. 94)*.

Com relação à entrevista, técnica utilizada, a mesma autora diz que:

A entrevista pode ser definida como um processo de interação entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida (*Idem*, p. 86).

Neste processo de interação entrevistador-entrevistado é que obtive informações importantes que algumas vezes não são ditas ou não são reveladas por outras técnicas. A entrevista não tinha como pano de fundo a história de vida dos informantes, muito embora

foram muitos os momentos em que os entrevistados contaram suas histórias. A tônica dos roteiros não era produzir biografias, mas sim uma retrospectiva das questões mais relevantes com relação ao não ativismo homossexual e as negociações desenvolvidas para driblar a homofobia em regiões marcadas pelo machismo.

Um ponto que ganha destaque e gera algumas polêmicas é o consentimento informado. As maiores críticas a este recurso são da ordem de que o grande beneficiado com este procedimento não são os informantes, mas sim os pesquisadores. Entretanto, amparo-me da idéia de Vitoria e Knauth e compreendo que o consentimento informado:

Visa, fundamentalmente, resguardar o respeito às pessoas. Isso se dá através do reconhecimento da autonomia de cada indivíduo, garantindo a sua livre escolha após ter sido convenientemente esclarecido sobre as alternativas disponíveis. É, dessa forma, um procedimento mais abrangente do que a simples obtenção de uma assinatura em um documento de autorização (2000, p. 82).

Entendo o consentimento como uma ferramenta necessária para entrevistador e entrevistado. Pode-se dizer, inclusive, que se trata de uma segurança para ambos. É pueril pensar que o consentimento informado é apenas um papel com algumas linhas escritas. Entendo esse mecanismo como todo um procedimento ético do pesquisador para com seus sujeitos pesquisados para além do termo. O termo materializaria uma conduta ética, respeitosa e responsável do pesquisador.

Ao contrário de pesquisas anteriores, para este trabalho não tive problemas significativos com relação ao consentimento, com uma única exceção de um informante que se recusou a assiná-lo, sob alegação de exposição de sua identidade, ainda que eu falasse da garantia de anonimato. Neste caso, a fita com a entrevista foi transcrita e depois devolvida para o informante.

Para dar conta dessa pesquisa dois roteiros prévios de entrevista foram elaborados, sob a orientação do Dr. Júlio Quevedo. Um foi aplicado aos ativistas homossexuais de Porto Alegre, Buenos Aires e Rosário levando em consideração as diferentes localidades. Esse roteiro enfatizava a questão da militância nas três cidades além da apresentação do grupo em destaque – o *Nuances*, o *Somos*, a *CHA* e *VOX*.

O segundo roteiro de entrevistas foi aplicado entre os homossexuais não-militantes das cidades pesquisadas. Tal roteiro enfatizava as razões deste não envolvimento com a luta

política dos homossexuais e as formas de luta contra a homofobia desde lugares não-ativistas, além de espaço reservado para questionamentos acerca de trajetórias individuais.¹²

Foram realizadas dezoito entrevistas. Dessas, oito foram em Porto Alegre (duas no *Nuances*, uma no *Somos* e cinco com não-militantes). As outras dez foram realizadas na Argentina, oito em Buenos Aires (duas na *CHA*, uma como o dono de *Contramano* e cinco com não-militantes) e duas foram realizadas em Rosário com ativistas do *VOX*. A razão para a diferença entre o número de informantes militantes e não militantes é muito simples. O número de não militantes é muito maior, além disso tive acesso a poucas pessoas nos grupos militantes, que têm bem poucos integrantes. Logo, centrei minhas entrevistas destes grupos nas figuras que estavam mais envolvidas com o trabalho cotidiano da organização.

Logo no início desse trabalho, fora destacado que uma das maiores motivações e inclinações para tal estudo foi a visibilidade alcançada por essa expressão na última década, não obstante que siga ocorrendo homofobia tanto no Rio Grande do Sul, como na Argentina. Ainda que tenha havido o reavivamento do ódio aos gays por uma parte conservadora da sociedade muito identificada com o discurso do machismo e do cristianismo, hoje já é possível ouvir, ter conhecimento, ler, acessar um discurso homossexual, ou vários discursos homossexuais.

O movimento homossexual (ou os vários movimentos homossexuais) fortaleceu-se. Esses discursos ganharam as ruas, ganharam as mídias. Na sociedade brasileira isso é muito marcado, através da reincidência de personagens homossexuais nas telenovelas. Na Argentina é bastante comentada a aparição da travesti Florência que ganhou a simpatia nacional a partir da apresentação em programas de televisão.

Mais de um mês antes de ir a Buenos Aires pela primeira vez para esta pesquisa, em meados de 2006, já havia estabelecido contato, através de uma amiga, com os integrantes da *CHA*, todavia, as entrevistas só se realizariam em março de 2007. Essa situação me deixou bastante confortável. Já existia um grupo na Argentina disposto a me ajudar.

Ao contatar com o informante pensei que a pesquisa já estivesse praticamente pronta. Um informante ativista que conhecia muita gente e ainda dominava as questões de bibliografia. Pronto, meu trabalho já está em fase bastante avançada. Ledo engano. Buenos Aires em todas as fases da pesquisa reservou-me muitas surpresas e me exigiu muita determinação. Foram dias, semanas de muito trabalho.

¹² Nos anexos deste trabalho constam os dois roteiros de entrevistas utilizados na pesquisa.

Por outro lado, em Porto Alegre, a situação foi mais tranqüila com relação à rede de informantes. Minha relação com a cidade é de muita proximidade. Sempre que possível faço visitas a Porto Alegre. Acionei contatos anteriores, circulei pela noite gay de Porto Alegre e comecei o trabalho.

Um trabalho que se mostrou muito complexo e cujo desenvolvimento de boa parte fora realizado do outro lado do Atlântico, na cidade de Coimbra, em Portugal, onde tive a possibilidade de ir estudar no segundo semestre de 2007. Esta experiência de estar fora da América foi enriquecedora para este trabalho, pois permitiu um olhar deslocado para o que fora escrito e a oportunidade de revisar algumas idéias a partir de uma visão distanciada. O contato com os militantes gays em Coimbra e com algumas homossexualidades européias de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Irlanda, Itália, Holanda e Suíça através da vida gay em algumas cidades destes países, ou mesmo com homens gays destes lugares, colaboraram para depurar alguns ranços de minha própria concepção das homossexualidades, bem como para diversificar e sensibilizar o meu olhar para a pluralidade deste mundo. Espero ter conseguido transpor minhas experiências para as páginas subseqüentes.

CAPÍTULO II

ENTRE TEMPOS E LUGARES: AS HOMOSSEXUALIDADES E A HISTÓRIA

2.1 – O lugar das homossexualidades na América Latina

Os territórios que hoje são conhecidos pela expressão *América Latina* são herdeiros de um tempo de exploração generalizada e uma colonização tardia, via de regra, a partir dos reinos Ibéricos, isto é, Portugal e Espanha, uma história fartamente revisitada, e que nos remeteria ao final do século XV, quando das grandes navegações. Logo, desde sua gênese esse espaço, onde posteriormente vão surgir muitos países independentes, uma história do século XIX, - entre eles Brasil e Argentina – desde sua gênese esse é um território dependente e explorado.¹³

Este território passou por inúmeras transformações. Tornou-se independente. Fragmentou-se em diversos países. Neste cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais, faço a mesma pergunta de sempre: onde estão as homossexualidades entre os latino-americanos? Este lugar não existe. Entretanto, se onde há poder, há resistência, diante do poder hegemônico da religião oficial e da imposição de um modelo, as homossexualidades existiam nos subterrâneos da história oficial. Possíveis, mas não visíveis.

A história latino-americana ao longo dos quatro primeiros séculos, e especialmente no século XX, é marcada pela influência do catolicismo em maior ou menor medida. Em todos os períodos, os católicos, a partir de Roma, tiveram um projeto para a América Latina, reconhecidamente o continente mais católico do mundo. Esse projeto esteve sempre muito além da religião, ele interferiu na política, na economia, na educação e na cultura das gentes da América Latina, editando e reeditando performances conservadoras e moralistas.¹⁴ Dessa forma, é muito fácil imaginar o lugar, ou o não-lugar, ocupado pelas homossexualidades, em vista de ser uma prática condenada há milênios por uma instituição com tanto poder e preeminência no continente.

¹³ Para uma compreensão mais aprofundada dos preâmbulos da exploração da América Latina e construção de seus Estados Nacionais, ver WASSERMAN (2003).

¹⁴ No Livro *América Latina do século XXI* de FERRÉ & METALLI, 2006 pode-se perceber com clareza o abrangente que é o projeto católico para a América Latina.

Como se não bastasse todo esse cenário de transformações e de permanências de uma norma moralista, a década de sessenta, talvez em reação ao evento “comunista” cubano, presenteia a América Latina com continuadas ditaduras militares. Nos diferentes países, os militares tomam o poder em nome da defesa da democracia e garantia das liberdades, uma vez que era preciso guardar a América Latina do inimigo comunista que já chegara ao continente. Esse período estendeu-se até os anos oitenta, quando uma redemocratização, via de regra, conservadora, ganha o subcontinente (GUAZZELLI, 2004; FAUSTO & DEVOTO, 2004; COGGIOLA, 2001).

Com relação ao escopo criado pelos militares para governar na América Latina, Osvaldo Coggiola (2001), vai dizer que foi instrumentalizado o “terror” como expressão do poder. E que esse poder era a soma de várias forças e atores sociais:

Durante os longos anos em que perduraram as ditaduras militares, a forma principal do mecanismo de dominação política foi a união pessoal dos representantes do grande empresariado com a camada superior da burocracia estatal, com a cúpula das Forças Armadas e com as sucessivas “equipes técnicas governamentais”. É preciso considerar, como Norberto Lechner, estudioso dos regimes militares no Cone Sul, que o “discurso técnico neutro do autoritarismo não é tanto um encobrimento do poder, como sua expressão” (2001, p. 51).

Assim, instaurava-se o autoritarismo, muito articulado nas instâncias do poder como expressão desse mesmo poder e transformado em terror de estado. Os nomeados comunistas pelo sistema souberam bem de perto como se organizavam estas forças. Não só os comunistas, mas, sobretudo, todo e qualquer cidadão eleito pelo regime como seu inimigo.

Com o advento da redemocratização, após falência dos regimes militares, ou conquista da liberdade pelos civis, em grande medida oriundos dos movimentos sociais, os países estavam em crise e endividados. Nesse momento, começam os contatos para assinaturas de acordos econômicos, pactos regionais e tratativas para uma suposta integração entre os países do Cone Sul, uma vez que uma organização continental já existia há décadas, a *Organização dos Estados Americanos*. O MERCOSUL é um dos desdobramentos deste momento.

Ricardo Bouzas, Boris Fausto e Fernando Devoto dividem a história do MERCOSUL em três períodos, a saber: período de transição (1991-1994); era dos mercados (1995-1998); e tempos de turbulências (1998 – até começo do século XXI).

Em um primeiro momento, nesse período de transição buscava-se *estabelecer uma zona de livre comércio entre os países membros e uma união aduaneira, ou seja, a adoção de uma tarifa externa comum para a importação de bens de outros países* (FAUSTO & DEVOTO, 2004, p. 505). Já na chamada *era dos mercados*, os contrastes começaram a aparecer entre os

países. Era o tempo de uma *politização negativa*, onde os prazos dos acordos não eram cumpridos e crescia a interdependência econômica.

Os *tempos de turbulência*, terceiro momento do MERCOSUL, por esta abordagem, são os tempos do retrocesso da regionalização do comércio, da crise Argentina e de reflexos da retração do comércio internacional. Além disso, os autores acreditam que o otimismo com o MERCOSUL é muito mais retórico que prático, onde a integração, aliada a crescimento e desenvolvimento ainda não acontece. Sem falar, que há a primazia dos *gigantes do bloco*, Brasil e Argentina, sobre os demais.

Enquanto as decisões estiverem restritas aos chefes de Estado e seus assessores e visarem apenas às questões macroeconômicas, desconsiderando as peculiaridades culturais e, sobretudo, os ditos “perversos” desses espaços (pobres, indígenas e homossexuais) fatalmente tratados, acordos e tudo o que mais for firmado, terão uma dificuldade imensa de conexão com a realidade, principalmente quando essa realidade clama a urgência de políticas públicas que resguardem os direitos humanos, a inclusão e a cidadania de populações marginalizadas.

2.2 – O lugar das homossexualidades entre as Ditaduras Militares e as Esquerdas

Os anos sessenta do século XX, como referi rapidamente acima, são representativos de algumas transformações que ganhariam o mundo em anos posteriores. O cenário mundial era o da bipolaridade. De um lado, o mundo capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte. De outro lado, o mundo socialista, dominado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Este cenário era remanescente da Segunda Grande Guerra, acabada em 1945, mas tencionada pela então chamada “Guerra Fria”, uma guerra não declarada, mas que emprestava ao mundo uma intranquilidade e a necessidade de alinhar-se a um dos dois eixos de poder.

Pós-Primeira Guerra, a Rússia faz a Revolução Socialista e mostra ao mundo que as idéias de alguns teóricos, com muitas modificações e adaptações, estavam sendo postas em prática. O mundo capitalista da época, ou em vias de tornar-se efetivamente capitalista, vê-se assustado com a desarticulação de um poder instituído e o principiar de muitas transformações.

Mais assustados devem ter ficado aqueles que viram uma simples ilha do Mar do Caribe, décadas depois, até então zona de turismo e lazer dos estadunidenses, insurgir-se contra os poderes de Fulgêncio Batista e fazer em suas pequenas dimensões uma guerra civil.

Esta rebelião nacionalista lentamente foi ganhando a forma de uma revolução socialista, a poucos quilômetros do território do país capitalista por excelência da época.

Os Estados Unidos estão atabalhoados e numa reação imediata começam a fomentar os ódios e disputas locais, fazendo eclodir uma série de rebeliões em diversos países da América Latina. Assim, a década de sessenta no subcontinente é o princípio dos regimes militares, em grande medida fomentados pelos Estados Unidos, na intenção de barrar o avanço comunista no continente (COGGIOLA, 2001).

O regime militar brasileiro estendeu-se entre os anos de 1964 e 1985. Na Argentina a última ditadura esteve em vigor entre os anos de 1976 e 1983. Todavia, em diversos outros países da América Latina estes anos foram anos de terror de Estado. Talvez a ditadura mais violenta tenha sido a chilena, comandada por Augusto Pinochet, após um golpe de estado que derrubou Salvador Allende (Idem, 2001).

As duas capitais estudadas viveram diferentes processos durante a ditadura militar. E as homossexualidades também foram alvo de tratamento distinto nos dois regimes. Porto Alegre, durante a ditadura militar, e ainda hoje, não é a principal cidade do Brasil. Tais cidades são São Paulo e Rio de Janeiro. Foi nestas duas cidades que a perseguição, as torturas e os desaparecimentos concentraram-se de forma mais efetiva. Porto Alegre, ainda que uma cidade grande, capital de um estado importante, é uma região periférica neste contexto, mesmo assim teve um envolvimento significativo em todo o processo, mas o grosso das disputas entre a esquerda e os militares esteve no centro do país.

A seu turno, Buenos Aires é a capital da Argentina, o centro de tudo que ocorre no país. Assim, na capital portenha concentrou-se o essencial da ditadura argentina. Buenos Aires foi palco de todo o tipo de terror de Estado. Desde os piores enfrentamentos na rua, censura, assassinatos e os tradicionais desaparecimentos, calculados hoje em algo em torno dos trinta mil.

Nesse sentido, as próprias homossexualidades foram tratadas de maneira distinta durante os dois processos ditatoriais. Acredito que isso enriquece um pouco a análise, pois a partir de dois contatos diferenciados com a realidade da repressão, as duas cidades foram construindo uma discussão acerca de uma dita “consciência homossexual” e hoje são referências subcontinentais no que tange a direitos a estas populações. Ressalta-se, porém, que estes resultados foram conseguidos através de processos muito distintos, a partir de realidades de repressão e preconceito diferentes.

De forma bastante simplista, pode-se dizer que a ditadura militar brasileira não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades. Ela estava muito ocupada com os “comunistas”. Segundo vários estudiosos, entre eles, James Green, em sua obra *Além do Carnaval (2000)*, na qual historiciza as homossexualidades masculinas brasileiras ao longo do século XX, o autor percebe que durante todo o período de repressão militar as sociabilidades gays seguiram ocorrendo. Houve censura a muitos espetáculos de travestis, transformistas nos principais salões de espetáculo do eixo Rio - São Paulo e ocorria a detenção de muitos homossexuais que buscavam encontros furtivos nas ruas.

Os bailes de carnaval sofreram um retraimento. Mas não houve uma política de Estado que atingisse especificamente esta população. As leis moralistas do Regime, que buscavam doutrinar o país diziam respeito à população em geral. Isto posto, a vida gay durante os vinte anos de ditadura ocorreu e, em alguns casos, no tocante ao circuito de entretenimento, desenvolveu-se. Eram tempos de fartura econômica, patrocinada, via de regra, por empréstimos estrangeiros (TREVISAN, 2004).

O regime não tolerava a oposição. Portanto, os exílios foram muito constantes e as reuniões públicas eram reprimidas, mas tudo aquilo que não era visto, era permitido, ou seja, desde que você aparentemente não se opusesse ao regime e articulasse suas reuniões privadas de forma a não chamar a atenção, ou mesmo que as casas de espetáculos não fossem ofensivas à dita moralidade e os bons costumes tudo poderia acontecer.

Na Argentina, por outro lado, a ditadura militar do final dos Setenta foi implacável na perseguição aos homossexuais. Além de ser encampada pelas alas mais conservadoras da Direita, que já dava pistas de gostar muito do poder, desde o desastroso governo de Isabel Perón, quando a “caça aos homossexuais” foi iniciada, durante a última ditadura houve um pacto de cumplicidade entre o regime e os setores mais conservadores da Igreja Católica, o que fez com que alguns integrantes ultracatólicos da Cúria ocupassem espaço no governo militar e desenvolvessem suas doutrinas heteronormativas para além dos domínios de suas Igrejas e transformassem a heterossexualidade em uma política de Estado (MODARELLI, RAPISARDI, 2000; BAZÀN, 2006).

Tais questões explicitam-se quando em 1977 o chefe da Divisão de Moralidade da Polícia Federal afirmou, abertamente, na Universidade de Buenos Aires, em um debate sobre Psicopatologias Sociais, que era preciso “espantar a los homosexuales de las calles para que no pertuben a la gente decente”.

Em seu livro *Fiestas, baños e exilios* (2000), Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi narram a cena homossexual portenha durante a última ditadura militar e todos os entraves criados, não apenas porque se via a homossexualidade como uma afronta à decência da população, mas porque se percebia em muitos de seus integrantes uma ligação indelével com a esquerda.

O nascente movimento homossexual argentino teve sua origem em organizações de esquerda que, como veremos a frente, em determinado momento, passa a rechaçar as homossexualidades. Na compreensão dos autores, “en un mismo movimiento diacrónico, izquierda y derecha ideológicas se congregaban contra la amenaza del deseo irregular” (2000, p.28).

Porém, como destacam Modarelli e Rapisardi, nesta época, firma-se um pacto de hipocrisia entre a polícia, os militares e os homossexuais. Trata-se do espaço de sociabilidade homossexual por excelência neste período, que são os banheiros públicos, onde todos se encontravam e o silêncio tinha um preço, muitas vezes pago pelos homossexuais em vista de não serem denunciados ou detidos pelos próprios policiais participantes da “festa”. A *tetera*, assim chamada na gíria homossexual, o banheiro público, ajuda entender um pouco a construção da sociabilidade gay na Buenos Aires conturbada pela ditadura.

Sejam através das *razzias* policiais, as nossas batidas e detenções, seja através das prisões, torturas e desaparecimento de muitos homossexuais, bem como de seu exílio forçado ou da perseguição e proibição de sociabilidade em vias públicas, a ditadura argentina instaurou o medo como forma mais eficaz de incorporação ao regime, ou pelo menos, de castração de oposição. Os homossexuais tentaram burlar esta rede opositiva, com festas em lugares distantes de Buenos Aires, bairros pobres ou interiores, ou mesmo, em discotecas onde o público era majoritariamente gay, mas que funcionava com uma fachada mais discreta e numa perspectiva de agradar a todos os públicos.

Os indícios de certa homofobia entre partes da direita é algo dado. O fato novo é que uma parte significativa da esquerda no subcontinente incorporou algumas idéias homofóbicas presentes na cartilha ditada por Stálin e repetida desmesuradamente nestas plagas. É evidente que as generalizações são perigosas e algumas vezes omitem a verdade. Portanto, não falo aqui da esquerda como algo homogêneo. Doravante ao falar em esquerda, estou a me referir a uma parte dela, sobretudo a stalinista ortodoxo-radical, que fez da homofobia uma de suas marcas. Igualmente, é no interior de uma parte mais, diga-se, lúcida da própria esquerda no subcontinente que vão surgir as primeiras manifestações organizadas de homossexuais.

Depois da Revolução Bolchevique de 1917, as leis czaristas foram postas a baixo. O primeiro Código Penal Soviético promulgado no ano de 1922, diferente dos tempos da monarquia, não penalizava o sexo homossexual desde que realizado entre adultos e de forma consentida. Com ascensão de Stálin a homossexualidade volta a ser penalizada, através do Estatuto de 1934. A punição era de três a quatro anos de cadeia (GREEN, 2003).

Segundo o depoimento de um dos fundadores do primeiro grupo gay da Argentina, *Nuestro Mundo*¹⁵, a solução encontrada pelo Partido Comunista Soviético para os homossexuais era o casamento e a posterior cura deste mal. Até porque, nos ditos do sexólogo mais influente na ditadura de Stálin, Fedotov, não existiam homossexuais na Rússia. A este respeito ponderam Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi:

La homosexualidad es en la tradición del marxismo (y ya desde Engels – que condenó los “vicios nefandos” de helénicos y bárbaros) era una “aberración contrarrevolucionaria”. Y si Lenin había anulado sus efectos penales, al borrar la sodomía del cuerpo de los delitos, Stalin la restituyó a ese bíblico recinto, lo cual fue sin duda imitado por una política cubana en franco camino de stalinización, quizás entre otras cosas, al decir de Perlongher, de los ataques norte-americanos al corazón de las conquistas revolucionarias (2000, p.153).

Assim, por diferentes caminhos, direita e uma parte da esquerda resguardavam para as homossexualidades um lugar de inferioridade e de perversão. A citação dos autores a relação da revolução com as homossexualidades. Dentre muitos exemplos que corroboram esta tensa conexão, está o caso da expulsão de 200 mil pessoas, entre elas homossexuais, de Cuba pelo governo de Fidel Castro.

Um filme que retrata parte desse episódio é *Antes do Anoitecer* (2000) de Julian Schnabel que conta a história do escritor cubano Reinaldo Arenas e todos os seus polêmicos desdobramentos. Arenas era homossexual e em sua juventude era um combatente rebelde, lutando por uma *Cuba Libre*. Os rumos da ditadura de Castro afastam Arenas da “revolução”. Seus textos falam de liberdade e tornam-se uma ameaça ao sistema do ditador. O escritor é perseguido, preso, torturado e expulso de Cuba.

As relações entre as homossexualidades e as muitas esquerdas são questões que por si mereceriam uma dissertação, dada a complexidade envolvida no processo. Todavia, ainda com relação a Cuba o historiador James Green comenta que:

¹⁵ Ver capítulo IV desta dissertação.

Como foi amplamente documentado, nos primeiros anos da Revolução Cubana, o Partido Comunista Cubano não estava muito longe da política soviética a respeito das homossexualidades. Combinando o moralismo católico tradicional com as correntes noções que ligavam o homoerotismo ao desvio social bem como ao turismo sexual, os líderes cubanos associavam o comportamento não normativo dos homens cubanos à fraqueza moral e falta de fervor revolucionário (GREEN, 2003, p.33).

A revolução em Cuba foi um marco no continente e influenciou muito a geração estudantil dos anos sessenta. Nesse sentido, a homofobia instaurada pelo regime fez com que muitos militantes socialistas sufocassem seus desejos mais íntimos para permanecerem no *front*. Um *front* que se mostrava preponderantemente masculino e heterossexual.

James Green, ao discutir a relação entre homossexualidades e esquerda, diz que a esquerda brasileira tinha dificuldades em fazer um contraponto às discriminações que não eram baseadas na questão de classe e isso se fez presente em muitas das discussões dos grupos gays e dos grupos socialistas, comunistas, durante a ditadura militar brasileira. Fato que em ambos os lados não conseguiu alcançar um consenso. Parte dos gays não queria alinhar-se à esquerda, pois defendia apenas a luta pelos direitos de gays. Parte da esquerda não queria defender apenas os gays, mas uma revolução maior. Outra parte, afastava-se das homossexualidades (2003).

Pós-Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos organizam-se os primeiros grupos de homossexuais (lésbicas e gays), era década de Cinquenta. Curiosamente, a organização *Mattachine Society*, organização de 1950, era formada por membros do Partido Comunista e aliou sua luta à luta das minorias sexuais. No Brasil e Argentina, acontece algo semelhante, ou seja, militantes homossexuais dos grupos pioneiros tinham ligações com grupos socialistas e comunistas (GREEN, 2003).

Não é por acaso, que os principais projetos que visam garantir direitos aos homossexuais, na América Latina, são oriundos de parlamentares de esquerda. No Brasil, o caso mais destacado é o do Projeto de Lei 1.151/95 de autoria da então deputada Marta Suplicy (PT-SP) que regulamenta a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo (MELLO, 2005).

2.3 – O lugar das homossexualidades no Brasil

Seria bastante ingênuo e muito audacioso traçar em poucas páginas o caminho percorrido pelas homossexualidades brasileiras ao longo de cinco séculos. Entretanto, a tarefa

torna-se menos complexa quando o olhar com maior atenção permite que salte à vista uma realidade que perpassa os anos, ou seja, a recorrência da homofobia desde que aportaram nestas terras os conquistadores europeus.

A prática da homofobia e a condenação da homossexualidade como “pecado nefando”, isto é, aquele que não se pode nomear, foi uma herança dos cristãos para a cultura brasileira, herança que é recontada, reeditada, reconstruída e presente inclusive nos dias atuais quando essa homofobia reveste-se de outras tonalidades, mas segue igualmente discriminatória e preconceituosa.

Para um olhar sobre as homossexualidades no Brasil é preciso destacar a obra de João Silvério Trevisan, *Devassos no Paraíso* (2004), talvez um dos mais completos levantamentos sobre as experiências homossexuais brasileiras ao longo dos quatro primeiros séculos de colonização. A partir de muita pesquisa, Trevisan consegue traçar as relações sexuais entre iguais na vida da Colônia, do Império e da República Brasileira. O autor mostra no livro as idas e vindas da homossexualidade nesse país e a recorrência de um lugar de “segunda ou terceira” categoria destinado para os “devassos”.

Esta idéia de um lugar “perverso” para os homossexuais no Brasil é explicitada por Trevisan logo no começo do livro quando fala de suas motivações a escrevê-lo:

Pretendo com este livro realizar um trabalho de desconstrução para tentar mostrar que no Brasil a sardinha sempre foi puxada para a brasa daqueles que tentam construir padrões de sexualidade baseados na padronização dos gêneros masculino e feminino (fenômenos culturais) vendidos como naturais (...). Entre nós, apesar de todas as discussões amplas e públicas sobre a homossexualidade, provocadas, sobretudo pela eclosão da AIDS, continua valendo acima de tudo o arcaico “faça, mas não diga”, genuinamente verde-amarelo-azul-e-branco. Quando, nos idos de 1970, o então professor universitário Fernando Henrique Cardoso comprava o jornal *Lampião* na Livraria Kairós, em São Paulo, e mandava embrulhar, isso mostra sem dúvida que ele era um dos poucos intelectuais de esquerda tentando estar atento com seu tempo; mas também evidenciava como não era de bom-tom, sequer a um intelectual antenado, sair por aí exibindo um jornal que a mídia chamava de “porta-voz dos homossexuais” (TREVISAN, 2004, p. 29).

A alegoria do autor salienta o quanto a aproximação com a homossexualidade no Brasil já é comprometedora, quanto mais ser homossexual nesse país, muito embora tal prática seja uma realidade deste e dos demais países do Planeta, há pelo menos quatro mil anos, época de onde datam as primeiras demonstrações de homofobia, segundo Luiz Mott (2006, p.42).

Nesse ponto cabe uma ressalva. Não entendo a homossexualidade como um fenômeno trans-histórico, uma vez que este é um conceito do século XIX, como bem mostra Michel Foucault. A homossexualidade passa a existir como categoria apenas nesse período.

Entretanto, como Mott reconheço que existia nos mais longínquos períodos históricos as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o que é diferente de homossexualidade. A homossexualidade é uma categoria, uma “identidade”, coberta e recoberta por muitas prerrogativas, diz respeito a um estilo de vida, realidades que não estavam presentes nos momentos precedentes ao século XIX.

Mott reconhece as práticas homossexuais sendo discriminadas no Brasil colonial, onde ainda que sujeita a pena fosse fartamente exercida, seja entre os índios, entre os brancos, entre os negros, enfim, para estas populações não estava revestida de pecado, conceito introduzido a partir do contato com a cultura (religião) do colonizador.

Mott esclarece que a ciência Etno-histórica mostra que o desconforto com as práticas sexuais entre iguais tem raízes na tradição de Abraão, há mais de quatro mil anos e de lá é irradiada para o mundo a partir das três grandes religiões messiânicas, a saber, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Desde então de uma ou outra forma, usando um ou outro artifício, no caso cristão, os pressupostos da Bíblia Sagrada são elencados segundo interpretações como elementos que corroborariam a tese de uma prática nefasta e pecaminosa (Idem, p. 42).

O Brasil tem mais de cinco séculos de tradição católica. Está na gênese deste país o cristianismo católico, muito embora hoje se consagre em leis o *status* de um país laico. Entretanto, as mentes foram acostumadas a ouvir nos ritos religiosos, obrigatórios para as boas famílias, as exortações de busca de total distanciamento destas práticas devassas.

Trevisan mostra com detalhes os caminhos percorridos pela homossexualidade no Brasil colonial. James Green e Ronald Polito (2006) percebem esta prática, assim como João Silvério, no dia-a-dia do Império brasileiro. O comum entre os dois textos continua a ser o lugar das homossexualidades: *o underground*. É nos subterrâneos do Império, por vezes muito próximo dos palácios e das casas grandes, que os “perversos” se reuniam, não poucas vezes com os “brancos bem nascidos” para praticar os atos nefandos (GREEN & POLITO, 2006; TREVISAN, 2004).

O espaço reservado às homossexualidades nesse período fora um espaço de “segunda categoria”, ou ainda um espaço de invisibilidade. Com o século XX – desde o final do XIX com o advento da República – a Igreja perde poder, mas segue sendo a grande referência moral para o país e a homossexualidade continua a ser uma prática da qual se deve manter distância. Entendo que não é necessário adentrar à velha discussão de normalidade e anormalidade, nem mesmo elencar exemplos mil para justificar a existência da homossexualidade. A homossexualidade existe e só.

O fato interessante e peculiar das homossexualidades no Brasil, além dessa prática constante da construção da invisibilidade, que vai resultar num empecilho para o movimento gay organizado, até que ocorram as grandes manifestações públicas, ditas Paradas¹⁶, é o de dos maniqueísmos com relação aos tipos homossexuais. No Brasil, os papéis sexuais gays, sobretudo na segunda metade do século XX, começam a ficar muito demarcados.

Tal discussão já está presente na obra pioneira de José Fábio Barbosa da Silva (2005), escrito na década de cinquenta, *Homossexualismo em São Paulo*, quando começa a organizar-se todo um circuito gay na capital paulista que envolve o sexo entre os “ostensivos” e os “dissimulados”; categorias utilizadas pelo autor para diferenciar, via de regra, ativos de passivos, ou o que Peter Fry vai perceber mais tarde como “bichas” e “machos”.

O livro de Barbosa da Silva é sintomático, inovador, porque segundo James Green e Ronaldo Trindade ele pensou pela primeira vez os homossexuais no Brasil como *mais um grupo social da grande metrópole, sem avaliá-los como criminosos, doentes ou com defeitos hormonais* (2005, p. 30). A partir desse texto, segue-se uma extensa lista de autores que passaram a se desfiliar de uma corrente de teóricos que buscavam nas homossexualidades o seu potencial vitmizador e representá-la. É verdade que a homossexualidade foi historicamente discriminada por muitas razões, mas este autor representa os homossexuais como mais um entre tantos grupos sociais que fazem parte da cidade, tentando fugir das levas pejorativas que recaíam sobre os gays, mostrando que apesar do preconceito, da homofobia, são sujeitos que têm suas vidas, suas relações e contribuem com a sociedade na qual estão inseridos.

Carmen Dora Guimarães (2004) vai dizer que a cultura brasileira na década de setenta era muito marcada pelo patriarcalismo, configurando-se como uma cultura machocêntrica. Essa cultura machocêntrica tratava de excluir as mulheres e tudo o que se aproximava do feminino. A partir da compreensão de uma masculinidade hegemônica, a homossexualidade aproxima-se do feminino, logo era discriminada.

Essa aproximação da homossexualidade com o feminino não é natural, por mais que a literatura de uma época tenha tentado fazê-la, sobretudo, mais uma vez, amparada nos textos bíblicos (vide *Levítico*) e nas investidas de que o coito precisa ter papéis destoantes, binários e opositivos, ou seja, um ativo dominador e um passivo dominado. Sem falar, é claro, que os gays entram para história como indivíduos que só fazem sexo. Eles não têm vida. Sua

¹⁶ Para maiores informações sobre o Movimento Homossexual Brasileiro e as Paradas do Orgulho GLBT ver FACCHINI (2005).

vivência gira acerca do sexual, quando a sexualidade envolve um sem número de fatores e uma pessoa pode acionar diferentes identidades e performances.

A cultura brasileira assimilou de forma muito tranqüila essa dualidade. Peter Fry em um livro que relata suas primeiras experiências como antropólogo no Brasil discutindo homossexualidade, trata de dar conta de algumas dessas dualidades sexuais. E acredito que nos ajuda a pensar, mais uma vez, o lugar das homossexualidades na sociedade brasileira, hoje, muito embora cada vez mais se esteja caminhando para uma construção de paridades sexuais, ou seja, onde as diferenciações cristalizadas, como as descritas a seguir por Fry, começam a ficar ultrapassadas.

Essa dicotomia “macho” / “bicha” é trabalhada com profundidade por Peter Fry (1982,1985). Para esse estudioso, tal diferenciação marcou de forma indelével o cenário homossexual brasileiro até a década de sessenta, quando o termo “entendido” ganha destaque. O “entendido” era o “genérico” brasileiro do “gay” estadunidense, ou seja, aquele indivíduo que se relaciona sexualmente com outros homens, mas não adota os traços associados à “bicha”. Esse “macho” era o chamado *bofe*. A variante argentina é o *chongo*, como será visto a frente. (1985, p.24).

Fry esclarece que na cultura brasileira era nítida a diferenciação de papéis sociais e sexuais de “machos” e “bichas”. O “macho” podia até se relacionar com a “bicha”, mas ele tinha que ser o “ativo” da relação e, geralmente, esse “macho” tinha relações heterossexuais freqüentes. “Comer” a “bicha”, ao contrário de depreciativo, seria uma afirmação de sua masculinidade (*Idem*, p.39). À “bicha”, obrigatoriamente, pelas imposições culturais, sobrava “dar” para os “machos”, ou seja, ser o “passivo” da situação, assemelhando-se ao papel executado pela mulher e sendo razão de depreciação.

Como falei acima, estes papéis têm se transformado muito. Nem sempre uma aparência de “bofe” ou “macho” reflete uma prática sexual ativa, o mesmo vale para a categoria “bicha”, nem sempre passiva, todavia publicamente esta dicotomia precisa ser percebida para não desqualificar o “homem” da relação.¹⁷ No universo privado, às vezes, as inversões de papéis podem ocorrer. Peter Fry conclui que:

Desta forma, neste Brasil que estamos chamando de “popular” (...) o menino é chamado de “bicha” não simplesmente porque se supõe que ele goste de manter

¹⁷ A antropóloga Maria Luiza Heilborn, no livro **Dois é Par: gênero e identidade sexual em contexto igualitários** (2004), põe em questão essa hierarquização da vida sexual. Para Heilborn o padrão está se transformando, dando indícios de certa semelhança entre as atribuições do casal, bem como dos papéis sexuais, sobretudo nas relações não heterossexuais.

relações homossexuais, mas porque ele é “efeminado” (desempenha o papel feminino) e porque se mantiver uma relação homossexual desempenhará um papel “femininamente passivo” (*Ibidem*, p.43).

A homossexualidade brasileira depois de ser considerada pecado, crime, doença, enfrentava outro obstáculo, a confusão com o feminino; e essa ligação proeminente com o outro sexo. Essa relação ocorre até hoje. Muitos dos gays que entrevistei relatam que as primeiras idéias que tinham de homossexualidade é que se tratava de uma relação passiva com um heterossexual. Algo muito justo, uma vez que essa é a idéia vigente no senso comum. Mas por que esta é a idéia vigente?

Porque ao longo de nossa história foram elaborados vários discursos em relação à homossexualidade. Alguns evidenciei ao longo destas linhas, mas gostaria de centrar em dois: o discurso da invisibilidade e o discurso da efeminação. O discurso do pecado sempre foi muito presente. Entretanto, o entendimento de que esta é uma prática ou uma identidade que precisa ser ocultada e reprimida nos foi ensinado desde os primeiros anos. Rejeitar as práticas gays era afirmar-se como homem, heterossexual, macho, viril, assim estávamos ao mesmo tempo abandonando uma feminilidade inata, quase freudiana, que nos acompanhava.

Os gays mais visíveis em sociedade são os homossexuais com trejeitos socialmente entendidos como pertencentes ao sexo oposto. São estes que as pessoas identificam rapidamente como diferentes. Logo, os símbolos presentes nestes homossexuais passam a ser símbolos e a representar toda a múltipla e diversa categoria dos homossexuais. Ainda que se saiba que há uma diversidade de subgrupos entre os gays, o senso comum desconhece estes subgrupos e generaliza quase que de maneira essencialista.

Se ser homossexual é ser afeminado, nada melhor para burlar as correntes homofóbicas, do que não ser afeminado e tornar estas práticas invisíveis. E aí, volto ao começo, quando Trevisan diz que nesse país vige a lógica do “façam, mas não digam”, ou ainda, eu acrescentaria *façam, mas não pareçam*. Essa foi a estratégia utilizada para lentamente introduzir a discussão das homossexualidades na *novela das oito*, por exemplo.

Já é clássica a lembrança da novela *A Próxima Vítima* de 1995, novela de Sílvio de Abreu, que trouxe a discussão de forma muito clara ao apresentar o casal gay Sandrinho e Jeferson (André Gonçalves e Lui Mendes). A receptividade do público foi muito ruim. Os atores eram agredidos na rua. Em *Torre de Babel* (1998), as personagens de Silvia Pfeifer e Christiane Torloni precisaram morrer queimadas em razão da não-aceitação do público. Com o tempo, as personagens não mais morrem, não apanham, não fazem sexo é verdade, nem ao menos se beijam, mas a discussão já adentra os lares das famílias brasileiras, através de uma

ferramenta que forma opinião (no Brasil, as telenovelas, sobretudo da *Rede Globo*, formam opinião) (GUTKOSKI, 2006).

Nos primeiros cinco séculos de história do Brasil, foram reservadas às ditas minorias sexuais um lugar desprivilegiado, logo não serão três ou quatro décadas de militância que farão faltas seculares ser reparadas. Todavia, alegoricamente, ainda que sob a aura homogeneizante de personagens politicamente corretas, deixar as escuridões dos *dark rooms*¹⁸ históricos e adentrar o *horário nobre* pode ser considerado um passo à frente, com todas as limitações e cautelas que esse passo tenha.

2.4 – O lugar das homossexualidades na Argentina

Se no Brasil nos cinco primeiros séculos a homossexualidade foi relegada a um papel de invisibilidade e de homofobia, essa realidade é compartilhada pela Argentina e se quiséssemos aprofundar a discussão, por quase todos os países latino-americanos. As razões argentinas para não querer ver a homossexualidade e ao mesmo tempo “odiá-la” são muito parecidas com as brasileiras: tradição católica e machismo, entre outras razões. Mas, sem dúvida, essas duas condições legaram à homossexualidade um arcabouço de negatividade que renderá muito trabalho aos grupos ativistas em sexualidade.

Em *Sueños de extermínio* (2004), Gabriel Giorgi explica como a homossexualidade se constitui como identidade na Argentina e o lugar ocupado por ela:

La “homosexualidad” se constituyó como categoría y como identidad en torno a un mecanismo paradójico: el de una *ficción normativa* que nombró y instituyó una clase de individuos cuya existencia definió como indeseable, volviéndoles candidatos a correcciones, curas o, directamente, eliminaciones; ese origen y ese sedimento determinó en gran medida los modos en que la homosexualidad se inscribió en la cultura (2004, p. 09).

Através de um espaço de decadência moral, proximidade com o indesejável, ou sendo o próprio indesejável, é que ao final do século XIX e durante o século XX a homossexualidade vai sendo introjetada no imaginário popular argentino através de sua cultura e em grande medida pelas páginas da literatura.

Este lugar de desprezo da homossexualidade não foi privilégio do século XIX na Argentina quando esta categoria surge e é medicalizada. As práticas sexuais entre homens no

¹⁸ Na língua portuguesa pode-se traduzir por “quartos escuros”, ou seja, espaços reservados em boates, cinemas pornôns, vídeo-locadoras, saunas e clubes de sexo para interações mais íntimas entre os frequentadores.

país platino começa a ser discriminada, tal como no Brasil, a partir da chegada dos conquistadores ibéricos, no caso Argentino, dos espanhóis (BAZÁN, 2006).

Bazán adverte que conseguir fontes que documentem a homossexualidade nos primeiros tempos argentinos é bastante complicado, porque muitas dessas informações foram apagadas junto com seus praticantes:

Es impensable que los “sodomitas” de la época hicieran gala de su “anormalidad, sabiendo que ahí estaba el rollo para ser colgados. (...) Este es uno de los graves problemas para interrogar a la historia de la homosexualidad. Primero se persiguió cualquier signo de homosexualidad con tortura y muerte de carácter ejemplar. (...) Los Reyes Católicos en 1492, pidieron que los huesos de los sodomitas fuesen quemados e reducidos a polvo para que no quedara memoria de su existencia (BAZÁN, 2004, p. 63).

As fontes históricas que documentam a perseguição, humilhação e morte dos homossexuais são muito raras, porque já nos primeiros tempos da colônia se difunde a noção de distanciamento dos “perversos” a fim de que as boas famílias não acabem introjetando essas práticas “monstruosas”. Esse distanciamento se dava fundamentalmente em função de três fatores apontados por Bazán: a questão religiosa, um medo político e social que envolvia os homossexuais além, é claro, de serem pessoas desprezíveis.

Na Argentina, entre os primeiros séculos de colonização, aconteceu algo muito semelhante ao caso brasileiro, a homossexualidade foi tão perseguida e rechaçada quanto desejada. Os conquistadores chegam e se deparam com os “outros”, os diferentes, vivendo em uma relação tão mais próxima com a natureza que eles e isso os fascina, tanto quanto os aterroriza.

A fé católica, homofóbica por princípio dogmático¹⁹, e uma cultura patriarcal que lhes acompanha funcionam, como no caso brasileiro, à semelhança de catalisadores a fim de controlar a situação e impedir que tudo se transforme em uma grande “orgia”. Por essa razão, como destaca Bazán, é que as perseguições, as punições e os sacrifícios na fogueira dirigiam-se na grande maioria das vezes para os indígenas que não aceitavam o processo de aculturação e conquista. Assim, os forasteiros resolviam dois problemas matando um índio só: tornavam invisíveis suas próprias práticas homossexuais e ainda mostravam de forma exemplar o que acontecia com aqueles que não aceitassem a nova cultura e negavam-se a abandonar as práticas “sodomitas”.

¹⁹ Logo após ser escolhido Papa, o então Cardeal Joseph Ratzinger, hoje Bento XVI, afirmou que: "A igreja classifica os casamentos homossexuais como imorais, artificiais e nocivos." <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u82983.shtml> .

O século XIX é fundamental para a compreensão das homossexualidades argentinas e do lugar reservado a elas dentro da sociedade. É no século XIX que a Argentina, junto com a grande maioria dos países latino-americanos, torna-se independente e segue o caminho do republicanismo. Esta passagem para um regime democrático ainda que provoque mudanças na estrutura sócio-cultural, não provoca mudanças drásticas e mantém quase que a mesma situação dos tempos anteriores. Um privilégio que não foi apenas argentino. No Brasil a situação não foi muito diferente.

É muito recente a literatura argentina que fala especificamente sobre homossexualidade. Em um livro que já se tornou clássico no país Jorge Salessi propõe discutir em *Médicos, maleantes y maricas* (1995) as homossexualidades argentinas entre 1871 e 1914, exatamente quando a discussão acerca da temática populariza-se no mundo, sobretudo após ser retirada do patamar de crime e pecado e constituída enquanto categoria patológica. Nesse momento histórico, os gays não eram mais pecadores e criminosos, mas pessoas doentes e transtornadas.

Salessi, através deste texto, vai reconstituindo a história da homossexualidade em Buenos Aires no período através de fontes de autores da época. É importante salientar uma questão. A Argentina é um país que guarda traços comuns com o Brasil, mas é muito diferente. A começar por não ter as dimensões continentais brasileiras, nem mesmo sua grande população. Assim, falar da Argentina no período estudado por Salessi é falar da cidade de Buenos Aires, que é o grande centro do país na época e até hoje. Tudo passa por Buenos Aires. A cidade aparece como uma ilha pós-moderna diante de uma Argentina ainda colonial, ainda rural. São poucas as cidades argentinas que possuem mais de cem mil habitantes e muito menos as que possuem hoje grupos gays organizados.

Salessi destaca que havia já nesse período o que Alejandro Modarelli vai chamar de “homossexualidades subterrâneas”. Havia todo um clima de proibições, de afastamento, mas nos subterrâneos do poder, ao cair das tardes, nas noites, nas ruas, nos parques, havia um consumo homossexual impressionante, ainda que durante o dia a *marica* fosse um tipo absolutamente desprezado (SALESSI, 1995).

Na Argentina, tal como no Brasil, no senso comum há demarcações e diferenciações muito fortes dos papéis de gênero nas relações homossexuais. Há uma tentativa de reprodução das relações heterossexuais, ou seja, a reprodução da dicotomia masculino e feminino. Então um dos parceiros, o ativo, é o homem, macho, viril, quase sempre heterossexual, aquele que vai ser conhecido como o *chongo*. Por outro lado, está o homossexual na posição passiva, de fêmea, a *marica*, que depois será imortalizada tanto na obra poética, como acadêmica de

Nestor Perlongher como as *locas*, similar argentino da *bicha* brasileira destacada acima a partir dos estudos de Peter Fry.

Esse lugar invisível da homossexualidade argentina, enclausurada nos subterrâneos de Buenos Aires, foi característica presente em boa parte do século XX. O interior argentino ainda vive, nos dias atuais, situações de homofobia bastante recorrente, ainda que em Buenos Aires a situação tenha se transformado bastante.

Quando do trabalho de campo em Buenos Aires, contatei o dono da mais antiga boate dedicada ao público gay da cidade, *Contramano*. Jorge, com seus quase setenta anos, concede-me uma entrevista na qual rememora os tempos de uma homossexualidade que começava a “sair do armário” em um cenário bastante repressivo:

“Por los años, sabes, que cuando yo descubrí mi sexualidad, la homosexualidad no era bien vista por la sociedad, ni tolerada y que se vivió siempre una perfecta doble vida, no, uno tenía su profesión, sus amigos normales, esto entre paréntesis, y teníamos que formar otro grupo de amistades del ambiente, si, el ambiente homosexual. Sobretudo de donde yo vengo, yo vengo de la ciudad de La Plata, que es una ciudad de la provincia, que es una ciudad muy chica, con mucho autocontrol, entonces la gente se conectaba circunstancialmente en la calle, la gente se reunía en casa y así se organizaba el ambiente gay. Se hacían fiestas a fuera, así como acá en Buenos Aires se iba, se hacían fiestas en Tigre, es un lugar ideal para se hacer fiestas gays porque se queda aislado del resto, se juntaba una población de gente gay. El mismo ocurría en La Plata con la costa de la plata, del Río de la Plata, un balneario que se llama Punta Larga, un balneario de río” (Jorge, 67 años).

As declarações do informante mostram uma interação que exigia a construção do que ele chama de uma *doble vida*. Enganam-se aqueles que pensam que essa vida dupla é uma estratégia dos anos 50 ou 60. Tal realidade é compartilhada por muitos dos informantes deste trabalho, conforme se verá à frente. O interessante da fala de Jorge é que, em meio a um cenário de intenso autocontrole, uma Argentina machista, católica e conservadora, surgiam espaços que permitiam interações entre os homens com práticas homossexuais.

Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi, em *Fiestas, baños y exilios* (2000), relatam como se davam estas situações enunciadas por Jorge durante a última ditadura militar do país, que esteve em vigência entre os anos de 1976 e 1983. Todavia estas interações dizem respeito a tempos anteriores e posteriores ao período estudado por Modarelli e Rapisardi. As festas, os banheiros e os exílios são realidades que perpassam todo o século XX como estratégias para interações e vivências homossexuais na Argentina além de furtivos encontros pelas ruas e parques.

Em uma Buenos Aires sitiada pelos militares, durante o período de ditadura, a homossexualidade precisava encontrar alternativas para seguir acontecendo. Uma das

estratégias era realizar festas em lugares fora de Buenos Aires. Segundo Rapisardi e Modarelli, um desses lugares era o interior da vizinha cidade do *Tigre*. No interior desse lugar, organizavam-se grandes festas com a presença de muitos homossexuais, muitos chongos, alvo de desejo e cobiça dos gays, além de travestis que apresentavam seus espetáculos (RAPISARDI & MODARELLI, 2000).

Nesse mesmo período, os banheiros públicos de praças e do metrô eram pontos de encontro entre homens que desejam sexo com outros homens. Esta é uma das práticas mais populares de sexo entre homens em Buenos Aires ao longo dos últimos cinquenta anos. Durante a última ditadura essa prática foi violentamente combatida, tanto quanto incentivada, através da corrupção da polícia, que tinha de reprimir tais atos, mas fechava os olhos mediante pagamento de propina, quando não participava de ditas interações (Idem, 2001).

Na década de setenta, reflexo dos acontecimentos dos Estados Unidos em 1969, com a *Batalha de Stonewall Inn*²⁰, faz surgir na Argentina uma Frente de Liberação Homossexual, ligada à esquerda e reivindicando espaço e lutando contra a homofobia. (BAZÁN, 2006; RAPISARDI & MODARELLI, 2000).

Este cenário todo documenta, como lembrei acima, a cidade de Buenos Aires. As províncias do interior, no entanto, começam a construir, também elas, ainda que com um *glamour* menor que a Capital, o seu circuito e a sua sociabilidade homossexual. Assim, é sintomática a obra de Horacio Federico Sívori, *Locas, chongos y gays* (2005), na qual o autor relata a vida gay de Rosário, cidade da Província de Santa Fé, durante a década de noventa.

Sívori, em uma discussão sócio-antropológica, retrata as diferentes identidades gays presentes na vida rosarina durante o período e mostra o surgimento e popularização do tipo *gay*, uma espécie de meio termo entre a *loca* e o *chongo*. O *gay* “entende-se” homossexual, mas não é afeminado e extravagante como as *locas*. Ele não rejeita a homossexualidade como os *chongos* e ainda que não afeminado, discreto e até mesmo viril, aceita a posição passiva nas relações sexuais. Além disso, Sívori mostra o circuito rosarino de trânsito homossexual e suas ligações com Buenos Aires e outras capitais e cidades importantes da América Latina.

Os anos 2000 trouxeram muitas transformações e conquistas para as homossexualidades na Argentina em geral e Buenos Aires em particular, todavia ainda entendo como prematuro pensar que todas as questões estão resolvidas, uma vez que a ingerência católica na vida educacional e política do país continua a ser muito forte. Ainda assim, como destaca Ernesto Meccia (2006), alguns avanços não podem ser ignorados, tais como, Buenos Aires ser

²⁰ Este fato que simboliza o marco inicial do movimento gay mundial será destacado no quinto capítulo deste texto.

considerada a capital gay da América Latina e possuir um circuito homossexual bastante variado, além de ser a primeira capital do subcontinente a conseguir a aprovação de uma Lei de União Civil para homossexuais.

Resta, porém, toda uma Argentina interiorana, distante das informações e dos ditos avanços que se aprimoram cada vez mais na Capital, onde a integração vista em Buenos Aires seja com os demais países do continente, seja com outras regiões do mundo, ainda não aportou naqueles *pueblos* e isso se torna preocupante, uma vez que se pode criar a ilusão de que as liberdades recentes vistas em Buenos Aires e em algumas outras cidades, sejam a realidade de todo país.

2.5 – O lugar das homossexualidades nas Relações Internacionais

Se no Brasil e na Argentina o lugar das homossexualidades em boa parte do tempo coincide, o mesmo não acontece no cenário das relações internacionais, onde ao que tudo indica, esse lugar nem mesmo existe. Recentemente, alguns órgãos das Nações Unidas começam a implementar algumas políticas que tangencialmente atingem os homossexuais, são políticas voltadas para os direitos humanos e para a questão do combate à AIDS.

Discussão específica sobre homossexualidade no âmbito das relações internacionais é quase que inexistente. Tal situação deve-se a uma compreensão de relações internacionais, enquanto relações interestatais, o que já é um tanto quanto ultrapassado pela literatura mais recente. Em vista disso, é compreensível que se as relações internacionais forem entendidas enquanto meras relações entre Estados, realmente as homossexualidades estarão de fora desta pauta, uma vez que na maioria das sociedades mundiais, tal prática configura-se ainda como um tabu, em muitas delas considerada crime.

Por outro lado, se as relações internacionais forem vistas sob outros ângulos, é possível que novos atores possam ser incluídos nesse leque de contatos. Dessa maneira é que Ricardo Seitenfus define relações internacionais como sendo

O conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. Portanto, são internacionais todos os fenômenos que transcendem as fronteiras de um Estado, fazendo que os sujeitos, privados ou públicos, individuais ou coletivos, relacionem-se entre si. Essa percepção alarga tanto mais a cena a ser analisada quanto o número de atores que dela tomam parte (2004, p. 02).

Ao longo da história da humanidade é evidente a primazia do Estado no comando de tais operações. E via de regra, as relações internacionais primaram pelo mundo político-econômico, pelas grandes “questões de Estado”. Mas Seitenfus esclarece que os Estados são apenas um entre os atores das relações internacionais na contemporaneidade.

Seitenfus fala de novos atores nas relações internacionais que funcionariam como concorrentes ou contraponto à hegemonia do até então – e em tempo histórico falo do século XX - único ator das relações internacionais, o Estado:

Malgrado o surgimento de importante concorrência, as relações internacionais prosseguem sendo dominadas por um ator principal – o Estado –, secundado, e, muitas vezes, contraditado por vários atores cuja influência manifesta-se de maneira parcial e episódica (...) (Idem. p. 69).

Mas de que novos atores estão falando? No começo do século XX, pós-primeira guerra mundial, surge um primeiro ator secundário no cenário das relações internacionais, trata-se das Organizações Internacionais, como exemplo, podemos citar a Organização Mundial do Comércio (OMC). As organizações internacionais são *associações voluntárias entre Estados, constituindo uma sociedade, criada por um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros.*²¹

Além das organizações internacionais, surgiram também nesse cenário as organizações não-governamentais, as ONGs, que reuniram-se em uma organização de alcance transnacional, a ONGAT, e ganham espaço no cenário das relações internacionais. A organização das ONGs é muito significativa porque é através delas que muitos temas não tratados pelas tradicionais relações internacionais começam a ser discutidos a níveis mundiais, a homossexualidade é um deles. Em grande parte do mundo, muitas das organizações que reivindicam direito, cidadania e inclusão para os homossexuais organiza-se enquanto ONGs.

Esses novos agentes e a compreensão de que o campo de abrangência das relações internacionais está além das relações entre estados fez com que o próprio Estado operasse uma transformação no sentido de interessar-se por novas temáticas. Seitenfus diz que:

Além da amplitude do campo, multiplicam-se os temas que interessam às Relações Internacionais. O Estado, por exemplo, interessa-se atualmente por temas internacionais desprezados ou inexistentes no passado: a importância de trocas comerciais; a captação de recursos financeiros estrangeiros; a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente; a cooperação técnica internacional (saúde pública, trabalho, comunicações, propriedade intelectual, migrações, agricultura e desarmamento) e a política de difusão cultural. Tais temas agregam-se às

²¹ Ver SEITENFUS, R. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

preocupações internacionais tradicionais, como a segurança, a manutenção da paz, a busca do prestígio e o exercício da influência (Ibidem, p. 03).

Seitenfus toca em um tema complicado. Sempre foi um tema popular, no universo das relações internacionais, o exercício da influência. E esse exercício de influência gerou a divisão do mundo em dicotomias. As relações internacionais foram ineficazes e através de suas inúmeras organizações não conseguiram diminuir essa distância, pelo contrário, em alguns casos a agravaram.²²

As homossexualidades fazem parte das práticas marginais, mas podem começar a reivindicar algum espaço para si. Esse espaço passa, indiscutivelmente, pela questão dos direitos humanos, uma preocupação internacional muito recente de fato. Um direito fundamental do indivíduo é o direito à liberdade. Tal direito fundamental foi incorporado como um direito humano.

A sexualidade humana é um componente imprescindível para a realização da pessoa como humano e isto implica a sua liberdade sexual e a sua liberdade de orientação sexual. Assim, liberdade, sexualidade e igualdade são direitos humanos de primeira geração. Nesse sentido, o direito à livre orientação sexual é um direito fundamental e não pode ser reprimido e discriminado, segundo Maria Berenice Dias (2006).

Todavia, uma rápida olhada na história mostra que é bastante truncada a questão dos direitos humanos. Tão truncada como recente. A história de tais direitos está ligada à compreensão individualista do sujeito, algo datado historicamente na “era moderna”, nas palavras de Adriana Vianna (2004). Marcos importantes da caminhada dos direitos humanos são as declarações de direitos estadunidense e francesa. Tais declarações colocavam em destaque o cuidado com o indivíduo frente o Estado.

Já no século XX os direitos humanos destacam-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos com a criação da ONU em 1948. Essa declaração é importante na medida em que pretende retirar do abstrato filosófico essa gama de direitos e aplicá-los na prática. Aplicá-los na prática só seria possível com a criação de *instrumentos internacionais de defesa desses direitos* (VIANNA, 2004).

Em 1966, houve a assinatura de dois pactos internacionais, um deles dizia respeito aos Direitos Civis e Políticos e o outro aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os quais são momentos emblemáticos porque permitem um alargamento do diálogo com populações

²² É evidente a necessidade de existências destes organismos internacionais, uma vez que é indiscutível o caráter humanitário existente em muitos deles, como a ONU, a Cruz Vermelha, a UNICEF, a UNESCO, mas a crítica é com relação a práticas que não deram conta de minimizar as mazelas do planeta, talvez porque as políticas, em grande medida, sejam regidas por aqueles que se beneficiam como este estado de coisas.

excluídas, mas ainda assim o caminho para inclusão das homossexualidades não está aberto. Apenas na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em 1993, em Viena, é que a questão das minorias entra em voga, o que não quer dizer um tratamento específico para as homossexualidades:

A Conferência além de destacar mais uma vez a complementaridade entre direitos civis/políticos e econômicos/sociais/culturais, incluiu as organizações não-governamentais como atores relevantes na implementação de direitos humanos e incorporou problemáticas que já vinham sendo tratadas através de outras regulações, como as dedicadas às mulheres, às crianças ou às minorias (VIANNA, 2004, p. 18).

Duas questões me parecem relevantes. Uma é a incorporação das ONGs como elementos de promoção dos Direitos Humanos. Nesse sentido, indiretamente, pode-se pensar nos grupos homossexuais que já estão nesse momento organizados enquanto ONGs. Uma segunda questão é a denominação genérica de minorias.²³ Dentro da categoria minorias cabem muitas subcategorias, inclusive os gays. Posteriormente, em 1994 e 1995, nas Conferências de Cairo e Pequim, foram publicados dois documentos específicos sobre direitos sexuais.²⁴

A questão da homofobia é uma tônica dos discursos em vista da aquisição de direitos, uma vez que tal discriminação é bastante recorrente. Em vista disso, o cenário das relações internacionais e mesmo dos direitos humanos, ainda não dispõe de um mecanismo específico para este fim, todavia, discussões correlatas e paralelas acontecem.

Segundo Roger Raupp Rios

A teoria e a jurisprudência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais afirmam de modo cada vez mais claro e firme, a ilicitude da discriminação por orientação sexual. Tanto tribunais internacionais de direitos humanos, quanto tribunais constitucionais nacionais, têm vislumbrado a situação ofensa a diversos direitos humanos e fundamentais na discriminação dirigida contra manifestações divorciadas do heterossexismo. Nestes casos, direitos básicos como privacidade, a liberdade individual, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade humana, a igualdade e a saúde são concretizados e juridicamente protegidos em demandas envolvendo homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais (2007, p.39).

²³ As minorias muitas vezes podem não ser numericamente inferiores, mas são representativamente menos importantes nos cenários de decisões. O exemplo clássico são os pobres. Esta categoria de fato não é uma minoria, senão a maioria, entretanto fazem parte das ditas minorias desprivilegiadas no sistema político-econômico atual.

²⁴ Segundo Roger Raupp Rios (2007) pode-se entender como direitos sexuais uma série de direitos que visam o livre exercício responsável da sexualidade, a reprodução livre de discriminações, coerções e violências (p.14-17).

Rios observa que a iniciativa antidiscriminatória, pró-homossexuais, começa a ocorrer, mas debate-se contra uma sociedade heterossexista e conservadora, sendo esta uma razão para a lentidão do processo de incorporação dos direitos dos homossexuais como direitos humanos.

Assim, percebe-se o quanto o lugar das homossexualidades nas relações internacionais e no cenário dos direitos humanos é praticamente inexistente. E quando esse lugar existe é um lugar de descrédito e de preconceito. Lentamente a situação transforma-se a partir de uma nova visão de direitos humanos, mais ampla, inclusiva e quase que vanguardista, todavia, passível de muitas atribuições, em vista de ir de encontro a uma moralidade conservadora e heterossexista que produz e potencializa a homofobia. A situação ainda é complicada e excludente em vista das relações internacionais darem-se fundamentalmente entre Estados, eliminando das decisões os demais atores, senão colocando-os em lugares desprivilegiados.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DE HOMOSSEXUALIDADES RESERVADAS

Após perceber os lugares e não-lugares das homossexualidades no capítulo anterior, este capítulo mostrará uma estratégia dos informantes para viver as homossexualidades e não estar em confronto direto e aberto com a homofobia. O que chamarei de *homossexualidades reservadas* é apenas uma tentativa de reunir em um novo conceito experiências comuns observadas em Porto Alegre e Buenos Aires. Nas duas cidades, os informantes convivem com o que chamo de “cenários de dominação masculina e poderes vigilantes”. Nas duas capitais, este grupo de entrevistados tão distinto entre si acaba enclausurando-se em diferentes formas de vivência das homossexualidades onde o espaço privado, a discrição e a masculinidade serão elementos fundamentais.

3.1 – Cenários de dominação masculina e poderes vigilantes

Em sua grande maioria, os entrevistados deste trabalho ativistas de grupos ou ONGs gays ou não são oriundos dos interiores de seus Estados. Poucos deles nasceram e criaram-se nas capitais e como tentarei demonstrar muitos deles, sobretudo os não-ativistas conservam alguns traços da cultura aprendida nas cidades de origem e os aplicam na vivência de suas sexualidades nas capitais.

A vida no interior parece ser bastante distinta da vida em uma metrópole como Buenos Aires ou como Porto Alegre porque nas pequenas cidades do interior as pessoas estão muito mais próximas umas das outras e as possibilidades de “perder-se na multidão” e tornar-se um anônimo é bastante raro. Tal situação é muito mais corriqueira em uma grande cidade, seja pelo ritmo da vida na metrópole, seja pelo distanciamento da cidade de origem, o que pode significar em alguns casos um distanciamento da família e de todo um sistema de controle instituído e que, a partir do momento em que se faz essa “passagem”, consegue-se transpor uma etapa.

O interior argentino, falo das cidades pequenas da província de Buenos Aires e/ou províncias próximas, possui diversas semelhanças com o interior do Rio Grande do Sul.

Trata-se de um lugar dominado por uma cultura centrada no masculino – até então nada novo, a cultura ocidental é uma cultura masculina – todavia, nesses lugares esta cultura masculina é internalizada por todos, homens e mulheres, sem contar que o homem destes dois lugares é imortalizado na figura do *gaúcho* sul-rio-grandense e do *gaucho* argentino.

Situação análoga acredito ter sido descrita pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1999) quando estudou a sociedade mediterrânea Cabília, onde vigorava uma lógica de complexa dominação masculina. Entretanto, diferente de uma literatura que acredita na dominação masculina como algo intransponível, Bourdieu vê que, mesmo em um sistema quase total de imposição de valores, normas, condutas, é possível a transformação desde que amparada por uma intensa “reeducação” dos sujeitos.

Bourdieu diz que na sociedade Cabília a ordem masculina não precisa de álibis para merecer créditos, ela se impõe como algo “natural”:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (...) (1999, p.18).

Assim, o lugar do masculino é o lugar por excelência não apenas nessa sociedade, mas em todas as sociedades que de uma forma ou outra seguem esta lógica. É importante salientar que esta lógica hoje consegue vigorar com mais força e com mais hegemonia em lugares onde um contradiscurso ainda não tem tanta relevância, em “lugarejos” do interior, por exemplo, onde a vida social ainda é ditada por um patriarcalismo remanescente, por uma fidelidade aos valores cristãos e ligado a identidades regionais representativas que reservem espaço de destaque para as figuras masculinas.

Bourdieu ainda destaca que o sistema masculino de dominação é tão competente que, como dito acima, consegue convencer os dominados da naturalidade dessa sujeição:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (Idem, p.22).²⁵

O autor reconhece um trabalho de convencimento da dominação que abarca desde a relação sexual até as relações sociais dos indivíduos, produzindo um universo no qual seja

²⁵ Grifos do original.

praticamente impossível pensar a possibilidade de existência de uma outra ordem que não a que privilegia o masculino. Esse trabalho não passa apenas por performances e representações sociais, ele incide também nos corpos, identificando neles, funções que cabem apenas aos homens e outras que devem ser exercidas pelas mulheres.

Além da força física, a tarefa de inscrição na sociedade da primazia da dominação masculina é parte de uma *violência simbólica*²⁶ que precisa convencer, desde tenra idade, meninos e meninas de seu lugar na sociedade em questão. Nestes espaços onde existe a primazia evidente do masculino essa pretensa situação de privilégio é povoada de tensões, uma vez que este homem é sempre forçado a afirmar sua masculinidade através da virilidade supostamente nata do “macho”.

A virilidade aparece para o homem como uma carga já que ele tem que estar sempre provando e demonstrando sua *capacidade reprodutiva, sexual e social*. Segundo o autor, isto não ocorre gratuitamente. *A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da vulnerabilidade da honra (...)* (Ibidem, p.64). Nesse sentido, a virilidade é uma categoria relacional e ela precisa ser comprovada e reconhecida pelos outros, nunca apenas pelo sujeito da ação. Uma vez reconhecida pelos pares, então o sujeito masculino torna-se o que Bourdieu chama de um “verdadeiro homem”.

Situações semelhantes – consideradas as devidas proporções e as diferenças de tempo, espaço e forças de socialização – às descritas por Bourdieu na sociedade mediterrânea e presentes nas cidades do interior de onde partem os informantes, podem ser percebidas na obra de Michel Foucault, *Vigiar e Punir (1987)*, onde o autor faz um minucioso estudo reflexivo acerca da história de violência presente nas instituições penitenciárias. Instituições de poder total e controle absoluto, onde se criam regras próprias, algumas vezes, distantes do mundo externo, configurando-se como um mundo à parte, um verdadeiro *mundo paralelo*.

As prisões são instituições de poder, diz Foucault, de criação, execução e ostentação do poder. Além disso, trata-se de um poder vigilante, um poder quase que onipresente. O objetivo deste poder não é recuperar os detentos e devolvê-los à sociedade, senão puni-los com a maior severidade possível a fim de que não experimentem ultrapassar os lindes do permitido outra vez. Através de métodos de violência exemplar tenta-se evitar crimes e

²⁶ Para o autor violência simbólica se institui quando o *dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais de que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 1999, p.47).*

delinqüências mediante a não recuperação, mas o adestramento dos sujeitos. O exemplo foucaultiano é um caso extremo do exercício do poder, mas situações semelhantes, talvez mais requintadas, porém igualmente “disciplinadoras” ocorrem diariamente no dito mundo “civilizado” (FOUCAULT, 1987).

Este arcabouço é idealizado para que uma *ordem social* siga em vigor e para que as patologias (no sentido durkheimiano) não se tornem a regra. Logo é preciso controlar as práticas ilícitas, ou aquilo que se entende por ilícito, ou indesejado:

É, portanto necessário controlar e codificar todas essas práticas ilícitas. É preciso que as infrações sejam bem definidas e punidas com segurança, que nessa massa de irregularidades toleradas e sancionadas de maneira descontínua com ostentação sem igual seja determinado que é infração intolerável, e que lhe seja infligido castigo de que ela não poderá escapar (Idem, p. 73).

Aqui é possível uma conexão com a obra de João Silvério Trevisan, *Devassos no Paraíso* (2004), citada acima. Trevisan mostra historicamente através de pesquisa documental as penas impostas aos homossexuais ao longo da história do Brasil, bem como tais penalidades eram apenas um reflexo daquilo que se fazia mundo afora com relação às práticas sexuais entre iguais desde uma perspectiva legalista, uma vez que tal prática era tida como crime, até uma perspectiva religiosa, que via o sexo homossexual como um pecado e por isso era preciso que fosse alvo de uma penalidade exemplar, tal como descrita por Foucault, a fim de que esta exceção não se tornasse uma regra.

Como dito por Bourdieu, a dominação masculina produz transformações inclusive nos corpos. Foucault vai mostrar que o corpo é o alvo final e o lugar de exercício por excelência do poder.²⁷ É no corpo, em última análise, que o poder se manifesta. Segundo Foucault forma-se uma *política das coerções*, ou seja:

Um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer (1987, p. 119).

Esta pedagogia da violência e da punição, exemplificada por Michel Foucault a partir da organização do sistema de prisões, visa a produção de corpos dóceis, corpos controlados,

²⁷ Para maiores informações a respeito do corpo enquanto objeto de análise das Ciências Sociais ver MAUSS, M. "Técnicas corporais". In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974 e LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, entre outros.

corpos padronizados, dentro de uma lógica de normalidade e de conduta razoavelmente aceita. Por analogia pode-se entender que situações semelhantes vivem as sexualidades em sociedades conservadoras e machistas.

A proposta de Foucault a respeito da disciplina e da punição foi bem exemplificada quando ele se reporta ao modelo *panóptico* de Jeremy Bentham criado no final do século XVIII e problematizado pelo autor no universo da prisão. Tal modelo serviria para uma eficiente vigilância dos presos a todo instante (FOUCAULT, 1979). Analogicamente, pode-se pensar que nas pequenas cidades de onde partem os informantes há o poder normatizador dos comportamentos, sobretudo quando se fala em sexualidade, onde ainda vigora uma lógica de família heterossexual, patriarcal, nuclear.

Ainda que haja todo tipo de artimanha para regradar condutas e gerenciar comportamentos, o sistema de controle não consegue ser total e permite que haja resistência de muitas ordens. A homossexualidade em muitas destas sociedades pode ser vista como uma forma de resistência. Resistência esta que cria toda uma rede de relações e se articula, não raro, em cidades maiores, distantes de um universo mais castrador.

Assim, tal como Michael Kimmel (1998), entendo que podem existir masculinidades hegemônicas, mas não masculinidades totais, porque sempre há uma possibilidade de burlar as forças normativas. Entretanto, em algumas sociedades o controle ultrapassa os limites sociais e consegue transformar-se em um autocontrole, as masculinidades funcionam como mecanismos muito fortes de pressão frente a uma norma estabelecida.

Entendo que as masculinidades não são algo fechado e determinado. Kimmel mostra que:

(...) as masculinidades são socialmente construídas, e não uma propriedade de algum tipo de essência eterna, nem mítica, tampouco biológica. Pressuponho que masculinidades (1) variam de cultura para cultura, (2) variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, (3) variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidade e (4) variam no decorrer da vida de qualquer homem individual. (...) dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia (1998, p. 105).

Kimmel destaca a cultura como fator importante na construção destas masculinidades. Alguns elementos culturais são elencados por ele: o *sexismo*, colocando em lugar privilegiado o *masculino*, onde a categoria cultural *homem* estará frente ao *feminino* e à categoria cultural *mulher*. O segundo fator seria a *homofobia*. As masculinidades forjam suas identidades no

Ocidente, dentre tantos elementos, a partir da afirmação de um sexismo a favor do masculino e de uma construção da sexualidade, negando a homossexualidade.

Como refere Kimmel, existem muitas masculinidades dentro de uma mesma cultura e muitas masculinidades em culturas distintas, dito de outra forma, existem muitas formas de ser masculino, o problema reside em adotar-se uma forma de masculinidade como o comportamento masculino ideal e a partir dele iniciar uma série de podas e castrações para todo e qualquer comportamento tido como dissidente. Robert Connell²⁸ entende que existe uma hegemonia de gênero, mas isso não pode se transformar em totalitarismo de gênero. O autor percebe que

(...) toda cultura tem uma definição de conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e dessa forma se distanciam do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia, e finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, freqüentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e dificuldades nas relações com as mulheres (1995, p. 190).

As masculinidades devem ser vistas como relacionais e como projetos coletivos e individuais que não se resolvem ou se completam já no nascimento do indivíduo, através de uma compartimentação entre cores para roupas dos bebês. Como referido acima, as masculinidades são processos e como processos elas estão em constante construção e reconstrução. Ainda assim, o Ocidente tem reeditado a figura do homem viril, macho, heterossexual e homofóbico como a forma hegemônica de masculinidade.

3.2 – Algumas considerações sobre um grupo de homens gays de Porto Alegre

Pensar as homossexualidades em relação às identidades regionais me parecia algo fundamental para compreender como se processava a vivência da sexualidade nas cidades escolhidas. Acreditava *a priori* que tais identidades, no caso do Rio Grande do Sul, a

²⁸ Connell entende por masculinidade *uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero* (1995, p.188). Isto é, trata-se de uma ação e não algo pensado ou imaginado. Quando o autor fala em posição dos homens, fala da situação relacional da masculinidade. E ao referir-se a gênero ele vai além de interfaces homem-mulher, abarcando a sociedade como um todo, onde transita a categoria gênero.

identidade gaúcha, era uma das responsáveis pelo número reduzido de militantes presente nas organizações homossexuais.

Nos primeiros contatos com os militantes homossexuais entrevistados, as surpresas começaram a ocorrer, sinalizando que talvez minha hipótese devesse ser reconsiderada, como de fato foi. Segundo Cláudio (45 anos) existe uma tensão implícita, uma vez que parte dos riograndenses ainda discute a questão da masculinidade no Rio Grande do Sul a partir dos referenciais da virilidade e da bravura:

“Se tu afirmas uma masculinidade baseada nestes conceitos do gaúcho, de um cara mais desbravador, mais aguerrido, aquela coisa toda, do peão, da revolução farroupilha, que uns setores do movimento tradicionalista conservam e há um discurso ideológico no Rio Grande do Sul, um discurso chauvinista e conservador, um discurso assim, de certa superioridade, baseada nesse aguerrimento nosso. Essa coisa do campo está presente na cultura gaúcha (...). Bom, se tu pegar esse discurso que é conservador, que eu acho que é de setores do Rio Grande do Sul e como é que tu vai associar a homossexualidade, se a homossexualidade é vista como a negação do macho, como fraco, como a mulherzinha, bom aí é o choque, é o oposto, então para esse discurso é claro que a bichice é um elemento de confronto” (Cláudio, 45 anos).

Todavia, segundo outro militante do Nuances, Francisco (34 anos), a tensão entre homossexualidades e identidade gaúcha não se traduz em violência que leve à morte, como em outros estados da federação, sobretudo do Nordeste. Segundo dados do Centro de Referência do Nuances, nos últimos 30 anos pouco mais de 150 homossexuais foram mortos no Rio Grande do Sul. Francisco assim explica:

“Ou as coisas não aparecem aqui, porque eu fico pensando, a gente acompanha estas listas de dados sobre a violência e tal, pelo menos a cada 15 dias uma bicha, uma travesti, é morta de forma brutal no norte e nordeste do país. Eu acho que a gente tem aqui, talvez, alguns mecanismos de garantia dos direitos, ou algumas organizações mais atentas, com mais força política que talvez impeçam o avanço da violência contra os homossexuais. Daí eu não sei se a gente esconde tanto e não vê, ou se a gente tem realmente mecanismos de controle para esta situação. No entanto a gente tem situações de discriminações bastante veladas, em especial no mundo do trabalho” (Francisco, 34 anos).

Um informante do Grupo Somos de Porto Alegre, corrobora as teses do Nuances e diz que não existe uma tensão clara com a identidade gaúcha, ou mesmo com os tradicionalistas. Segundo Glauber (32 anos), até a realização da entrevista o Somos não recebeu qualquer denúncia de discriminação por parte de grupos tradicionalistas:

“Nós não tivemos nenhum problema com os tradicionalistas. Talvez seja a questão de que aqui em Porto Alegre não tenha tanto isso presente. Quem gosta mais de

peitar isso são as lésbicas. Os gays já são mais tranquilos. Se chegar alguém aqui, que foi discriminado em um CTG, nós vamos comprar essa briga. Mas não compramos porque não chegou isso até nós. Acho que isso, talvez, seja mais presente no interior, talvez se tivesse uma ong com assessoria jurídica, mais lá no interior onde essa questão do tradicionalismo é mais presente, acho que talvez essa discussão já tivesse sido feita, mas aqui em Porto Alegre fica meio de lado esse problema”. (Glauber 32 anos).

Assim, as primeiras informações recebidas já sintonizavam que a identidade gaúcha, ainda que marcada e recorrente, não tencionava diretamente com as homossexualidades na capital. Entretanto, as falas mostram a existência desta identidade e de sua influência em regiões do interior do estado.

É lugar comum, na Academia e fora dela, a concepção que entende o Rio Grande do Sul como um lugar diferenciado do Brasil. Fala-se nas peculiaridades e nas especificidades da história do Rio Grande, todavia um mínimo de atenção mostrará que o Amapá também é um estado diferente, que Tocantins deve ter especificidades, que o Ceará conserva sua identidade regional-local. Ou seja, não há um estado da federação mais igual, ou mais diferente. Entretanto a tese da “diferença” em relação ao Rio Grande é recorrente e corroborada a partir de características geográficas, climáticas e identitárias.

Há toda uma literatura no campo da História que conta os primeiros momentos de exploração e colonização do que seria futuramente o que se conhece hoje por Rio Grande do Sul, todavia não é o foco deste trabalho este resgate histórico, ainda que se trate de uma investigação instigante.²⁹

Os informantes oriundos de cidades do interior, em algum momento, tiveram contato com a identidade gaúcha. Segundo Cláudio (45 anos), militante gay de Porto Alegre, nas cidades de origem o referente homossexual inexistente.

“Como que eu ia me situar numa cidade de 10, 15 mil habitantes, no interior do interior, onde tu não via falar sobre gay, a única referência de gay que tu via era no Silvio Santos, as travestis dançando. Mas ao mesmo tempo eu nunca me fechei pra vida, nunca fui uma pessoa reclusa como muitos homossexuais acabam. Meus pais nunca foram de ficar me castrando. Nunca me cobraram nada, se eu era bicha, ou não era bicha. Até porque era um assunto que não se falava. A palavra “homossexual” era uma palavra impronunciável!” (Cláudio 45 anos, militante).

²⁹ A respeito dos primeiros tempos do Rio Grande do Sul, ver, entre outros: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; JACQUES, João Cezimbra. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul**. Santa Maria-RS: Editora da UFSM, 2000; KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (orgs.). **Colônia**. História Geral do Rio Grande do Sul. V.1. Passo Fundo-RS: Méritos, 2006.

Na cidade de Cláudio, como em quase todas as cidades pequenas, o referente é masculino, é heterossexual, é o gaúcho. Para Ruben Oliven (1992), como mostrei anteriormente, o *gaúcho*³⁰ é um modelo que remete a um espaço determinado do território sul-rio-grandese, a saber, a região da campanha, e a toda a história construída acerca desse indivíduo, freqüentemente ligada a ideais de bravura, sempre demonstrados nas épocas belicosas.

O gaúcho do Rio Grande do Sul seria um herdeiro do *gaucho*. O *gaucho* era um tipo andarilho, errante, sem paradeiro, sem família, inclusive sem história, ou seja, era uma identidade plena de valores pejorativos para as elites sociais da época, norteados por uma ética cristã.

Vê-se no presente, estranhamente, um gaúcho bastante valorizado no Rio Grande e fora dele. São gaúchos diferentes. A figura recriada e cultuada pelo MTG³¹ passou por um longo processo de transformação. Sérgio Gonzaga (1980) diz que as informações sobre os primeiros *gaudérios* eram muito escassas. Quando existentes elas davam conta de fazer ilações com a dispersão das Missões e no reincidente estupro das índias. Os *gaudérios* eram mestiços e alguns foram incorporados ao processo produtivo, outros não foram mais que “buchas-de-canhão” nas disputas bélicas na região do Rio da Prata. Além disso, é preciso lembrar que os mais rebeldes foram sumariamente exterminados. (Idem, p.116).

A respeito do MTG e da recuperação de uma identidade gaúcha, Cristóvão Feil (2006) diz que os integrantes do movimento

São jovens de classe média, do grêmio estudantil, do colégio estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Um movimento urbano, estudantil, pequeno-burguês, reivindicando e propondo uma mitologia do mundo rural, cuja unidade econômica era o universo da estância latifundiária agro-pastoril, seus símbolos, sua oligarquia militarizada, suas relações objetivas de trabalho, onde a acumulação primitiva estava fundada na escravatura, no abigeato, em terras havidas pela força das armas, pelo bandoleirismo, pelo saque, pelas vantagens da fronteira móvel, pela ausência do Estado, e pelo contrabando de mão-dupla (2006, p.01).

Como referi acima, hoje há uma valorização do gaúcho. E a positivação do termo também é datada historicamente. Ela acontece no final do século XIX quando há o extermínio total do *gaúcho marginal*, aquele resistente ao processo de aculturação. Nesse período surge

³⁰ Segundo Sérgio Gonzaga o termo gaúcho origina-se de *gauches*, uma palavra espanhola usada para referir-se a ladrões de campo e vagabundos. Gonzaga retira este conceito de Augusto Meyer, que faz referência à obra de um viajante do final do século XVIII chamado José de Saldanha (1980).

³¹ O Movimento Tradicionalista Gaúcho foi criado em 1947 por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, oriundos da campanha.

o gaúcho heróico que representa, ironicamente, muitos daqueles grupos que foram decisivos para sua extinção, ou seja, uma elite fazendeira da campanha.

Maria Medianeira Padoin (1999) acredita que foram os ideais da elite do século XIX, especialmente da elite farrapa, juntamente com as características da vida campeira, mesclados com o positivismo republicano, que constituíram finalmente o perfil do “gaúcho”:

(...) temos no Rio Grande do Sul o “gaúcho real” que passou a ser o gentílico, o “gaúcho histórico” cantado em verso e prosa, e glorificado com os mais diversos ideais vinculados, ora ao liberalismo, ora ao positivismo conservador, dependendo do contexto político rio-grandense e nacional. (...) essa imagem foi construída especialmente a partir do Partenon Literário, do Partido Republicano Riograndense (PRR) de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (*Idem*, p. 375).

Para Padoin, a identidade regional de nosso Estado é produto de uma elite intelectual comprometida com o latifúndio, com a pecuária, com os militares e o caudilhismo, a fim de criar esse elemento que unificasse a cultura rio-grandense, embora existam inúmeros elementos heterogêneos em seu interior que são ignorados pela ideologia homogeneizante. Ao se homogeneizar uma identidade e uma cultura, desconhece-se a diversidade presente em seu interior.

Quando perguntava aos informantes se o gauchismo era muito presente no estado, eles, na maioria, respondiam que não e que essa identidade não os representava. Rogério (27 anos) assim posiciona-se:

“Aqui no Rio Grande do Sul isso existe mesmo, tem essa coisa do gaúcho, da virilidade, do masculino, da mulher atrás do homem. Mas homossexualidade passa longe disso. Aqui em Porto Alegre, eu nem sei onde tem CTG. Nem sei se tem CTG. Eu só me lembro de gaúcho aqui em Porto Alegre quando eu vou pra zona norte e cruzo pelo Laçador, ou quando é 20 de setembro, que não dá para andar na Perimetral. A minha rede de relações não é gaúcha. Se eu volto para Quarai eu vejo. Vejo super presente. Vejo no meu pai, vejo nos meus irmãos, vejo nas relações do meu pai. Aqui se criou um universo gay, assim, ao largo disso. E aí dá a idéia, cara, de que esse machismo, sinceramente, que ele não existe. Já existiu” (Rogério, 27 anos).

O informante faz uma relação entre gaúcho e tradicionalismo para poder se situar e quando fala da presença do gauchismo e de sua tensão, mais uma vez refere-se ao interior, à região da campanha, onde Oliven (1992 a) diz ser o lugar por excelência do mito. Maria Eunice Maciel (1994) alerta, no entanto, que ao referir-se uma identidade cultural, sobretudo regional, como no caso do *gaúcho*, é preciso ser bastante cauteloso, uma vez que este não é mais tão somente o homem do campo, ligado ao pastoreio, mas todos os indivíduos nascidos

no Estado, já que esse termo transformou-se em gentílico. Segundo Cristóvão Feil, ao contrário, *não se nasce gaúcho, alguns se tornam gaúchos* (2006).

O gaúcho leva tão a sério o culto a sua virilidade e masculinidade, determinando tão claramente estes espaços, que a suposta perda da masculinidade deve ser paga com a morte. Ondina Leal (1992) percebeu isso quando de suas pesquisas na região da campanha. Leal diz que *masculinidade, honra e liberdade estão claramente presentes no discurso gaúcho a respeito da morte* (1992, p.142). A decisão pelo suicídio é um ato de coragem masculina, porque pior do que a morte é ser *passivo e submisso* em vida, tal como são as mulheres.

Quando passam os anos e este homem vai perdendo as forças, na luta contra a natureza e contra os animais, ele pensa em suicidar-se (*Idem*, p, 145). *Quando ele perde sua força, e não é mais capaz de domar a natureza ao seu redor, ele perde sua masculinidade e a sua identidade como gaúcho. Esse é, de fato, o momento de sua morte cultural*, destaca Leal (*Ibidem*, p.147). A construção do “macho gaúcho” é intrinsecamente, como se percebe através da etnografia de Leal, ligada à natureza e às lides do campo.

Esta é uma identidade forjada na *rudeza da lida*, uma seqüência de superações. *A perda da identidade como gaúcho é também a perda da identidade masculina. (Ibidem, p.150).* Maurício (26 anos), outro informante de Porto Alegre, entende que embora a “pedagogia” tradicionalista não seja atualmente tão recorrente nas grandes cidades, vê com dificuldade para pais educados em uma cultura muito ligada aos ideais gaúchos, a convivência com filhos homossexuais porque há um emaranhado cultural de resolução complicada. Estes pais, via de regra, ainda reeditam as masculinidades observadas por Ondina Leal. Segundo Maurício

“A maioria dos homens que moram no Rio Grande do Sul não andam mais de bombacha, mas isso tá muito entranhado ainda. Eu acho que é muito difícil, principalmente pra pais que tiveram uma criação super tradicionalista se depararem com um filho gay, ou poderem aceitar isso. Mas eu acho que através da experiência tu consegue fazer algumas modificações. Meu pai nunca conseguiu dizer: ‘meu filho, eu me orgulho que tu seja gay’, nunca, mas eu sabia que ao longo dos tempos ele foi ficando muito mais tranqüilo com a minha presença, com as minhas escolhas, mas isso foi uma torção muito difícil para ele. A primeira vez que a gente conversou, ele disse: ‘bom tu pode ser um doutor, tu pode ser o que tu for, que sempre vai ter alguém que vai dizer, ali vai um “puto”’. (Maurício, 26 anos).

Assim, “gaúchos” são tidos como naturalmente heterossexuais, no entanto Mario Maestri questiona-se a respeito do paradeiro dos gaúchos homossexuais, ao longo da história deste Estado. O autor, utilizando-se de dados do Relatório Kinsey de 1949 – segundo este relatório entre 4 e 14 % da população seria homossexual – começa a questionar a história de

como teria sido a vida destes gaúchos em um espaço onde a heterossexualidade demonstrada através da bravura e da virilidade seria marca do homem sulino (MAESTRI, 2006).

Maestri demonstra com auxílio da literatura do século XIX que a mística sobre o gaúcho era nada mais que uma mística. Amparado no Visconde de São Leopoldo, o autor revela que a fazenda era um lugar inerte e que seus moradores conheciam a *moleza, a ociosidade e a devassidão*. Estas seriam as causas da miséria do lugar e da baixa taxa de natalidade (Idem, p. 57). Tal informação é corroborada e incrementada por Nicolau Dreys que, ao escrever *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1839)* afirma, segundo Maestri, que o gaúcho não gostava de mulher, sendo esta a razão da baixa proliferação, além de tratar-se de um tipo social pouco amável (Ibidem, p.58). Mário Maestri, no entanto, tenta desfazer algum “mal-entendido” e explica a razão da solidão do gaúcho:

Se, nos campos abertos, o gaúcho podia fazer-se acompanhar por uma china (mulher, em quíchua – *uma língua andina*) e, ainda com maior dificuldade, por algum filho, ele era aceito na fazenda pastoril apenas como trabalhador sem laços familiares. O custo da manutenção do peão e de sua família era dificilmente coberto pelo trabalho marginal que sua mulher e filhos pequenos forneceriam. Sobretudo, o fazendeiro temia que núcleos familiares de peões criassem laços familiares, societários e com a terra. Tais núcleos questionariam inevitavelmente a posse latifundiária (Ibidem, p. 58).

A razão não era sexual, mas sócio-econômica. Mais uma vez está resguardada a heterossexualidade briosa do homem da pampa. Esta situação aplicava-se apenas aos peões, já que os donos da fazenda e seus capatazes podiam constituir suas famílias. Assim o gaúcho – sustenta o autor – desejava sexualmente as mulheres, mas não podia tê-las em razão de disposições da classe patronal.

Maestri explica que é compreensível a preocupação dos tradicionalistas com uma eventual homossexualidade do gaúcho. Os tradicionalistas talvez façam parte de uma parcela da sociedade que ainda vê nas homossexualidades a negação da masculinidade e a adoção de papéis sexuais e de gênero ligados ao feminino. Segundo o autor, em um exercício de relativização antropológico, *a feminização é apenas uma, e talvez nem mesmo a mais significativa, entre as múltiplas formas de vivência da homossexualidade masculina* (Ibidem, p.59).

Os informantes porto-alegrenses reconhecem as conquistas e a sinalização de mudanças positivas que tentam dar conta da diminuição da homofobia. Para Ronaldo (33 anos) os gays

seguem existindo como sempre existiram, todavia a concepção de gay é que tem se transformado não apenas entre os gays, mas na sociedade de maneira geral:

“Acho que está mudando isso assim, porque há um tempo atrás se chamava o gay, de a bichinha, a bichinha cabeleireira lá que era o motivo de riso da cidade toda, hoje não, hoje o homossexual é o filho da vizinha, o filho da família, que trabalha, estuda, que pode ser um engenheiro, um pedreiro de obras, um professor, enfim pode ser qualquer profissão, independente da condição sexual dele. Então isso está fazendo com que as pessoas vejam, talvez esta seja a verdadeira luta, do espaço não como gay, mas do espaço como ser humano, do espaço como profissional, do espaço do respeito” (Ronaldo, 33 anos).

Ronaldo fala, ainda que por vias indiretas, em visibilidade. Como se percebe, é uma visibilidade deslocada do dito movimento homossexual, mas uma visibilidade diária e individual.³² Em outras palavras, o informante está dizendo que ocorre uma dissociação, pelo menos pontual, de homossexualidade e feminilidade. Entretanto, tal ligação é sintomática de discriminação.

A ligação da homossexualidade com o feminino pode ter sido a causa que levou em 2002, em pleno desfile farroupilha em Porto Alegre, comemoração dos 167 anos da Revolução Farroupilha, o advogado José Carlos Cattaneo, chamado *Capitão Gay*, que desfilava normalmente com os cavalarianos, vestido ao rigor gaúcho, a ser agredido por um grupo de tradicionalistas quando acenou com a bandeira do arco-íris em frente ao palanque das autoridades. Não contentes com a humilhação pública que fizeram o *Capitão Gay* sofrer, os “verdadeiros gaúchos” posteriormente o perseguiram e surraram. Além de homofóbica, parece que a agressão fora covarde uma vez que o ato foi cometido por cerca de dez indivíduos. Segundo Marcos Rolim:

A bandeira do movimento gay, entretanto, simboliza algo que, para os agressores, é em si mesmo inaceitável: ela dá conta da tolerância diante da diferença e do respeito que devemos a todos, algo assim que expressa a democracia e que se afasta das pataquadas de gente que faz da ignorância um estilo e da covardia um compromisso (2002, p.01).

Assim, percebe-se de forma hialina que a heterossexualidade constrói-se com ares de sacralidade nestas terras sulinas. Por isso, a resposta imediata dos agressores a Cattaneo, justificando a fuga da norma. Logo, não é difícil perceber que a heterossexualidade é quase um dogma na cultura gaúcha e os dogmas precisam ser seguidos sempre, sem questionamento, caso contrário haverá sanções, das mais variadas, inclusive através de

³² Discutirei essa questão em um momento posterior com maior vagar.

relações em desfile farroupilha. Para Cláudio (45 anos, militante) os gaúchos estavam dizendo: *tudo, menos uma bicha no meio de nós gaudérios, porém sexualidade não é uma bombacha que esconde.*

Os informantes podem até salientar que as tensões são implícitas, ou que é “tranqüila” a relação entre gaúchos e gays. A relação é amena desde que cada um no seu devido lugar. Desde que nenhum ultrapasse os limites onde estão os outros, ou seja, não existe uma relação, um diálogo, ou um contato, isso pode inclusive gerar o seu contrário, ou seja, o fomento de ódios e violências que não precisam ser recorrentes, mas são potencialmente recorrentes e em um momento ocorrem, como no caso do *Capitão Gay*, para que exemplifique os lugares de ambos na hierarquia das identidades regionais.

3.3 – Pesquisando algumas homossexualidades portenhas: tensões e negociações

Depois das investidas na capital sul-rio-grandense, já delinee outras estratégias para Buenos Aires o que permitiu outros olhares, não apenas ligados às identidades regionais, mas dizendo respeito também, através de conexões e ilações, das homossexualidades com a religião cristã e com uma dita “cultura machista”.³³ Foram unânimes os entrevistados em dizer que existe um “macho argentino” muito presente na Capital e em grande número no interior. Este tipo em algum momento lembra as características do gaúcho.³⁴

Tal como em Porto Alegre, meus informantes portenhos em sua maioria são migrantes do interior que encontraram em Buenos Aires oportunidades e uma vida inexistente em suas cidades, fundamentalmente, quando o assunto em questão são as homossexualidades. Um informante de Buenos Aires, Carlos (38 anos), militante da *CHA* conta que enquanto vivera no interior o distanciamento das homossexualidades era total e que depois de alguns anos na Capital é que conseguiu diminuir esta distância e fazer-se militante:

“Yo nací en la provincia de Misiones, al norte del país, y viví ahí hasta los 18 años, cuando yo vine a Buenos Aires. No había conocido en la provincia de Misiones a ninguna persona gay. Esto lo cuento para que tengas una idea del homofóbico que es el interior del país. En los lugares más retirados, donde no llega mucha

³³ O informante Ezequiel (25 anos) assim define o macho argentino: *son las personas grandes, son los machos argentinos, si a decirte, ser macho es acostarse con muchas mujeres de repente, o tener tu mujer y engañarla, eso también es la representación del macho argentino, es como si es más infiel, es más macho.* Segundo ele, entre os gays este tipo também é recorrente. O macho argentino também pode ser homossexual, desde que ostente as características da virilidade e mantenha em reservado a sua homossexualidade.

³⁴ Como destacado anteriormente por Oliven (1992) e Gonzaga (1980), o gaúcho é um tipo cultural que ultrapassa os limites do Brasil, ele é fruto da chamada *pampa gaucha*, por isso a semelhança com o “macho argentino” destacado pelos informantes.

información, en general sostiene una forma muy conservadora de pensar, muy machista. Cuando llegué a Buenos Aires me encontré con algunas personas gays y poco a poco fui cambiando a mi forma de pensar, a ir a las discotecas, alrededor de los 23, 24 años, antes no iba, pues pensaba que las discotecas iban sólo los gays maricones, muy afeminados, yo consideraba que no era un afeminado y no iba a estos lugares. Hasta que un amigo mío, me dijo que tenía que ir a las discotecas pues no solamente había gente afeminada, sino que había una cantidad de personas diferentes y cuando fui por primera vez a una discoteca muy grande que se llama BUNKER, cuando entré y había casi dos mil personas en la discoteca me di cuenta del prejuicioso que estaba siendo sobre quien son los gays y el tema del femenino y del masculino, o sea, como me había dejado guiar por mis prejuicios y me había dejado quedar tanto tiempo fuera del grupo de pertenencia”(Carlos, 38 años, CHA).

Pelas informações do entrevistado, no interior ainda vigora uma lógica, como disse antes, patriarcal de organização familiar onde a heterossexualidade é hegemônica, ainda assim tal norma não é capaz de fazer com que os desejos homossexuais inexistam. Eles existem, mas são reprimidos. Apenas quando há um distanciamento desta realidade local é que os informantes permitem-se as primeiras experiências homossexuais.

Uma das possíveis razões da homofobia é uma misoginia que cria valores antagônicos profundos entre masculinidades e feminilidades. Esta misoginia, por analogia, faz com que o masculino refute as homossexualidades, também em si, mas, sobretudo quando lembram o feminino.

Outro exemplo da vivência das homossexualidades no interior da província de Buenos Aires é dado pelo informante Sebastian (34 anos):

“Yo soy de una ciudad mucho más chiquita de acá de la provincia de Buenos Aires, que es Florencio Varela, esa está a más o menos cuarenta kilómetros de la ciudad de Buenos Aires, pero sin embargo es un mundo a parte, o sea, funciona a manera de pueblos, no, donde todos se conocen. Me acuerdo, cierta discriminación por la gente del barrio, porque no jugaba el mismo fútbol que ellos, no, y ellos me insultaban, en eso sentido, seguí la trayectoria del insulto como el primer contacto con la realidad exterior a la realidad familiar” (Sebastián, 34 años).

A fala de Sebastian segue o mesmo rumo da de Carlos. Os dois, como quase todos os informantes, depois dos estudos secundários partem para a cidade maior, a fim de cursarem o ensino superior, realidade muito semelhante ao que ocorre em Porto Alegre. Além disso, é sintomática na exposição de Sebastian a referência a uma cidade pequena onde todos se conhecem, ou seja, um espaço quase vigiado, onde não é possível burlar as normas, muito embora ele diga-se gay desde os primeiros anos, ou seja, entenda-se quase que “essencialmente” homossexual. A homofobia é algo presente. Talvez nem se soubesse que ele era homossexual, mas o fato de não se socializar através do futebol com os outros garotos já servia como uma prova incontestada de uma sexualidade não tão viril e masculina.

É prematuro pensar que em Buenos Aires existe um mundo idílico. Todavia, como aponta Ernesto Meccia (2006): *hoy, gracias a los medios de comunicación, sabemos que los gays están en todas las partes y en todo momento (inclusve al lado de cualquiera de nosotros): sin dudas, la sociedad ya ha incorporado la cuestión gay a la vida cotidiana (p. 121)*. Meccia é bastante otimista em sua abordagem. Não sei se toda a sociedade argentina já incorporou a questão gay, ou se parte da sociedade de Buenos Aires começa a dialogar melhor com as homossexualidades.

Talvez ainda hoje a *questão gay*, como fala o autor, enfrente na capital muitas dificuldades, uma vez que ainda são recentes os traumas gerados pela ditadura militar. Nos últimos anos de governo militar, começo da década de oitenta, alguns dos informantes viveram sua adolescência e contam que as homossexualidades eram muito perseguidas em Buenos Aires e as possibilidades de socialização gay eram complicadas.

Alejandro Modarelli e Flávio Rapisardi percebem que, naquele momento, adquirem importância as festas particulares para a socialização homossexual, geralmente realizadas em lugares distantes e muito discretos a fim de não chamar a atenção de pessoas alheias ao ambiente. A situação foi, especialmente, relevante, durante a última ditadura militar (1976-1983): *las fiestas bajo la dictadura fortalecen una cierta sociedad de amigos, en las que, además de convertir el mundo en algo más habitable y solidario, ‘una pueda ser lo que es: una loca’³⁵*, (2001, p.76).

Horacio Sívori (2005) vai ao encontro de Modarelli e Rapisardi (2000) ao mostrar que as interações entre homossexuais na cidade de Rosário na década de 90 eram legitimadas apenas quando se davam em espaços privados, nas casas, ou nas já citadas festas e quando eram protagonistas destas festas os gays com comportamentos mais ‘discretos’, o que garantiria, segundo ele, que o local pudesse seguir funcionando e, além disso, uma performance viril dos gays agregaria maior carga erótica à relação:

Las prácticas homosexuales solo podían ser legitimadas dentro de los límites del espacio privado de una persona; la publicidad las volvía ilegítimas, indecentes, los espacios gays eran normativamente discretos, afines con la esfera íntima. La exteriorización flagrante transgredía los límites de un medio gay normal y decente, poniendo en peligro la existencia misma de esos espacios (...). La discreción masculina, por ejemplo, era contemplada como un valor de gran atractivo erótico. Por el contrario, la exteriorización flagrante de la inclinación homosexual era considerada de pésimo gusto (2005, p. 75).

³⁵ *A loca* na Argentina equivale à *bicha* no Brasil, isto é, um homossexual afeminado e extravagante.

Assim, diferente das festas em Buenos Aires, nas festas rosarinas na década de noventa – não esquecer que embora uma cidade de médio porte, Rosário é uma cidade do interior da Argentina – a discriminação era algo solicitado para o bom andamento dos espaços de sociabilidade gay, sem contar que os gays masculinos e discretos eram requisitados com maior ênfase. A seu turno, como vimos, as festas portenhas eram espaços de “catarse” das homossexualidades reprimidas pelo poder militar.

As homossexualidades eram invisíveis. Não havia vinculação nos meios de comunicações da temática gay, muito menos nas escolas. Como lembra Cristian (45 anos), militante da CHA, o seu conhecimento do mundo gay foi *a través de los perjuicios familiares, de los perjuicios sociales, siempre era poco, como que producía culpa y angustia*. Ele responsabiliza sua família por isso, pois diz ter sido criado *en una familia católica, de clase media, más o menos acomodada, llena de prejuicio* (Cristian, 45 anos).

Em todas as entrevistas realizadas na Argentina, em um dado momento, aparece uma referência à Igreja Católica. Os informantes não falam nem em religiões cristãs, falam em Igreja Católica. A questão religiosa aparece para os entrevistados como mais significativa que o machismo na hierarquia da regeneração da homofobia e produção de exclusão. Alguns informantes relembram que a educação argentina, por exemplo, está praticamente sendo gerida pela Igreja Católica, uma vez que esta instituição é dona de 3500 colégios em todo o país (dados da CHA). Em vista disso, a Igreja educa a classe média e média alta argentina. Logo, há pouco ou nenhum diálogo uma vez que Igreja é administrada por uma cúpula, segundo os informantes, ultraconservadora. Carlos destaca a questão da seguinte forma:

“La Iglesia Católica educa, en colegios privados, caros, la clase media alta argentina, y en esa educación les explican que los gays no tienen derecho al matrimonio, que no está bien ser gay, y que hay que tratarlos con misericordia y con compasión. Así, la clase que gobierna el país, probablemente la clase media, o la clase media alta, está siendo prácticamente educada por los curas, en el Argentina. Por eso digo, que el gran obstáculo para el avance de nuestros derechos es la Iglesia Católica Apostólica Romana en este país” (Carlos, 38 anos, CHA).³⁶

Os informantes concluem que a Igreja dificilmente vai mudar sua posição diante das homossexualidades, uma vez que há quase dois mil anos sustenta uma visão homofóbica e heterossexual. Mas, além disso, outro empecilho apontado por eles e identificado por mim é o

³⁶ Ernesto Meccia (2006), tal como o informante entende que a Igreja Católica tem forte ingerência na vida política argentina. *En Argentina, el catolicismo prevalece sobre las demás confesiones religiosas. En una encuesta hecha a diputados nacionales (basada en una muestra de 55 casos), 44 se declararon católicos, 3 haberlo sido, 1 judío, mientras que los 7 restantes declararon no tener creencias religiosas. En las biografías de numerosos dirigentes existen recurrentes vinculaciones con organizaciones de la Iglesia Católica que han funcionado como “trampolín”, estructurando gran parte de sus trayectorias políticas (p. 59).*

machismo argentino. Todavia, há a percepção de que esta questão tem condições de ser superada, o que não existe segundo eles, no caso da Igreja, uma outra dimensão desta cultura.

A cidade de Buenos Aires é vista como um lugar diferenciado das demais regiões e cidades da Argentina. A capital é uma metrópole e na metrópole circula muita informação. Talvez esta nunca vá chegar ao interior do país o que pode acarretar uma transformação mais lenta da cultura porque faltarão subsídios que, em algum momento, vão de encontro a uma lógica estritamente heterossexual. Ezequiel, um informante portenho de 25 anos, acredita que a homofobia é mais evidente nas pequenas cidades do interior. Assim, explica:

“Yo creo que en los lugares más pequeños hay más homofobia. En interior, en ciudades más pequeñas, donde la gente verdaderamente tiene miedo, porque no conoce en realidad. Ellos no están dispuestos a mirar otra persona de miedo, pues ellos no saben lo que les pueda pasar, es así, para mí es más en el interior. No porque en el interior se sea menos civilizado, no creo que sea así, es porque la gente está acostumbrada con otro tipo de vida y no hace parte de sus vidas. No es culpa de ellos, es culpa de su educación” (Ezequiel, 25 anos).

Ezequiel e outros informantes concluem que a temática das homossexualidades ainda não é uma questão bem resolvida na sociedade de maneira geral, seja no interior, ou na capital. Faz parte do universo dos tabus sociais. Ainda assim, entendem que e os avanços são significativos, rumo à diminuição da homofobia. Martin (30 anos) diz que o pensar e o organizar da sociedade argentina não reserva lugar para as homossexualidades e que é preciso construir as bases para a discussão da questão rumo à conquista de um espaço.

Cristian (45 anos, CHA) diz existir um discurso contra o feminino, afirmando a masculinidade e uma heterossexualidade, mas segundo ele trata-se de um discurso dual, porque ao mesmo tempo em que se produz um discurso público dos homens contra as homossexualidades e tudo o que se aproxima do feminino, considerado hierarquicamente inferior nas relações de gênero, há uma prática privada do que ele chama de “homossexualidades subterrâneas”:³⁷

“Hay un discurso contra lo femenino. Por otro lado hay los machos buscando travestís, desesperadamente, hay como una dualidad, este es un país con un consumo impresionante de travestís y de sexualidad subterránea homosexual. Entonces vos ves ahí toda una dualidad, es una dualidad que es común en los países

³⁷ Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi (2000) explicam que as homossexualidades subterrâneas podem ser praticadas, inclusive, nos banheiros públicos de estações de metrô, parques e praças da Capital Federal. Estes espaços são conhecidos no universo gay argentino pelo nome de *teteras*. Juan José Sebreli (1997) diz que a origem do termo é uma abreviatura do termo estadunidense *T-room*, o que produziria um som fonético de *tea-room*. Claro que o termo não diz respeito às casas de chá, mas sim ao *toilette-room*. As interações homossexuais em espaço público não são uma realidade apenas de Buenos Aires, a prática do *banheirão* é muito conhecida entre os homossexuais brasileiros. E também pertence ao mundo das dualidades, é tão mal vista quanto praticada e desejada.

machistas, esta cosa de las comunidades masculinas cerradas, donde la tensión homosexual se desvía para otro lado y se elige por un lado la agresión y por otro lado el deseo que produce. Mucha represión y mucha actividad homosexual subterránea” (Cristian, CHA, 45 años)

Segundo o exposto por Cristian, o que persiste na Argentina é o dito popular, “*vivem-se as virtudes em público e os vícios em privado*”. Publicamente, há o discurso de rechaço às homossexualidades. No plano privado, há as práticas homossexuais subterrâneas, com homens heterossexuais e seus desejos homoeróticos buscando sexo com outros homens ou com as travestis (MECCIA, 2006).

A lógica do esteriótipo também vigora no país vizinho, tal como o observado em Porto Alegre. Os afeminados são alvos de homofobia de forma mais direta, inclusive pelos próprios homossexuais, como será analisado posteriormente. Segundo Sebastián (34 anos) *desde muchos gays aparece reivindicada la figura del gay masculino en la contraposición a la figura de la marica, o de la loca que aparece desprestigiada*. Nesta linha de raciocínio, Modarelli e Rapisardi (2001) afirmam que a figura da *loca*, da *marica*, encontraria obstáculos quanto à representação das homossexualidades pós-década de 90, quando começam as reivindicações mais continuadas por direitos:

La trabajosa salida de los homosexuales a la arena pública tendrá un efecto lateral: la progresiva transfiguración del esteriótipo. La mariconería no parece ser ya una actitud de rebeldía contra el sentido hegemónico de lo ‘masculino’ y ‘lo femenino’ sino, ante todo, es un inconveniente para negociar la integración a la sociedad (2001, p.213).

Esta questão é uma das grandes discussões que envolvem as homossexualidades atualmente: a produção de um esteriótipo gay masculinizado. Parte dos homossexuais é totalmente contrário a ver o gay dessa forma, uma vez que esse não seria o tipo representativo deste universo, como não seria também a *loca*, ou seja, não há um tipo que represente a diversidade homossexual. Por outro lado, parte dos gays – dentre estes, os meus informantes – acreditam que um gay *discreto* seria alvo de menos discriminação, conseguiria reivindicar direitos de forma mais tranqüila e ainda poderia discutir um outro lugar para as homossexualidades na sociedade.

Entretanto, é razoável ter claro que o reforço do discurso machista e em alguma medida do discurso homofóbico, pode estar sendo repetido pelos próprios homossexuais, ao criar categorias desqualificadas e ao discriminar os seus iguais, sem dar-se conta que tal discurso pode ser aplicado a si mesmos. Reivindicar uma homossexualidade heterossexualizada a fim de não representar qualquer subversão frente à ordem estabelecida e adotar tal medida, como

uma estratégia de burlar a homofobia direta, parece ser uma questão bastante complexa e de muitas facetas.

3.4 – Homossexualidades reservadas: a gênese de um conceito

Percebi, ao longo da pesquisa, uma rejeição de meus informantes não militantes à vivência de uma sexualidade no plano público. Eles esforçavam-se para estabelecer a construção de uma sexualidade no plano privado. A homossexualidade para eles é assunto que pertence ao mundo do privado.

De forma alegórica pode-se dizer que as homossexualidades devem desenvolver-se dentro de “casa”. Na “rua”, o domínio público, é o lugar não de não se falar, mas de uma tentativa de passar ao largo das questões referentes à sexualidade, salvo em situações nas quais os informantes percebem-se envolvidos a uma atmosfera de confiança que embora não seja o mundo da “casa”, guarda seus ares.

A alegoria de “casa” e “rua” foram problematizadas pelo antropólogo Roberto DaMatta ao tentar compreender a sociedade brasileira e seus valores. Para ele:

Quando então, digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações (...) (DAMATTA, 1985, p. 12).

Para além do espaço físico, casa e rua são domínios simbólicos que organizam e compartimentalizam algumas ações da sociedade brasileira. Posso afirmar, segundo os dados de campo, que este zelo e este cuidado pelas “coisas” de casa também acompanham os informantes argentinos, para os quais a sexualidade é vista como um assunto a ser discutido e vivido “entre quatro paredes”. Talvez uma casa com distâncias um pouco alargadas, mas ainda assim assunto de dentro de casa.

A casa, além de ser um espaço de intimidades e de conter uma aura de respeito e candura, também pode ser vista como o lugar de extravasar algumas emoções repudiadas na rua; condenações públicas podem muito bem ser vividas nos “cômodos” da casa. Em casa, cada um é o dono da situação, é conhecido pelo nome e tem domínio sobre aquele “território”, o que muitas vezes não ocorre na rua. Esta casa é um espaço de segurança.

Por isso, enquanto os informantes vivem nas casas paternas têm o maior cuidado e a maior restrição com as homossexualidades, restrições que se vêem diminuídas no momento que passam a ter suas próprias casas. Assim, a casa dos pais é uma noção de casa-candura, enquanto suas casas, além de ter esse significado, agregam a significação de espaço para realização das ditas “condenações públicas”.

Logo, como propõe DaMatta, casa e rua são duas dimensões distintas da sociedade brasileira – e posso aqui dizer que tal modelo aplica-se aos homossexuais argentinos que entrevistei. De um lado, a casa é fundada em uma noção de família – via de regra é uma família nuclear, heterossexual. A seu turno, a rua é constituída por leis de alcance macro, burocráticas, há na rua um formalismo inexistente em casa (1985, p.20).

Casa e rua são mundos particulares, mas passíveis de relação. Segundo DaMatta, estes dois universos vão além de máscaras sociais, são duas realidades distintas. Ainda que a regra nunca seja unânime, em muitos casos alguns sujeitos podem não distinguir estes espaços, mas em sua maioria as pessoas agem de forma diferenciada estando em casa ou na rua.

Roberto DaMatta lança mão desta alegoria para radiografar os diferentes comportamentos da sociedade brasileira em múltiplos espaços e dimensiona isso através da idéia de casa e rua. Como disse anteriormente, acredito que esta idéia possa ser transposta para o grupo de homens gays que eu entrevistei nas cidades de Porto Alegre e Buenos Aires e por um instante pensar estes lugares simbólicos aplicando sobre eles suas práticas homossexuais.

Meus informantes têm a preocupação de não ver suas homossexualidades nos domínios públicos porque entendem as homossexualidades públicas como homossexualidades extravagantes, afeminadas e desnecessárias. Ronaldo (33 anos), um informante de Porto Alegre, assim explica esta questão:

“Não é mais necessário encobrir isso (homossexualidade). Não é necessário tu levantar bandeira, mas também não é preciso tu encobrir isso, tu não precisa esconder que tu é gay, a coisa fica subentendida e o respeito se encarrega de colocar as coisas nos eixos. Hoje como gay tu pode ter o teu namorado, que vem na tua casa, que vai dormir contigo desde que vocês não ultrapassem algumas barreiras, também nem são barreiras em demasia assim, como, da mesma maneira que um casal heterossexual não deve ficar se agarrando na frente de todo mundo porque é desnecessário, eu acho que a mesma coisa acontece com os gays. Eu acho desnecessário fazer algumas demonstrações” (Ronaldo, 33 anos).

Assim, não se trata de negar a homossexualidade. Nenhum deles faz isso. Nem tão pouco de fingir não serem gays ou sentirem tais desejos, ou ainda lançarem mão de tais práticas. Nada disso. Diz respeito sim, a viver este “outro mundo” em outros espaços,

geralmente em casa, ou, mais raramente, nos ditos guetos, as festas e boates direcionadas ao público gay. Ronaldo mostra a casa como espaço de respeito e confiança, como um lugar seguro. Nessa mesma direção, o portenho Martín (30 anos) explica que:

“Yo no aclaro mi sexualidad siempre hay contexto en que ella no pasa, en mi trabajo a mi no me interesa que ese tipo que yo tenga al lado se entere de mi sexualidad, no me interesa hoy (...) en algún momento si alguien tiene la duda y me pregunta, yo no tengo ningún problema, en contrario yo estoy orgulloso. Pero eso no me sale a hacerlo publico absolutamente, creo que es solo cuando es necesario, no es que tiene que ser así, pero es la forma como eso vaya cambiando. Hay una visibilidad que yo no siento necesaria y otra gente siente” (Martín, 30 anos).

O pesquisador argentino Mario Pecheny (2004) identifica entre alguns homossexuais o que ele chama de *identidades discretas* e que julgo um conceito interessante de ser discutido aqui porque ajuda a pensar a construção do que chamarei oportunamente de *homossexualidades reservadas*. Para Pecheny, a homossexualidade é um segredo fundante da identidade e das relações dos homossexuais. Ele ainda entende que a partir desta noção de segredo, a sociabilidade gay se estrutura desde três esferas intimidantes relacionadas com este segredo: aqueles que não sabem da homossexualidade do sujeito; os que sabem; e aqueles que fazem parte do dito mundo homossexual. Não é possível estabelecer onde estes três mundos começam e terminam. Vivem em tensões constantes.

O autor reconhece que ainda hoje as homossexualidades ainda são razão de preconceito, discriminação e estigmatização. Assumir publicamente esta expressão é expor-se a estes “ataques”. Por esta razão, Pecheny entende que não evidenciar as homossexualidades é poder manejar sua sexualidade de acordo com os grupos no qual se está inserido, tencionando entre diferentes níveis de homofobia.

Muitas vezes é estratégico manejar a homossexualidade como uma *identidade discreta*, não a negando, mas em algum momento a encobrindo para driblar a homofobia. A perspectiva de Pecheny me parece bem mais interessante do que tese norte-americana do “sair do armário”. Explico. “Sair do armário”, em alguma medida, lembra-me um caminho pelo qual todos devem percorrer a fim de conquistar a homossexualidade plena. Tampouco meus informantes assim vêem as homossexualidades. Ezequiel (25 anos), de Buenos Aires, diz que sua sexualidade nunca é a pauta dos primeiros assuntos com quem quer que seja, mas nem por isso a nega:

“Mirad un poco. El problema es como es la sexualidad de cada uno, como uno es. Yo soy homosexual y no trato de que el primero en contarse a mi sexualidad, así, yo me presento y digo “soy homosexual”. De repente lo primero que digo es:

“Hola, soy Ezequiel”. Dentro de mi nombre está cerrada mi historia y mi vivencias, y mis elecciones sexuales, pero hay gente por ahí que solo marca su sexualidad como presentación y estas personas son muy extrovertidas, a ellas puede pasar un poco peor, puede pasar un poco mal, pues son llamados de maricones, como de dice aquí, y a ellos pueden estar bien, pero para el grupo en general no es bueno que los piden de maricones, porque de echo somos homosexuales, no somos maricones” (Ezequiel, 25 años)

Ao falar de identidades discretas não necessariamente estamos falando de pessoas “dentro do armário”, mas sim que escolheram conscientemente, por diferentes razões, uma outra versão para a prática das homossexualidades que não seja o rito de sair do armário e *darse a conocer* a homossexualidade, trata-se de uma atitude mais individual, mais particular e que cada vez torna-se mais comum entre os homossexuais.

Na Argentina, segundo Mario Pecheny, acontece algo muito interessante e que possibilita uma ligação com a noção de casa e rua proposta por DaMatta:

En el territorio argentino, desde la abolición del Santo Oficio en 1813, la legislación no prohíbe las relaciones sexuales consentidas entre personas adultas del mismo sexo. Lo único que se les pide a los homosexuales, es su discreción. Como reza la Constitución Nacional de 1853, todo aquello que depende del orden privado de los individuos, en la medida en que no afecte el orden público, está permitido. Los problemas surgen cuando se transgreden los límites de lo privado y la homosexualidad se vuelve públicamente visible (PECHENY, 2004, p. 21).

Na Argentina vigora, talvez como no Brasil, a lógica do *consentimos desde que não vejamos*. Neste viés adquire força a tese da casa e da rua, a diferenciação entre os domínios do público e do privado. Ainda nessa mesma linha de raciocínio pode estar a explicação para o tanto de barreiras que os movimentos gays enfrentam exatamente porque levam para a arena pública questões tidas como privadas.

A sexualidade gay, tal como a heterossexual, nunca esteve limitada aos domínios do privado. Talvez por estratégia ela frequentou este espaço, mas não pertence a ele e nesses tempos de lutas por direitos civis, a partir dos ativistas e militantes ela tem reivindicado este outro lugar. As homossexualidades tornam-se questões públicas a partir do momento em que se declarar homossexual significa a perda de direitos civis. Assim, deixa-se de estar limitado aos domínios privados e passa-se à cena pública porque é no público que se travam as lutas por direitos.

Em Porto Alegre, o informante Clayton (29 anos) faz eco à discussão proposta por Mario Pecheny ao enfatizar a importância da discrição, inclusive para não ser alvo de homofobia de forma mais direta:

“(…) me comparando hoje, com a pessoa que eu era cinco anos atrás, realmente houve uma mudança super radical, assim, há cinco anos atrás eu tinha medo que as pessoas, ou que algumas pessoas soubessem que eu sou homossexual, hoje não, hoje isso é muito mais tranquilo se vierem perguntar com respeito, se tocarem no assunto, eu vou abertamente falar que sou homossexual porque não tem problema nenhum falar sobre isso, mas eu acho que o que mais me incomoda, às vezes, é no sentido de que eu me preservo, cara, eu sou um cara que eu tento ser o mais discreto possível, dentro disso, e talvez eu fuja um pouco ao esteriótipo que as pessoas tem em relação ao homossexual, ao gay, ou aos gays” (Clayton, 29 anos).

Clayton diz sentir-se incomodado ao ser comparado com outros homossexuais (submetido ao estereótipo), a saber, os afeminados. Assim, não lhe incomoda a homossexualidade, mas a homogeneização criada acerca das homossexualidades. Clayton e os demais informantes consideram-se fora deste esteriótipo que entende homossexualidade e feminilidade como assuntos correlatos.

O sociólogo argentino Ernesto Meccia cria uma categoria que parece aplicar-se aos meus informantes e que ajuda a entender o que chamarei de homossexualidades reservadas, cujas primeiras pistas me foram dadas por DaMatta e Pecheny. Meccia (2006) fala em *homosexualidad masculina monosexualizada* para referir-se às homossexualidades que ganham destaque e são alvo de desejo dentro do dito universo gay. O autor define esta categoria de homossexualidade como sendo

Um estilo de vida que presenta y representa a la homosexualidad excluyentemente a través del prisma de una marcada masculinidad. Estas representaciones implican una serie de consecuencias vinculantes a las percepciones que estos homosexuales tienen de si mismos y de los otros homosexuales y a las prácticas que desarrollan sobre si y sobre los otros (MECCIA, 2006, p. 141).

A *homosexualidad masculina monosexualizada* de Meccia é a representação do gay masculino tão em voga hodiernamente. Este gay masculino é aquele que reivindica hoje a representação como legítimo dentre os homossexuais, como em outros tempos fora a *bicha*, a *loca*, a *marica*. Todavia, não se trata de uma questão pronta e acabada. Há uma tensão de fundo, uma vez que o mundo homossexual é muito variado e reivindicar para si e seu grupo de iguais a representação da forma legítima das homossexualidades é algo bastante complicado.

O conceito de Meccia retira parcela dos gays da condição de bichas afeminadas e os apresenta como homossexuais masculinizados. Ocorre a saída de um padrão para cair em outro. Claro que os gays masculinizados estão menos sujeitos ao preconceito – eles estão mais ocultos – pois transitam entre os espaços de forma mais dual. A este grupo pertencem os meus

entrevistados e ostentar esta percepção marcadamente masculina é uma busca da maioria deles. Alguns informantes definem o esteriótipo aplicado ao gay de forma pejorativa:

“(…) é aquela coisa viado, ou efeminado, ou que tem trejeitos, o homem que tem trejeitos de mulher, e dentro disso vem toda uma filosofia de vida quase, são as músicas que os gays gostam, são as roupas que eles acham bonitas assim, geralmente um gay se veste bem, tem um gosto musical de tal tipo e geralmente os homens são, por mais homem que ele seja, ele tem uns trejeitos femininos presentes ou no jeito de falar, ou no jeito de gesticular, de caminhar, uns mais, outros menos, é uma bichona, é uma mulherzinha, uma coisa assim, e hoje eu vejo que existem tipos e tipos (...) só que o estilo de ser gay que as pessoas vêem e que a gente imagina quando a gente pensa assim em gay é este estilo efeminado é este que talvez é mais presente na imaginação das pessoas porque é o que mais chama a atenção justamente como eu falei é o que mais as pessoas vêem e porque se tu vê um gay que não é efeminado na rua e não tiver uma plaquinha escrita “eu sou gay”, tu não vai saber que ele é gay, agora, tem um cara que passa rebolando e gesticulando e de um jeito extremamente efeminado, tu percebe que ele é gay” (Frederico, 25 anos).

Já para o portenho Lorenzo (35 anos) a definição estereotipada de homossexual é a seguinte:

“(…) creo que lo esteriótipo de los gays es el chico que es muy afeminado, que puede maquillarse, que camina contoneándose mucho creo que eso es una de las cosas que hace que de pronto se discrimine el homosexual. Creo que es ver como una lesbiana que puede parecer muy hombre, bueno, ese es la imagen, el esteriótipo del gay que hay acá en Argentina. Entre los homosexuales esa visión se discrimina. Hay bastante homosexuales que tienen este esteriótipo, pero está el otro que es totalmente discriminativo de eso que es el esteriótipo, a tal punto de no salir a la calle con personas que se comportan de esa manera, porque justamente no hay unión y porque creo que hay una confusión. El machista creé que puede ser muy macho, creé que tiene que ser y expresarse como un macho bruto. Esa confusión haga que se produzca discriminación” (Lorenzo, 35 anos).

Lorenzo mostra os dois esteriótipos mais comuns entre os homossexuais, o afeminado, desvalorizado, geralmente público; e o masculinizado, este tipo destacado por Meccia, que tem boa aceitação no dito mundo gay, bem como na sociedade de forma geral. O machista citado pelo informante pode tanto ser gay, como heterossexual, uma vez que o machismo é fruto de uma cultura e sexualidade que estão inseridas no interior da sociedade. Por isso, percebe-se entre muitos dos informantes um alto grau de homofobia a certos homossexuais.

Anteriormente, falei em dominação masculina e sociedade de controle. Referi que estas sociedades, ora descritas por Pierre Bourdieu, ora descritas por Michel Foucault, aplicavam-se às cidades de origem dos informantes, *pueblos* do interior. Entretanto, esta realidade não está apenas sedimentada no interior. Ela acompanha os informantes. Ela está nas cidades grandes.

Ela faz parte da capital. E como pode ser percebida? Bem, ela marca os corpos. Ela marca as formas de agir. Ela constrói a rede de relações. Ela fundamenta a busca por uma masculinidade que os defenda da percepção corriqueira de que o homossexual é afeminado, extravagante, indiscreto e promíscuo.

Talvez a partir deste mercado homossexual que vê na masculinidade um tipo ideal, possa-se perceber com mais nitidez, para além das cidades interioranas, a vigência de uma dominação masculina onde o controle é, como dos ditos de Foucault, um autocontrole. Esta situação mostra-nos que, mesmo entre os homossexuais, a referência que se tem é a norma heterossexual e quando é dado aos homossexuais auto-representarem-se, eles buscam exatamente o modelo que mais se aproxima da norma heterossexual. O mais fiel ao modelo é o que menos sofrerá sanções.

Hoje a dicotomia que unia nos anos 60 e 70 os homossexuais, onde havia um “macho” e de outro lado uma “bicha” (a marica) e que pelos signos culturais percebia-se claramente que um cumpria o papel de homem e o outro o papel de mulher, resguarda-se na esfera privada. Esta situação não é nova. Horácio Sívori mostra que na Argentina da década de 90 os desejos homossexuais já faziam o caminho inverso, ou seja, da rua, voltavam para casa e não era incomum ouvir os homossexuais repetindo que as homossexualidades e seus afetos eram assuntos a serem tratados “entre quatro paredes” (SÍVORI, 2005, p.107).

Para mim, os elementos acima apresentados são basilares para a construção do que chamo de *homossexualidades reservadas*. Sabe-se, a partir da ótica de Erving Goffman (1988) que o problema quanto à estigmatização reside naquelas marcas que são intoleráveis pela sociedade. Dentre estas, está a homossexualidade, que exige de seus pares a adoção de *identidades virtuais* (*Idem*, p.12) a fim de driblar o preconceito direto.

Meus entrevistados constroem uma complexa rede de elementos que, em última análise, lhes permitam viver a homossexualidade sem estar em confronto direto com a homofobia e buscam identidades outras, que salvo melhor juízo, denomino como homossexualidades reservadas.

Entendo as homossexualidades reservadas como uma forma de resistência dos informantes. Logo, não as vejo como algo cômodo e bem resolvido. Concebo as homossexualidades reservadas como uma arena de conflitos. Conflitos com o próprio sujeito e conflitos com o mundo exterior. Trata-se de uma forma de viver a sexualidade gay que elege o privado como seu foro compatível. É a volta da sexualidade para os domínios da “casa”; é uma sexualidade que exige de seus adeptos uma postura que maneje identidades discretas, ela é de conhecimento restrito e quando deste conhecimento é selada através de um pacto de

segredo; o terceiro constituinte das homossexualidades reservadas é a necessidade de articular-se através de um comportamento que reproduza uma masculinidade hegemônica.

Simone Sampaio (2006) problematiza as questões de poder e resistência em Foucault. Acima eu disse que as homossexualidades reservadas são uma forma de resistência. Por que digo isso? Porque tal como conclui Sampaio a partir de Foucault, também entendo que diante de relações tão evidentes e desiguais de poder – nos limites de minha pesquisa – de mostras tão nítidas da valoração e da normatização de uma heterossexualidade, as homossexualidades envolvem além de relações de poder, relações de resistência.

As homossexualidades reservadas é um conceito articulado com todas estas idéias interpostas. Não poderia dizer que este conceito é um sinônimo de qualquer dos conceitos que se articulam para formá-lo. Falar de homossexualidades reservadas é falar de casa, mas não só isso. É falar de atos discretos e viris, mas vai muito além. Este além se encontra na coadunação destas idéias que se apresentam como reincentes em sujeitos de diferentes idades, nas duas cidades e com realidades distintas. Logo, percebo que as homossexualidades reservadas podem ajudar a pensar um outro tipo – não exatamente tradicional – de combate à homofobia, pois ela funciona desde um lugar não-público, ou semi-público, onde as grandes manifestações algumas vezes não conseguem chegar.

PARTE II

O ARCO-ÍRIS DESCOBERTO

CAPÍTULO IV

HOMOSSEXUALIDADES E (NOVOS) MOVIMENTOS SOCIAIS

Na última seção da primeira parte deste trabalho, acabei por apresentar o que chamei de *homossexualidades reservadas*, ou seja, a forma como meus informantes não militantes optaram por viver sua sexualidade. Pois bem, agora começo a discutir a militância social em um movimento de minorias sexuais, no caso o movimento homossexual. Desde este preâmbulo, ficará evidente a contraposição ao vivenciado pelos informantes anteriores, uma vez que a participação em um movimento social exige algum nível de exposição pública.

Este e os capítulos subseqüentes adentram as discussões a respeito da militância. Porém, não se trata de uma discussão nova, mas sim de um desdobramento da primeira discussão que privilegiou a construção dos sujeitos e universos que se afastam da militância homossexual. Nesse ponto, mostrarei, via de regra a partir dos militantes, esse universo bastante complexo do qual os primeiros informantes procuram manter-se alheios. Em um primeiro momento de forma mais teórica, para depois contrapor esta teoria com os grupos entrevistados em Porto Alegre, Buenos Aires e Rosário. No último capítulo, entre conquistas de direitos e possibilidades e vontades de futuro, nascem e morrem algumas contradições deste aparente paradoxo entre militância e não militância.

4.1 – Os “velhos” movimentos sociais

As homossexualidades ganham os movimentos sociais em um período histórico muito recente. Tal período remete à metade do século XX, sobretudo após a “Batalha de Stonewall”³⁸. Antes disso os movimentos sociais tinham uma dimensão bastante classista.

É bastante óbvio, que ao longo dos séculos, muitos grupos, quase sempre marginalizados, agrupavam-se na tentativa de melhorar sua situação econômica, social, religiosa. Maria da Glória Gohn no livro *História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da cidadania dos Brasileiros* (2003) elenca uma série de eventos na história do Brasil, desde a Inconfidência Mineira de 1789 até o Conselho Comunidade Solidária de

³⁸ A discussão sobre o Movimento Homossexual será feita na quarta seção deste capítulo.

1995³⁹, como movimentos e lutas sociais no Brasil. Muitos deles formados à parte do Estado em situação, inclusive, de confronto com este e outros criados pelo próprio Estado como uma ferramenta para melhor interagir com a sociedade civil.

Durante este trabalho, sempre que falar em movimentos sociais estarei utilizando a compreensão proposta por Maria da Glória Gohn. A autora entende por movimentos sociais:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sóciopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2000, p. 251-252).

Neste longo entendimento de movimentos sociais está dito, ainda que nas entrelinhas, que tais movimentos têm um caráter eminentemente político. Isto é, seja qual for a demanda, através dos movimentos sociais, esta demanda é politizada, todavia, não necessariamente, partidarizada. Assim, este conceito dá uma idéia de movimentos sociais que alarga um pouco uma compreensão mais tradicional, fortemente influenciada pelo paradigma marxista e bastante atrelado a uma questão de classe. A classe existe no conceito de Gohn, mas tenho a impressão de um alargamento de fronteiras, de um diálogo com as questões culturais.

Durante várias décadas do século XX, o marxismo foi o principal viés teórico utilizado, sobretudo, na América Latina, para se compor uma teoria dos movimentos sociais. De forma bastante simplista, poderia dizer que as teses marxistas entendem que a dinâmica social é resultado de um confronto, nomeado como *luta de classe*.

³⁹ Órgão do governo federal composto por uma articulação entre ministros, políticos e representantes da sociedade civil. O Conselho fora presidido pela primeira-dama brasileira da época, Ruth Cardoso, antropóloga especialista em Movimentos Sociais e participação (GOHN, 2003).

A América Latina configura-se como um espaço um tanto peculiar. Nesta região do planeta não existe uma estrutura social capitalista homogênea, industrial. As velhas tradições caudilhescas de um modelo agro-pastorial e rural parecem ter engendrado uma outra mentalidade na realidade latino-americana.

A realidade do subcontinente não é a de um país industrializado da Europa, muito embora, em algumas regiões da América Latina, haja concentrações industriais bastante semelhantes às européias. Dessa forma, a teoria bruta de um marxismo mais ortodoxo, apresentou-se insuficiente para explicar a complexidade dos movimentos sociais e da própria estrutura social da região.

A descaracterização das categorias - burguesia e proletariado - reduziria a coletânea de manifestações sociais apenas a um pequeno espaço e tempo no continente americano, deixando de fora movimentos como os dos escravos e quilombolas, da independência das colônias e formação dos Estados-Nação, das mulheres, de gênero, dos homossexuais, entre outros. Em todos eles está clara a opressão, mas não está clara a estrutura conceitual de um paradigma mais tradicional. Não se está falando de burgueses e proletários, mas sim de brancos e negros, de homens e mulheres, de metropolitanos e colonos. Situações de evidente contradição e exploração.

Se o referencial utilizado for o proposto por uma abordagem thompsoniana⁴⁰, as categorias *proletariado e burguesia* podem abranger um número maior de entes sociais, sem abolir a pauta marxista fundada na *luta de classe*, mas agregando as noções de dominação e resistência presentes na sociedade capitalista industrial.

A relação entre movimentos sociais e Estado, não só na América Latina, é totalmente voltada para a busca/obtenção de direitos políticos e direitos sociais, entretanto, direitos sociais necessariamente não se fazem acompanhar de direitos políticos.

O neoliberalismo tornou agudas as mazelas sociais em várias partes do mundo, de um modo especial na América Latina. Segundo Emir Sader, o grande problema do sistema hegemônico atual estaria no seu conteúdo ideológico difundido principalmente pelos meios de comunicação. Estes últimos buscam apresentá-lo como único e legítimo e através da *mercantilização da propaganda incentivar a individualidade, a competição e o egoísmo consumista*. (SADER, 2001, p.134).

Para Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais na América Latina diferenciam-se muito dos movimentos sociais de outros lugares, sobretudo da Europa e Estados Unidos. Esta

⁴⁰ E. P. Thompson para estudos marxistas recentes, ver FORTES, Alexandre "**Miriádes por toda a eternidade**": a atualidade de E. P. Thompson. Tempo social: junho/ 2006, vol.18, no.1, p.197-215.

diferenciação está mais ligada ao caráter da luta, do que ao paradigma teórico que os embasam. Algumas peculiaridades da América Latina, que explicariam as diferenças constituintes dos movimentos sociais no subcontinente dizem respeito ao passado colonial, escravidão, servidão indígena, estados nacionais patrimonialistas, clientelismo, populismo e regimes militares (GOHN, 2006).

Assim, para construir uma teoria sobre os movimentos sociais na América Latina é preciso atentar para a diversidade de movimentos sociais existentes, perceber a predominância de movimentos populares sobre os demais; os “novos” movimentos ocorrem em sociedades clientelistas, tuteladas pela Igreja, cuja memória das ditaduras militares ainda é muito recente, onde a imigração é questão fulcral, e a questão indígena, os preconceitos raciais e as relações dos movimentos sociais com os Estados ainda não são pontos pacíficos.

Segundo os *Novos Movimentos Sociais*, era preciso ir além da teoria marxista, chegando mesmo a negá-la, e trabalhar no sentido da organização das redes sociais e, posteriormente, das teias de redes, além de abarcar um número bem maior de movimentos.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) vão perceber a centralidade dos movimentos sociais na América Latina na luta por alternativas democráticas, sobretudo ao tentar alargar o leque de possibilidades para além do político, incluindo o econômico, o social e o cultural. Assim, os autores tratam de estabelecer conexões entre política e cultura a partir da luta dos movimentos sociais e constroem uma teoria muito calcada na idéia de políticas culturais. Nesta perspectiva, a cultura torna-se um fato político. Para tais autores não há uma luta política desvinculada de uma idéia de cultura. A cultura é política ao redefine o poder social.

Os movimentos sociais através dessa perspectiva reivindicatória de uma cultura política seriam instrumentos de transformação da ordem dominante e a estratégia utilizada seria a das redes e teias de movimentos sociais, ou seja, uma articulação mais efetiva dos diferentes movimentos sociais afinando seus discursos a fim de alcançarem seus objetivos.

4.2 – Os “novos” movimentos sociais

O campo de abordagem dos movimentos sociais é por demais vasto. Um dos olhares teóricos mais recentes é o dos chamados *novos movimentos sociais*. Era propósito dos teóricos um modelo baseado na cultura. Nega-se uma visão funcionalista onde a cultura é fixa e predeterminada sempre orientada para o passado (GOHN, 2006, p.121).

Segundo Ilse Scherer-Warren vive-se um tempo de transformações. Para ela

“transformar” não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil. É neste sentido que buscar a compreensão do projeto e da práxis dos Novos Movimentos Sociais significa procurar o potencial transformador de que estes são portadores. Com isso não pretendo inferir que Estado e sociedade civil são campos sociais autônomos. Os dois se interpenetram em suas dinâmicas próprias (1988, p.53).

Ao ampliar-se o horizonte dos movimentos sociais, principalmente nos últimos vinte anos, observa-se que as lutas sociais estão divididas por eixos aparentemente, isolados, que consagram como bandeiras específicas, desde questões religiosas até a democratização do acesso a terra, passando por ecologia e gênero. O que se percebe de forma muito clara é que ocorreu uma disseminação das lutas e das reivindicações; não há um propósito unitário. Cada grupo tenta angariar forças para sua causa, independente da causa dos outros.

O paradigma dos novos movimentos sociais surge a partir da constatação da inadequação explicativa do paradigma marxista para os fenômenos sociais dos movimentos que começavam a surgir na Europa dos anos 60 e 70 do século XX. O paradigma nascente ainda valeu-se de uma crítica ao utilitarismo e ao racionalismo economicista de algumas visões. É nesse sentido que os teóricos dos novos movimentos sociais, nomeadamente, Alain Touraine, Clauss Offe, Alberto Melucci, Ernesto Laclau, Chantal Mouff rompem com esta idéia e buscam suporte na cultura, na ideologia, nas reivindicações cotidianas, condições para explicar tais acontecimentos, espraçando as possibilidades interpretativas dos fenômenos que começavam a ser observados (GOHN, 2006).

Pode-se dizer que os novos movimentos sociais teriam algumas características comuns: um modelo baseado na cultura, uma cultura dinâmica, viva e em transformação; negação do marxismo como possibilidade de explicar as ações coletivas da sociedade contemporânea, ainda que muitos dos teóricos deste novo paradigma sejam simpáticos de um neomarxismo que não subjugava diferentes campos da vida social a uma visão economicista da sociedade; desconstrução de um sujeito histórico predeterminado. No paradigma dos novos movimentos sociais a política ganha relevância e é ressignificada: ela passa a ser central na vida social cotidiana. O poder descentraliza-se, está na sociedade civil e não mais no Estado. Os atores sociais são o coletivo e sua identidade criada no desenvolver do processo.

Segundo Gohn – a partir de Foweraker (1995), Assies, Burgwal e Salman (1990) – o referente “novo” tenta explicitar uma base não classista para este paradigma, base esta presente nos movimentos operários e camponeses de outrora, bem como na Europa, refere-se ao “antigo” movimento dos trabalhadores, já na América Latina é a tentativa de desvencilhamento do populismo e do clientelismo (GOHN, 2006).

Essa plêiade de movimentos está buscando autonomia e conquista de direitos como assegura Gohn:

Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (2006, p.125).

Esteve em curso um deslocamento desde um discurso fechado e homogêneo onde a consciência de classe era fundamental para um paradigma onde as ideologias assumem este posto, sobretudo quando estas são aplicadas às questões culturais.

Nesse sentido,

A teoria dos Novos Movimentos Sociais refere-se mais às categorias empíricas, que dizem respeito a novas formas de manifestação coletivas e a um tipo de abordagem desvinculado do esquema clássico marxista, estrutural e determinista. (...) Eles (teóricos) se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc. (GOHN, 2006, p. 128).

Ainda que tente dar conta de um sem número de temáticas não levantadas pelos paradigmas clássicos de abordagem dos movimentos sociais, esta nova teoria tem alguns problemas, tais como a insuficiência conceitual argumentativa, ou seja, os conceitos que a sustentam não foram e não estão suficientemente explicados. Assim, tem-se uma boa radiografia do momento atual, com a catalogação de muitos eventos e lutas que se tornaram movimentos sociais contemporâneos, mas sem um aprofundamento da discussão em torno das transformações geradas no relacionamento da sociedade civil com o Estado a partir desta nova abordagem.

Mais do que estar contra ou a favor do Estado é preciso inserir-se no aparato estatal para conseguir pequenas modificações. Esta investida precisa dar-se em duas frentes. Primeiro ponto: agir nas mentalidades. Esta é uma questão quase evidente, uma vez que durante muitas décadas, a sociedade civil de boa parte dos países latino-americanos esteve refém das forças do Estado, ora sob a tutela de ditadores civis, ora sob a tutela de forças militares, ou seja, a participação popular nas decisões políticas era quase nenhuma.

Segundo ponto: agir nas leis. Durante algumas décadas, hoje ainda, no caso do Movimento Homossexual, para ficar apenas em um exemplo, há a necessidade de muitos destes agentes sociais aliarem-se a partidos e instituições políticas, para através de seus

representantes mais progressistas, iniciar um debate sobre alteração ou mesmo criação de legislação que beneficie ou contemple significativa parcela da população ignorada e silenciada pelas leis até então vigentes.

Como abordei acima, o paradigma dos novos movimentos sociais dá uma clara ênfase para as questões culturais. Durante muito tempo acreditou-se que discutir cultura era uma questão menor. Alvarez, Dagnino e Escobar assim entendem:

Sustentamos que os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática. Ademais, acreditamos que a conceituação e a investigação das políticas culturais dos movimentos sociais é uma digressão teórica promissora... (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p.21).

O olhar dirigido aos movimentos sociais, novos ou velhos, se for, por exemplo, a partir de um ponto de vista antropológico, sempre levará em conta o aspecto cultural, porque o movimento não existe apenas na arena política ou econômica, ele é parte da dinâmica da vida de cada um, ele é os indivíduos que o compõem, cada qual com sua historicidade latente e com suas peculiaridades.

Como destacado acima, a autonomia é uma questão central dos novos movimentos sociais, porém parece ser uma questão problemática. Autonomia é importante para construir a identidade do movimento, identidade de suas bandeiras principais, enfim, seu percurso. Mas esta autonomia não pode ser uma barreira e transformar-se em uma venda que impeça o movimento específico de afinar discursos com outros movimentos, ou fazer alianças necessárias para além de suas reivindicações (SCHERER-WARREN, 1988). Esta perspectiva já é problematizada há alguns anos através da teoria das *redes sociais* ou *teia de redes sociais*, como forma de enfrentamento coletivo das desigualdes e situações de injustiças a que estão submetidos inúmeros grupos sociais.

4.3 – Redes de Movimentos Sociais

O tempo em que surgem os novos movimentos sociais, bem como suas articulações através de redes, é o de um mundo globalizado. Nele, as distâncias são aparentemente inexpressivas e o volume de informações novas é emblemático. Neste panorama de globalização observa-se uma sensível tentativa de homogeneização cultural ao mesmo tempo em que se observa uma fragmentação da vida em sociedade, na medida em que as identidades começam a ser percebidas como múltiplas (SCHERER-WARREN, 1999).

Tal perspectiva não é pacífica, já que acaba por gerar algumas reações, como por exemplo, a explosão de vertentes fundamentalistas, tanto sob a perspectiva política, como religiosa. O mundo globalizado é um mundo onde existe espaço para fundamentalismos, hoje não apenas localizados em regiões distantes do Oriente Médio ou da Ásia, mas também em nossa rua, entre nossos amigos.

Se por um lado, a globalização passa uma idéia de homogeneização da cultura, é bastante perceptível neste cenário hodierno uma hibridização cultural, em resposta a esta tentativa de tornar igual e único o modelo cultural. Como referi acima, são múltiplas identidades, múltiplas manifestações religiosas, múltiplas colorações políticas. As culturas globais hegemônicas acabam por dialogar com os localismos e ambas interpenetram-se.

Tudo isso para dizer que o cenário atual é distinto do cenário de duas ou três décadas antecedentes. A velocidade da informação e das transformações modificam consideravelmente as estruturas, os poderes e até mesmo as formas de diálogo com estes poderes. As reivindicações atuais são outras que não às da década de 60 ou 70 do século XX, não obstante, muitos dos entraves da sociedade que provocam as desigualdades e as injustiças continuem a ser os mesmos.

Os palcos globalizados servem, desde que os movimentos estejam articulados na forma de redes, a aproximar diferentes agentes, que com um alcance bastante restrito, como uma associação de moradores do interior do Rio Grande do Sul, até um Federação Internacional de Bairros, que através da *Internet* mantém contato e eventualmente consegue travar um diálogo virtual e em dada ocasião reúnem-se, por exemplo, em um Fórum Social Mundial e trocam de forma efetiva alternativas para resolver tanto problemas locais como globais.⁴¹

Ilse Scherer-Warren, logo no começo de seu livro *Redes de Movimentos Sociais* (2005), enfatiza que a utilização desta terminologia é a expressão de uma trajetória e uma opção. Assim, é a expressão da trajetória das organizações da sociedade civil na América Latina, em geral, e no Brasil em particular (SCHERER-WARREN, 2005).

Desde a década de 40 do século XX as Ciências Sociais utilizam o conceito de redes, mas apenas nos anos recentes é que ele começa a tornar-se um paradigma de análise, comumente utilizado para referendar estudos acerca dos movimentos sociais contemporâneos. *O termo rede é utilizado tanto pela ciência, como conceito teórico ou metodológico, quanto*

⁴¹ A *Internet* hoje é uma ferramenta importantíssima para as organizações em rede, pois consegue um alcance planetário para algumas ações, sem contar que aglutina muitas pessoas sem grande demanda de pessoal, ou mesmo estrutura. Além disso, a *Internet* foi um dos caminhos que utilizei para conseguir construir o meu trabalho de campo.

por atores sociais que passaram a empregar essa noção para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social (SCHERER-WARREN, 1999, p.21).

Os atores envolvidos nos movimentos sociais que utilizam o conceito de redes, o utilizam em um sentido propositivo, ou seja, estão a referir-se a uma, dentre muitas, estratégias de ação coletiva; segundo Scherer-Warren, trata-se de uma nova forma de ação coletiva, isto é, a ação através de redes.

Para Melucci (1989), as redes são uma simbologia de movimento, de dinâmica, donde pequenos grupos aliam-se encontrando discursos comuns, e constroem uma identidade coletiva, igualmente dinâmica e em movimento, capaz de representar a plêiade de interesses convergentes que acabaram por constituir um todo heterogêneo maior e mais representativo nas frentes de embates políticos e ideológicos.

Falar em redes sociais, ou redes de movimentos, é falar sobre diversos aspectos de convergência entre diferentes movimentos sociais e um aspecto transcendente entre eles, isto é, um compromisso humanístico, compromisso este que permite esta conexão entre diferentes. Esta conexão entre diferentes atores sociais possibilita intercâmbio de idéias, articulações estratégicas de lutas, bem como desenvolvimento de uma solidariedade coletiva (Idem, p.10).

A organização dos movimentos sociais na forma de redes é bastante comum na América Latina dos anos 90 do século XX. As redes são uma resposta otimista a um cenário de mobilização bastante pessimista que via os movimentos sociais sem uma relevância para as conquistas civis e respeito a estas conquistas no subcontinente. Tal visão pessimista deve-se, entre outros fatores, a uma desarticulação pós-ditaduras militares, ao crescimento urbano desordenado e às crises advindas deste processo.

A visão em termos de rede é o cotraponto a esta perspectiva, pois parte de uma avaliação crítica dos movimentos sociais anteriores, refletindo sobre eles e conjecturando alternativas de novos encaminhamentos. Dito de outra forma: as redes funcionam como catalisadores daquilo que está posto, em vista de criar novas formas coletivas de agir em termos de reivindicações e estratégias de lutas.

Por outro lado, talvez a dicotomia acima destacada entre *velhos* e *novos* movimentos sociais seja simplista demais, pois dá uma ênfase apenas na forma de organização do movimento e em suas principais bandeiras, todavia parece mais dinâmico pensar os novos elementos que povoam os movimentos sociais, contemporâneos e tradicionais, sobretudo, ao analisar os elementos culturais que emergem nestas organizações (SCHERER-WARREN, 2005).

Segundo a mesma autora:

parte-se da hipótese de que é nas articulações entre organizações e atores políticos e nas subseqüentes criações de redes que vêm se constituindo um movimento social no sentido dado por Alain Touraine. Segundo esta noção temos um movimento social quando se tratar de “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética” (Palavra e Sangue, 1989, p.182). Portanto, refere-se aqui a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam “intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social”(Ibid) (2005, p.116).

Os movimentos sociais que emergem no final do século XX precisam estar articulados para além de suas reivindicações particulares somando suas demandas às demandas de outros grupos, para conseguir um resultado mais substancial que acabe por promover uma mudança significativa.

As redes de movimentos sociais que estão ganhando destaque no Brasil nas últimas duas décadas, embora distintas, podem ser agrupadas tendo em vista um núcleo comum de características: articulação entre atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralidades organizativa e ideológica; atuação nos campos político e cultural (SCHERER-WARREN, 2005).

Uma destas características é especialmente importante, trata-se da transnacionalidade de algumas redes de movimentos. Ela ocorre de forma bastante significativa e diz respeito, em grande medida ao trabalho das ONGs – organizações não-governamentais. A forma de manutenção das ONGs nacionais, muitas vezes, é a injeção de recursos oriundos de organizações situadas fora do país de origem das ONGs.

Dentre os tantos movimentos que atuam em forma de redes transnacionais pode-se citar com facilidade o movimento ambiental e o movimento em defesa dos Direitos Humanos, cuja atuações são emblemáticas e bastante visíveis. O movimento gay organizado já possui uma articulação internacional, mas sua política em forma de redes ainda é bastante setorizado e presente de forma mais substancial nas grandes capitais. Há uma sensível dificuldade destas redes alcançarem os interiores profundos dos países.⁴²

É importante perceber que a articulação através de redes de movimentos é um elemento considerável para o fortalecimento da sociedade civil, *empowerment*, isto é, os sujeitos desta

⁴² Ainda que a articulação em forma de redes seja mais lenta nos países periféricos, entre os membros do MERCOSUL foi fundada uma Federação de defesa dos Direitos da população GLBT em maio de 2007, na cidade de Rosário, na Argentina. É a sociedade civil organizada, mobilizando-se. Tal questão será discutida com mais vagar no último capítulo deste trabalho.

sociedade civil desenvolvem capacidades de articularem-se e acabam por propor ações coletivas que edificam impactos na esfera pública.

Para os limites deste trabalho, entendo sociedade civil tal como destacado por Ilse Scherer-Warren. A autora percebe que a sociedade civil é o espaço *parte do terceiro setor, em contraste com o Estado e o Mercado, e refere-se genericamente a um espaço de ação* (1999, p. 41). É o espaço das demandas por cidadania, democracia e direitos humanos. A sociedade civil é o terreno onde nascem os movimentos sociais.

As redes de movimentos sociais, expressão da organização de parte da sociedade civil insatisfeita com o *status quo*, para além de questionar o sistema macro-econômico e político, estabelecem pautas e agendas acerca de novas reivindicações, como por exemplo, na América Latina, a garantia de direitos civis e novos direitos para populações desprotegidas.

Especialmente no caso do subcontinente, cuja herança dos regimes militares ainda é evidente, as redes de movimentos sociais, mais do que garantir a democracia de forma efetiva nos países criaram espaços alternativos de expressão da cidadania e mesmo da cultura (SCHERER-WARREN, 1999).

É na esteira de todo este processo de garantia de cidadania plena para populações que, antes e depois das experiências militares no subcontinente surgiram muitos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, ditos novos por não contestarem, pelo menos de forma explícita e emblemática, as relações de produção do sistema capitalista posto.

O movimento homossexual, não apenas no Brasil e Argentina, mas no mundo de forma geral, organiza-se de maneira efetiva no cenário destas articulações, ora no interior das esquerdas, ora conjugando esforços com as feministas, negros e outros grupos marginalizados. As organizações gays foram e continuam sendo um movimento social que enfrenta uma série de barreiras quando da articulação na forma de redes com outros movimentos, porque paira ainda entre muitos atores sociais uma mentalidade por demais conservadora que traduz-se em homofobia e não aceita de forma plena as homossexualidades como parte integrante de um movimento social sério e importante. Porém, com todas as dificuldades postas em seu caminho, o movimento social que defende gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros ganha expressão acentuada nesse começo de terceiro milênio.

4.4 – As Homossexualidades em Movimento

Desde os seus primórdios nos Estados Unidos, ainda nos anos 50 do século XX, as organizações homossexuais sempre estavam dispostas a dialogar com outros agentes sociais,

sobretudo negros e mulheres, pois eram grupos que já estavam mais articulados e cuja luta começava a ter bastante impacto naquela sociedade.

A proposição de aliar o discurso homossexual aos discursos de outros segmentos sociais marginalizados nunca foi um consenso dentro destas organizações. Havia pelo menos dois discursos principais: um que pregava essa aliança estratégica, pois estava em pauta uma transformação da sociedade e havia um novo projeto a ser instituído. Este projeto era uma concepção socialista de Estado e era defendido por integrantes homossexuais ligados a partidos de esquerda.

A luta homossexual – a partir desta visão – era parte de uma luta maior. A articulação na forma daquilo que mais tarde seria entendido por redes era uma proposta tendo outra perspectiva estrutural. As redes não desafiam o sistema interposto; os movimentos contestatórios dos anos 60 e 70 sim.

De outro lado, havia significativa parcela de pessoas que se alinhava aos movimentos homossexuais. Elas entendiam que lutas maiores até poderiam existir, mas que os homossexuais deveriam lutar especificamente pelos seus direitos e pela sua existência. Esta corrente acreditava que a luta já era por si só parte de uma luta maior e que ao conseguir avanços a sociedade acabava por transformar-se.

Hoje, quando as manchetes dos jornais destacam as conquistas homossexuais, tais como os direitos civis que começam a ser adquiridos através de legislações específicas; quando as telenovelas mostram em horário nobre casais gays; quando estes mesmos gays passam a fazer parte de nossa rede de amigos, facilmente somos levados a pensar que o tempo de homofobia está superado. Este pode ser um pensamento apressado, uma vez que a organização do movimento homossexual, tal como concebido hoje, data do final da década de sessenta.

O moderno movimento homossexual surge um pequeno bar de Nova Iorque, localizado no *Greenwich Village*, mas que se tornou emblemático para compreender os desdobramentos que resultam na incipiente visibilidade das homossexualidades. Trata-se do bar *Stonewall Inn*, um espaço de freqüência de homossexuais nova-iorquinos.

Neste bar aconteceu a resistência de gays perante a retaliação de uma polícia corrupta. A lógica secular da fuga e do “armário” dava lugar ao enfrentamento, mais do que ideológico, ao enfrentamento físico. Fez-se uma verdadeira batalha campal.

Alguns fatos são necessários rever para entender o ocorrido em Stonewall. Em 22 de junho de 1969 suicida-se em Londres a cantora estadunidense *Judy Garland*. *Judy* era um ícone gay da época. O cadáver só chegou a Nova Iorque na tarde de 27 de junho, o que

provocou uma considerável mobilização dos homossexuais para despedirem-se da cantora (BAZÁN, 2006).

Depois de despedirem-se de *Judy*, os homossexuais foram para a Rua *Christopher* reunirem-se em *Stonewall*. Na noite de 27 de junho, outra vez a polícia foi dar uma “batida” no bar, com intenções de fechá-lo. Todos se perguntavam: ‘por que não inspecionar outros bares?’ Era mais uma vez *Stonewall*. A resposta era muito simples. Naquele bar existiam homossexuais e esta era a razão para fechar o lugar.

Oswaldo Bazán diz que a polícia não esperava que houvesse resistência dos homossexuais. A notícia se espalhou pelo bairro e muita gente aglomerou-se em frente ao *Stonewall*. Cada um que era libertado era recebido como herói pelos manifestantes. Os policiais saíram frente a quatrocentas pessoas. A agressão a uma travesti ao ser “enfriada” no camburão foi a gota d’água para o começo do enfrentamento (BAZÁN, 2006). De início eram atiradas moedas sobre os policiais como pagamento de propina. Depois foram atiradas garrafas, pedras e tudo mais que pudesse ser jogado. Os negros aderiram ao protesto ao lado dos homossexuais.

A polícia recebeu reforço da *Unidade de Operações Táticas* e os gays gritavam: *gay power, gay power!* Por todas as ruas do bairro onde os manifestantes encontravam a polícia, acontecia mais uma cena de batalha. O número de homossexuais e apoiadores só crescia, a ponto do aparato policial retirar-se. Era 28 de junho (BAZÁN, 2006).

Desde então o 28 de junho fora consagrado como *Dia Internacional do Orgulho Gay* e em várias partes do mundo, a partir do gueto homossexual nova-iorquino, organizou-se o moderno movimento homossexual, segundo Regina Facchini (2005).

Os reflexos de Stonewall espalharam-se pelo mundo e chegaram até a América Latina que convulsionava em tempos de Ditaduras Militares. Especificamente no Brasil e Argentina, é no final dos anos 70, no primeiro, e no começo destes na segunda, que as organizações homossexuais passam a agir de forma mais ostensiva. Estes grupos surgem amparados nas lutas de esquerda contra os regimes de força e vão conquistando independência no interior deste segmento, tornando-se movimentos sociais autônomos.

O movimento homossexual brasileiro, segundo consenso entre seus principais estudiosos, tem seu surgimento associado à fundação do *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, em São Paulo no ano de 1978. Este grupo era composto por homens homossexuais e teve um nome provisório de *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*, que neste mesmo ano endereçou correspondência ao Sindicato dos Jornalistas,

no qual se apresentava para participar de uma discussão sobre movimentos sociais e grupos discriminados na USP. Surgiu o movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005).

O nome *Somos*, segundo James Green (2003), *deve-se a uma homenagem à publicação da Frente de Liberação Homossexual Argentina, o primeiro grupo pelos direitos gays na América do Sul, que surgiu em Buenos Aires, em 1971... (p.50)*. O primeiro nome *Ação pelos Direitos dos Homossexuais*, na visão de alguns, desencorajava muitos militantes a participarem. Era muito audacioso. Assim, uma tentativa de agradar a todos foi *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual* que em fevereiro de 1979 fez sua primeira manifestação pública no debate da USP.

Rachas e disputas internas a partir de pontos de vista distintos, muitos deles tendo estreita ligação com as questões políticas do país, sobretudo no que diz respeito à participação de membros do *Somos* em lutas abertamente de esquerda, ou incorporação em eventos e manifestações organizadas por outros movimentos sociais e sindicatos levaram à formação de novos grupos. Era 1980.

Foi fundado o *Grupo Lésbico-Feminista* (posteriormente chamado de *GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista*). As lésbicas reivindicavam um fórum próprio de discussão e o *Somos*, na visão delas, não estava conseguindo suprir essa necessidade. Também foi fundado o *Grupo de Ação Homossexualista* rebatizado de *Outra Coisa* (FACCHINI, 2005).

Na esteira destes acontecimentos e das políticas estratégicas construídas pelos grupos, outros foram surgindo e foi-se difundindo pelo país as organizações homossexuais, nesta que é conhecida como a primeira onda do movimento homossexual brasileiro.⁴³ É importante destacar os jornais que divulgavam as homossexualidades. Trata-se do *Snob* e do *Lampião da Esquina*.

O *Snob* foi um jornal caseiro que circulou entre os anos de 1963 até 1969 e privilegiava questões da sociabilidade homossexual no centro do país, não se ocupando com as reivindicações mais políticas até porque um movimento organizado ainda não existia. Ainda merece destaque neste período a Associação Brasileira de Imprensa Gay que funcionou entre os anos de 1967 e 1968 (MCRAE, 1985; GRENN, 2000; FACCHINI, 2005).

O *Lampião da Esquina* tem forte ligação com a figura do escritor João Silvério Trevisan. Até hoje Trevisan discute as questões referentes ao movimento homossexual

⁴³ Esta é uma classificação que Regina Facchini (2005) toma de empréstimo de Edward McRae (1985). A primeira onda classifica os Jornais e Grupos do final da década de 70 que organizam o movimento e que enfatizavam um caráter antiautoritário e comunitarista. A segunda onda é da década de oitenta, com a problemática da AIDS e a redemocratização. A terceira onda, são os anos noventa e os grupos ali fundados, uma espécie de revigoração do movimento homossexual e da transformação de muitos grupos em ONGs que inseriam-se nas campanhas nacionais de combate à AIDS.

brasileiro. Sua obra mais famosa *Devassos no Paraíso* (2004) é um referencial para os estudos sobre as homossexualidades brasileiras. Trevisan volta ao Brasil em 1976 depois de um auto-exílio e decide reunir alguns amigos e discurtir a homossexualidade através da formação de um grupo que não resiste a algumas poucas semanas.

Todavia, seus contatos com os movimentos gay, ecológico e feminista dos Estados Unidos serviram de motivação para que, junto com outros jornalistas e escritores, em abril de 1978, lançassem o número 0 do *Jornal Lampião da Esquina*. Após ter sido desconsiderado pela Convergência Socialista como mídia alternativa e de resistência é que este grupo volta a se reunir e debater, tendo início a história que apontei acima de formação do grupo Somos⁴⁴. O *Lampião da Esquina* tinha circulação nacional e teve editado 37 números entre 1978 e 1981 com circulação mensal (FACCHINI, 2003, GRENN, 2000).

A AIDS e a redemocratização provocam certa retração entre os grupos homossexuais no Brasil. Na década de 80 ganha destaque o *Grupo Gay da Bahia*, presidido pelo antropólogo Luis Mott, atuante pesquisador das homossexualidades brasileiras. Também neste período é fundado no Rio de Janeiro o *Grupo Triângulo Rosa* por João Antônio Mascarenhas (HOWES, 2003; GRENN, 2000).

Conforme destaca Regina Facchini, tanto o *Grupo Gay da Bahia* como o *Triângulo Rosa* são emblemáticos porque:

Não permitiram que esse movimento chegasse a desaparecer em meados da década de 80, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista, para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário (2003, p.97).

As personagens mais destacadas destes dois Grupos, Mott e João Antônio⁴⁵, tiveram uma trajetória anterior a fundação de suas organizações, mas era uma trajetória menos ligada aos movimentos político-revolucionários que se destacavam nos anos de repressão militar. A questão é que a forma de fazer política dos movimentos sociais proposta pelos dois é aquela, guardadas as diferenças, que ganha destaque hoje junto à *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros* (ABGLT).

Desde a fundação do *Somos*, no final dos anos 70, foram sendo organizados encontros nacionais de grupos homossexuais. Depois foram sendo organizados encontros que

⁴⁴ O *Somos* encerra suas atividades em 1983.

⁴⁵ João Antônio Mascarenhas foi escolhido como representante oficial do Movimento Homossexual Brasileiro para, durante a Constituinte de 1987, defender a inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual na Carta Magna. Ainda que aprovada pelas subcomissões a proposta foi rejeitada pelo plenário (HOWES, 2003).

incorporavam lésbicas, travestis e toda a diversidade que hoje compõem a *sopa de letrinhas*, proposta por Facchini (ABGLT). A ABGLT – a época o *T* representava *Travestis* – foi fundada em 1995 na cidade de Curitiba durante o 8º *Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas*. Esta associação não é fruto de consenso, já que houve grupos que não referendaram a iniciativa, um deles, o *Nuances* de Porto Alegre, em virtude das estratégias estruturais e políticas defendidas pela organização nacional.

Na Argentina uma organização gay tem início no final dos anos 60, na cidade de Buenos Aires. Segundo a literatura argentina especializada, o surgimento do primeiro grupo gay da América do Sul não se vincula diretamente aos acontecimentos de *Stonewall* (MODARELLI, 2000; BAZÁN, 2006; GRENN, 2003).

Este grupo articula-se a partir de dez ou doze homens, masculinos, com grandes bigodes, operários, alguns sindicalistas, reunidos numa casa pobre de um bairro operário de Buenos Aires. Quase todos eles simpatizantes e/ou integrantes do *Partido Comunista Argentino*. Quem liderava era Héctor Anabitarte, um funcionário dos Correios e depois Jornalista que, segundo Osvaldo Bazán, reunia três identidades bastante conflitantes para a época: homossexual, sindicalista e comunista (BAZÁN, 2006).

James Green (2003) afirma que Anabitarte foi expulso do Partido Comunista por ser homossexual, uma vez que o próprio Héctor, ao ir à Rússia ouviu de um dos mais conceituados sexólogos da burocracia russa, Professor Fedotov, que não existiam homossexuais na Rússia. Vale destacar o trecho da entrevista que Héctor Anabitarte concede a Alejandro Modarelli referindo-se a este encontro:

‘Cuando le pregunto por la homosexualidad, responde sin dudar que no existe en la URSS, y que lo aconsejaba a los homosexuales era casarse, y con el tiempo se curarían. Además de una tontería, era una contradicción. A qué homosexuales se dirigiría, si según él en Rusia no había homosexuales. Cuando le hablé de mi homosexualidad, me recomendó el mismo remedio’ (MODARELLI; RAPISARDI, 2000, p. 142).

Assim, não era difícil entender a expulsão de Héctor do Partido e sua inserção cada vez mais significativa no movimento homossexual. O grupo formado por ele e seus companheiros em 1969 chamou-se “Nuestro Mundo”. Todavia, a “Federação Juvenil Comunista” não o expulsou, mas redefiniu suas funções, dando-lhe cargos de menor importância com a explicação de que o companheiro tinha confessado o inconfessável e lhe garantiu uma pequena sala nos fundos da organização (Idem, p.142).

Nuestro Mundo foi uma organização combativa e atuante, levando às redações dos jornais boletins que destacavam a necessidade da liberação homossexual. Como disse, tratava-se de um grupo de homens pobres, operários e sindicalistas de Buenos Aires. A história do grupo começa a mudar no ano de 1971 quando se agregam a suas discussões alguns jovens intelectuais da Faculdade de Humanidades da Universidade de Buenos Aires.

Oswaldo Bazán (2006) mostra que o pequeno grupo que trabalhava desde os finais dos anos 60, de maneira muito localizada, recebe uma dose de cosmopolitismo e intelectualidade. São estudantes de Filosofia, Letras, Psicologia e Sociologia que emprestavam ao grupo muitas de suas discussões acadêmicas sobre sexualidade para mesclar-se com as experiências mais militantes. Assim, em maio de 1971, da união de *Nuestro Mundo* e estes jovens estudantes, estava formada a *Frente de Liberación Homosexual*. Os cinco fundadores da *Frente* foram: Juan José Sebrelli, Héctor Anabitarte, Manuel Puig, Blas Matamoro e Juan José Hernández.⁴⁶

A *Frente de Liberación Homosexual* (FLH) propunha a luta homossexual como parte de uma luta maior, ou seja, entendia que os homossexuais eram socialmente, moralmente, culturalmente e legalmente oprimidos, mas entendia que esta luta contra a opressão dos homossexuais estava ligada à luta contra todas as outras formas de discriminação de quaisquer grupos, isto é, já havia uma idéia de articulação com outros grupos na gênese da FLH, ainda que sempre defendendo uma independência orgânica.⁴⁷

Em 1974 morre o presidente Juan Domingo Perón e sua mulher Isabel Perón assume o poder. No governo de Perón uma ala mais a esquerda detinha alguma possibilidade de destaque, nesse vácuo a FLH trabalhava na legalidade. Já no governo de “Isabelita” ganham espaço as forças conservadoras e reacionárias de direita, o que faz com que haja um retraimento das políticas vanguardistas e inicie-se uma perseguição aos homossexuais, sem contar que a Argentina mergulhava em uma de muitas crises econômicas (GRENN, 2003).

A perseguição aos homossexuais, intensificada após a publicação de um artigo do Ministro do Bem-Estar Social e principal conselheiro de Isabelita, Carlos Lopes Rega, no qual ele incitava a acabar com os homossexuais na Argentina, foram a gota d’água para o enfraquecimento do grupo, que aliado à inflação galopante do desastroso governo, acabou por dissolver-se em junho de 1976 (GREEN, 2003; MODARELLI, RAPISARDI, 2000).

⁴⁶ Pouco tempo depois outros integrantes passam a fazer parte da *Frente*, entre eles o poeta e antropólogo argentino Nestor Perlongher que vai ter parte de sua produção acadêmica no Brasil onde viveu durante a década de oitenta. Seu texto mais citado é **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo (Editora Brasiliense, 1987), no qual problematiza a prostituição masculina e territorialidade na cidade de São Paulo.

⁴⁷ Manifesto da FLH através de seu boletim, o Somos, N.3, p.3, em maio de 1974, destacado GRENN, 2003.

Os governos militares argentinos programaram políticas de Estado para perseguir e torturar homossexuais, fazendo com que os movimentos sociais deste gênero operassem na clandestinidade, tendo sua quase totalidade deixado de existir. Apenas com a redemocratização no ano de 1983 é que se organiza outra vez o movimento homossexual argentino, a partir da criação da CHA, *Comunidad Homosexual Argentina*, o grupo argentino mais antigo de defesa dos direitos dos homossexuais em atividade no país e que foi alvo de minha pesquisa de campo em Buenos Aires.

Assim, a discussão dos movimentos homossexuais na arena dos movimentos sociais tradicionais e mesmo no campo dos novos movimentos sociais permite-nos a compreensão de algumas políticas estratégicas e mecanismos de consolidação da ação destes grupos, suas ligações com os grupos de esquerda e uma incipiente tentativa de organização em redes.

No presente capítulo eu destaquei de forma mais teórica as noções de movimentos sociais, novos movimentos sociais, redes de movimentos sociais e fiz um apanhado panorâmico pelos movimentos homossexuais de Brasil e Argentina, no próximo capítulo passo a destacar o grupo *Nuances* de Porto Alegre e a *Comunidad Homosexual Argentina* de Buenos Aires, como exemplos de movimentos sociais de nosso tempo e coloco-os a dialogar com os novos movimentos homossexuais com os quais disputam espaço no cenário atual, bem como com os informantes desta pesquisa que entendem possibilidades de militância desde outros lugares que não os de um movimento social homossexual organizado.

CAPÍTULO V

LUGARES DE MILITÂNCIA

Como dito acima, este trabalho foca sua análise nas homossexualidades militantes e não-militantes para perceber encontros e desencontros de opiniões e práticas com relação à vivência das homossexualidades em espaços onde há marcadamente a incidência de identidades regionais significativas.

No capítulo anterior fiz um apanhado geral da compreensão que sigo a respeito de movimentos sociais, novos movimentos sociais e as redes e teias de movimentos para compreender neste capítulo como os movimentos sociais homossexuais que eu pesquisei enquadram-se nestas perspectivas com pautas específicas, mas afinando discursos com lutas maiores para alcançar seus objetivos e ao mesmo tempo não estarem isolados frente a um espaço ainda conservador e homofóbico.

Assim, este item apresenta-se, diferentemente do anterior, como uma abordagem que abre espaço para os integrantes do Nuances, da CHA, dos outros grupos pesquisados que têm políticas estratégicas diferentes (SOMOS e VOX), bem como os entrevistados que não militam nas organizações homossexuais e têm uma outra perspectiva epistemológica de lugares de militância.

5.1 - O grupo Nuances⁴⁸ e suas estratégias de militância

O Nuances tem suas origens marcadas pela participação de seus então fundadores em movimentos estudantis, nos partidos políticos de esquerda, nomeadamente o Partido dos Trabalhadores, e no combate à pandemia de HIV-AIDS. As mobilizações diante destes três inquietantes temas que se arrastam até a atualidade levaram um grupo de jovens homossexuais, na maioria homens, a em 1991 fundar junto à Casa do Estudante Universitário da UFRGS, na Avenida João Pessoa em Porto Alegre, o MHG – Movimento Homossexual Gaúcho – primeira denominação do Nuances. Um nome quase que de imediato rejeitado em razão de parecer muito forte, muito pesado. Logo depois, a partir de um consenso surge o nome *Nuances, movimento da livre orientação sexual*, que mais recentemente modifica a

⁴⁸ O grupo escreve Nuances com letra inicial minúscula, segundo dados de campo, por visualmente parecer mais palatável. Por uma mera opção estilística escreverei Nuances com letra inicial maiúscula para melhor identificação do nome do grupo e para não confundir com a palavra nuances, algumas vezes referida no texto.

“orientação” pela “expressão”. Hoje o movimento denomina-se: *nuances, movimento pela livre expressão sexual*. Nuances é uma palavra de origem francesa que significa várias tonalidades. As várias tonalidades estão em direta relação com a proposta de defesa da diversidade sexual e em consonância com a busca por respeito aos direitos humanos.

Os princípios da década de noventa eram momentos de certo revigoramento do movimento homossexual brasileiro depois da grande retração da década de oitenta. Já existia um movimento nacional organizado, que tinha sua pauta estabelecida e ocorriam encontros nacionais de grupos gays. O Nuances lentamente vai inserindo-se neste sistema.

O GAPA, que é uma ONG AIDS, teve significativa importância nos primeiros tempos do Nuances. Foi através da militância no GAPA que “as nuanceiras”⁴⁹ começam a conhecer outras pessoas já ligadas há mais tempo à militância propriamente dita no campo do combate à AIDS. Neste período define-se uma das estratégias mais utilizadas pelo Nuances: a ida para a rua através de manifestações públicas. Ainda vivia-se o tempo de uma epidemia que tinha todo um perfil mais preconceituoso e conservador.

Meus informantes do Nuances foram unânimes em reconhecer o grupo como uma organização meio anárquica, mas que tem uma direção formal em vista das questões burocráticas com as quais interage, tais como, projetos, conta bancária, assinaturas. Logo, formalmente existe um coordenador e um vice-coordenador, mas não existe uma hierarquia. Há uma divisão do trabalho baseada nas predileções de cada indivíduo; assim alguns se afinam com as finanças, outros elaboraram projetos, outros coordenam grupos, manifestações.

Os integrantes do Nuances não são muito flutuantes, nem tampouco numerosos. Para fazer parte do grupo é preciso identificação com a linha programática e disposição para trabalhar de forma voluntária. Meus entrevistados mostram a importância de ser construído um envolvimento entre o novo integrante com a entidade. Este seria o fator primordial para tornar-se “uma nuanceira”. Atualmente o grupo conta com dez pessoas efetivas ligadas diretamente à organização e às responsabilidades frente a atividades específicas. Nos dezesseis anos de existência, o grupo passou por várias fases e muitos rachas que acabaram por promover o surgimento de outros grupos homossexuais em Porto Alegre.

Os militantes do Nuances entendem que a razão dos rachas está relacionada com as diferentes formas de se fazer política. É a estratégia de se fazer política. Assim, traçam uma linha muito clara que divide a ação do Nuances e a dos demais grupos. Para “as nuanceiras”, o movimento homossexual acaba por reproduzir a velha lógica dos partidos políticos, dos

⁴⁹ Autodenominação para os integrantes do grupo.

sindicatos e do movimento estudantil, isto é, institui *relações de poder autoritárias, tráfico de influências, nessa coisa toda* (Cláudio, 45 anos).

O Nuances entende que as pessoas são livres e que devem lutar para preservar esta liberdade. Porém, politicamente, não adota como estratégia a reivindicação de direitos como o matrimônio e a adoção porque não entendem que este seja o modelo “normal” a ser seguido pelos homossexuais. Entendem ainda, que se trata de uma ingenuidade pensar que a conquista destes direitos trará a redenção das homossexualidades porque, segundo os informantes, a questão não depende de uma lei, mas sim de questões culturais muito mais amplas. Cláudio (45 anos) é enfático ao dizer:

“Nessa sociedade, cara, queira ou não, bicha vai ser sempre bicha, entendeu, ou seja, cidadão de segunda categoria. Por mais que eu tenha dinheiro, por mais que eu seja intelectualizado, por mais que eu seja juiz de direito, eu vou ser respeitado ali, entre aspas, mas eu vou ser bicha. Vai lá ao meio dos “bofes” no futebol: ‘aquela bicha, aquele viado, aquele putão’. Entendeu? Então esse lugar que elas (movimento gay) estão querendo construir é uma armadilha, é a tal normalização da homossexualidade. E para um padrão burguês, para essa sociedade, é ótimo, porque tu aproximias, por isso que está na novela das oito, se não, não estava. Porque esta bicha marginal, esta não, esta não serve”.

O Nuances não se opõe à conquista de direitos civis. Inclusive conseguiu, em parceria com outros movimentos sociais e com a Assembléia Legislativa do Estado aprovar leis que defendem as homossexualidades. Porém o grupo questiona-se: o que se faz com isso? E o que isso significa politicamente para o teu movimento? Onde tu queres chegar com isso? O Nuances entende que os direitos civis contemplam parte das homossexualidades, sobretudo aquelas que estão em via de padronizar-se numa perspectiva heterossexual, mas deixa descoberta dos direitos uma parcela significativa nomeada por eles de *locas e vagabundas*. Igualmente homossexuais, mas fora do padrão.

Desde os primeiros tempos, o Nuances teve um perfil político muito forte. Diferenciava-se dos grupos existentes que davam ênfase a uma lógica mais terapêutica da homossexualidade. Segundo um de seus fundadores, assim recorda-se: *Havia um apelo muito grande dentro do grupo para se fazer um grupo de terapia, viu. As bichas tudo loca, né, queriam falar do pai, da mãe... Não, eu digo, isso eu não quero. Eu quero fazer militância política. Não quero saber de consultório nem nada* (Cláudio, 45 anos).

O perfil referido era o da combatividade, das manifestações de rua, do enfrentamento ao invés do retraimento e da vitimização. Uma luta em conjunto com o GAPA, sem fazer do Nuances uma filial do GAPA, mas uma parceria para muitas estratégias políticas de visibilidade. De início, o grupo realizava reuniões semanais, aos domingos, na Casa do

Estudante e depois em sede própria. O Nuances foi lentamente afastando-se da questão AIDS e aproximando-se da questão Direitos Humanos, porém as duas causas caminhavam praticamente juntas.

“As nuanceiras” foram articulando-se com setores organizados do Estado e outros movimentos sociais para conseguir visibilidade e respeito para sua causa. Desde o princípio, o Nuances caracteriza-se como um grupo que busca polemizar, segundo seus fundadores, agindo no sentido contrário do proposto por um discurso vitimizador dos homossexuais. Da mesma forma, ao invés de explicar certa normalidade heterossexual, desde o princípio o Nuances põe em questão a heterossexualidade como norma. As políticas do Nuances buscam a autonomia das pessoas, defendendo que todos tenham liberdade para viver sua sexualidade, seja ela qual for, contanto que agissem com responsabilidade.

Com os recursos conseguidos via financiamento a partir de Editais do Programa Nacional de AIDS, o Nuances ia de encontro às políticas tradicionais de combate à AIDS. Nesse sentido, utilizava-se a verba para fazer política, isto é, uma politização da temática. Dito de outra forma: começar uma discussão séria sobre o uso do corpo, da prostituição, temas-tabus. O Nuances assim explica:

“Nós sempre defendemos a questão de garotos de programa, michês, prostituição, fomos pra rua, levamos processo, já fizemos vários bafão por causa disso. Já deu até Folha de São Paulo, brigas porque fizemos uma festa e sorteamos um *bofe* e isso virou manchete nacional. Aí caíram de pau pra cima da gente, todo mundo, até alguns setores da esquerda que tocaram pau na gente, porque acharam que a gente tava usando o ser humano como se fosse uma mercadoria. Anistia Internacional rompeu a parceria com a gente essa época. Tudo bem, rompeu, rompemos a parceria. Tudo bem, continuamos defendendo aquilo, seguramos sozinhos no peito, defendemos, fizemos a festa, autonomia do corpo, as pessoas são maior de idade, quem quiser se alugar, se vender, se vende, de forma consciente e defendemos isso até hoje” (Cláudio, 45 anos).

Como se observa pela fala do informante, o embate político de provocação para o Nuances é fundamental porque na concepção do grupo se não houver uma provocação que gere um desequilíbrio político e social, ainda que pontual, não há qualquer justificativa para a militância. Uma das estratégias do Nuances, então, é justamente uma provocação de discussão da normalidade heterossexual, bem como o combate de políticas que buscam a normalização dos homossexuais. Segundo a compreensão do grupo, grande parte do movimento homossexual brasileiro está possuída pela idéia de “heterossexualizar” as homossexualidades.

O Nuances entende que boa parte das organizações gays na atualidade está tentando se adequar às regras heterossexuais. Isso se vê presente nas reivindicações de direitos civis, anteriormente refutados pelo movimento homossexual nascente. No entendimento do

Nuances tais políticas impedem que exista um movimento homossexual coeso porque a perspectiva política das pessoas é diferente. O movimento político do Nuances também é pela sexualidade, mas não é apenas da sexualidade. É um movimento que visa a construção de cidadania, donde a sexualidade é apenas uma parte.

O grupo Nuances prima pela luta engajada com outros movimentos sociais. Tem uma participação efetiva em lutas que estão para além das questões das homossexualidades, desde os tempos do *Fora Collor*⁵⁰. Além deste, o Nuances participa da Marcha dos Sem, Grito dos Excluídos, Movimento Negro, do dia 08 de março, manifestações sindicais, etc. O grupo procura estar junto com todos aqueles movimentos de pessoas que de alguma forma ainda são excluídas, mas respaldados pela sua independência e suas pautas.

No discurso do Nuances há uma posição definida. Esta posição é a da defesa da cidadania homossexual e da autonomia destes sujeitos. Nesta perspectiva, as homossexualidades deixam de ter um caráter de vítimas passivas em uma sociedade homofóbica e passam a ser agentes combativos para a crítica desta homofobia. O Nuances faz esta crítica desde um lugar de ousadia e enfrentamento. Na arena pública. Resignificando xingamentos e os fazendo conceitos auto-declarados. Esta é uma característica peculiar, tratam-se no feminino e utilizam como adjetivos valorativos as expressões “bicha”, “viado” e “puto” recorrentes entre os homofóbicos para desqualificar os homossexuais.

Percebi o Nuances como um grupo muito aberto. Não tive qualquer dificuldade em contatar com seus integrantes e em ter acesso ao seu acervo de jornais, bem como às dependências da instituição. Mas acredito que também pode ser uma instituição que se fecha quando se sente ameaçada. O Nuances fecha-se quando corre risco de ser aparelhado pelo Estado, ou pelos políticos. O grupo não tolera uma aproximação utilitarista de sua estrutura, bem como de seu pessoal e de sua história.

Nesse sentido, me parece significativa a reflexão de outro integrante do Nuances. Francisco (34 anos) assim classifica sua organização:

“Estamos confrontando os instituídos, a norma, a sociedade, o Estado, mas ao mesmo tempo de uma forma muito ética e comprometida. Ou compromissada com a dignidade, com a vida, com a vontade. Acho que o que reúne as pessoas aqui, um pouco, é esta vontade de garantir condições de liberdade. É que as pessoas possam ter as suas margens de liberdade um pouco mais ampliadas, que elas não vivam tão cerceadas e que elas tenham o direito a escolher, a fazer coisas, a usufruir do corpo como bem entendem”.

⁵⁰ Movimento Nacional de pressão para a saída do Presidente Fernando Collor de Mello no ano de 1992. Posteriormente, o movimento ficou conhecido como os Caras-Pintadas, pois os estudantes do Brasil inteiro saíam às ruas pedindo a renúncia do Presidente com os rostos pintados com as cores de bandeira brasileira ou de preto, representando luto do Brasil frente à corrupção instalada no governo.

O caráter da livre expressão está explicitamente referido na análise de Francisco, livre expressão sexual que é uma das bandeiras fundantes desta ONG, desde os idos de 1991. Como relata o entrevistado, o Nuances caracteriza-se por ser uma instituição séria e respeitada, não apenas no Rio Grande do Sul e Brasil, mas é conhecido por suas lutas e pela seriedade de seu trabalho em vários países das América do Sul. O grupo realiza periodicamente palestras em universidades, bem como orientação de trabalhos acadêmicos sobre homossexualidades. Além disso, para dar conta de todas estas atividades lança mão de vários parceiros, tais como, outros movimentos e instituições igualmente preocupadas com a luta contra a violência e o preconceito.

Desde 2005, porém, acirra-se a cisão entre os grupos homossexuais de Porto Alegre e a cidade realiza duas “paradas gays”. Uma organizada pelo Nuances e outra pelos demais grupos. Este é mais um dos rachas que marcam o diálogo homossexual organizado na capital rio-grandense. Naquele ano, o Nuances e a Prefeitura realizaram a Parada Livre. E posteriormente foi realizada a Parada do Orgulho GLBT, envolvendo grupos do Fórum LGBT como o LEGAU (Lésbicas Gaúchas), Desobedeça GLBT, Outra Visão e SOMOS – Comunicação e Sexualidade (RODRIGUES, 2006, p.06). A coordenação do Nuances entende que as duas paradas são resultado de uma “tentativa de monopolização da causa por interesses políticos de capitalização da imagem pública por parte de alguns políticos” (Idem, p.06). Segundo Alexandre Rodrigues (2006) esta cisão se deu devido a vários fatores:

A controvérsia sobre a Parada começou depois de o Ministério da Cultura, em âmbito federal na gestão do PT, ter selecionado o grupo SOMOS para receber verbas da administração federal, do Ministério da Cultura, para projetos e para a Parada. O Nuances contestou juridicamente, mas teve seu pedido indeferido. Essa situação caracterizaria o fim da organização da Parada Livre pelo Nuances, contudo uma decisão da Prefeitura de Porto Alegre, não mais na gestão do PT, definiu o repasse de verbas para o Nuances, sem abertura de licitação para grupos de minorias sexuais (2006, p.06).

De um lado, os grupos contestam a hegemonia do Nuances frente ao movimento gay de POA. De outro, o Nuances diz que há intervenção política na Parada. O Nuances, ainda que em conflito com os outros grupos de minorias sexuais, estabelece um bom diálogo e participação em outros movimentos sociais e articula-se no sentido de um trabalho com muita visibilidade. Dentre as conquistas mais significativas deste grupo estão a regulamentação do artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre em 1994, onde foi incluída a não discriminação por orientação sexual, o que garante, pelo menos no plano formal, a livre

expressão da sexualidade em lugares públicos e privados da capital rio-grandense. Em 2000, o Nuances consegue através de denúncia contra o INSS no Ministério Público Federal a equiparação de direitos previdenciários para homossexuais e heterossexuais, decisão pioneira no Brasil, além da Lei Estadual de 2002 que garante aos casais homossexuais a regulamentação de suas uniões nos cartórios rio-grandenses.⁵¹

5.2 – A *Comunidad Homosexual Argentina* e suas estratégias políticas

Na Argentina, a minha observação e análise centram-se na Comunidad Homosexual Argentina, que é a principal organização gay do país. De imediato, manifesta-se uma diferença em relação ao Nuances. A CHA situa-se na capital do país e é a mais importante organização argentina nesta área. O Nuances não é o grupo mais antigo do país, nem o de maior representatividade no Brasil, senão no Rio Grande do Sul, nem se situa nas principais capitais brasileiras, mas numa região periférica. Assim têm-se diferenças pontuais, porém existem conexões que permitem o diálogo entre as duas organizações, como sua longevidade e políticas estratégicas peculiares.

A Comunidad Homosexual Argentina (CHA) é a primeira organização homossexual que existe na Argentina depois da última ditadura militar. Como referi no capítulo anterior, no final da década de sessenta e princípio da década de setenta existiram duas outras organizações: *Nuestro Mundo* e *Frente de Liberación Homosexual* respectivamente. A CHA é fundada no ano de 1984 na forma de uma confederação, muito semelhante à FLH da qual diversos grupos fizeram parte e discutiram as políticas de enfrentamento da homofobia e cidadania homossexual.

Para formar a CHA, juntaram-se diversos grupos que estiveram em atividade antes da Ditadura Militar (1976-1983). No período final da ditadura muitos destes grupos foram articulando-se e organizou-se a Comunidad Homosexual Argentina fundada na Boate Contramano, a mais antiga do gênero gay em atividade em Buenos Aires. *Carlos Jáuregui* y *César Cigliutti* são alguns de seus fundadores. O primeiro é considerado como o grande militante homossexual da Argentina e primeiro Presidente da CHA, o segundo é o atual Presidente da instituição. As pessoas que formaram a CHA eram muito distintas. Tinham diversas concepções de militância.

⁵¹ No último capítulo os direitos conquistados serão debatidos com maior vagar.

Diferente da FLH que tinha uma visão mais universalista da luta homossexual, ou seja, as reivindicações gays faziam parte de uma luta maior que visava transformar a sociedade através de uma perspectiva revolucionária muito em voga no final dos anos sessenta e começo dos setenta, a CHA pertence a um grupo de movimentos sociais com reivindicações de uma agenda mais específica, menos radical. Trata-se de uma agenda própria, independente, porém menos universalista e revolucionária.

Uma das razões deste afastamento de uma luta mais orgânica no campo da esquerda, por exemplo, segundo Cristian (45 anos), militante da CHA, é que *nuestra izquierda seguía siendo homofóbica, cambió con el tiempo, pero tampoco os veían como socios muy confiables a los homosexuales*. Assim, a CHA precisou buscar outros apoios e os encontrou numa estratégia midiática. A CHA pertence a um tempo que tem muita importância os meios de comunicação.

Esta organização então usa do poder da mídia para fazer notar-se e mostrar a articulação dos homossexuais rumo à conquista de direitos e a denúncia das perseguições policiais higienistas que continuam a ocorrer mesmo nos tempos de democracia no Governo de Alfonsín, o primeiro civil no poder pós-ditadura.

A CHA é fundada no ano 1984, mas as mudanças substanciais datam da década de 1990. É durante a década de noventa que a CHA vê reconhecida junto ao Governo Federal, no mandato do presidente Carlos Menén, sua condição de pessoa jurídica, ou seja, a CHA foi reconhecida como instituição no plano legal. Tal conquista não foi tranqüila, pelo contrário, fez-se após inúmeros protestos e manifestações na Argentina e no exterior.

O grupo age em diversas frentes, desde a prevenção às DST-AIDS até às discussões sobre a legalização da União Civil a nível nacional. Mas um ponto muito importante é a problemática da educação na Argentina. Segundo os militantes da CHA, esta é uma questão delicada em vista de ser gerenciada por setores conservadores ligados à Igreja Católica e que acabam por engendrar a idéia de “anormalidade” das homossexualidades. Cristian (45 anos) assim entende esta questão:

“La educación está mucho en manos todavía del tradicionalismo católico y esto lleva que la sociedad no termina de variar y de modificar en esto y en otras cosas, no solamente el tema homosexual, el tema de la sexualidad en general, en eso sigue siendo una sociedad muy conservadora y creo que deberíamos trabajar más en el tema de la educación, sobretudo ahora que hay una ley de educación sexual que ni siquiera menciona el tema de las diferencias de género, las diferencias sexuales, o sea, la palabra homosexual no se habla. No, no está contemplado”.

A CHA entende que a luta pelos direitos civis é fundamental, vide seu trabalho incessante na discussão e posterior aprovação da União Civil na cidade de Buenos Aires. Porém o grupo entende que problematizar a educação é fundamental, pois é apenas a partir deste segmento que podem ocorrer mudanças significativas na mentalidade e nas concepções de mundo da sociedade.

A CHA enfrenta muitas dificuldades em lidar com o Poder Judiciário na Argentina, porque, segundo seus integrantes, trata-se de um poder ainda muito conservador e orientado por uma moralidade cristã. Uma exceção no Judiciário é *“la Corte Suprema que cambió, con el gobierno Kirchner se modificó e incluso uno de los Ministros de la Corte es abiertamente homosexual, se modificó radicalmente la composición de la Corte Suprema, pero todas las estructuras anteriores están impregnadas de conservadorismo”* (Cristian, 45 anos).

O poder Executivo faz alianças classificadas como oportunas com os movimentos e a CHA tem acesso e bom diálogo com alguns Ministérios, como por exemplo, o Ministério do Interior, que atende muitas das reivindicações do grupo e não se mostra como um obstáculo. O Legislativo é o mais difícil de analisar em vista da diversidade de que é composto, abarca todo o tipo de representante.

Assim, como o Nuances, a CHA insere-se em outras reivindicações e busca alianças com outras ONGs e movimentos sociais. Um exemplo disso é a parceria que tem com o CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales. Este é um órgão importante e de consulta permanente que auxilia em questões legislativas e executivas, além de ser um espaço de controle de abusos e resguardo dos Direitos Humanos. A CHA também mantém contato e diálogo com as *Abuelas, Madres e Hijos* da Praça de Maio através de suas associações.

Segundo seus integrantes, a instituição trabalha na tentativa de construir uma visão transparente do político, o que se traduz em um trabalho sério e de referência que lhe confere não só uma autoridade no trato destas questões, como representatividade.

Um dos lemas da CHA, herdados de seu fundador Carlos Jáuregui, é que precisa ser uma organização de resultados, ou seja, toda ação da CHA busca algum resultado e este resultado está diretamente ligado à transformação da realidade das pessoas homossexuais. Carlos (38 anos) militante do grupo assim explica:

“Esa es una organización de resultados, resultados son a veces una ley aprobada, o presentar un proyecto que le va a discutirse aunque no se apruebe, o que se haga campañas de prevención con resultados visibles, eso, resultados tangibles. No sólo discurso. No sólo escribir en algún diario, no sólo estas cosas. Eso define un estilo para esa organización y define también la estructura de la organización”.

Segundo este informante, o que caracteriza esta organização também é uma vontade, um desejo. Uma vontade aliada a um desejo de transformação. E isso faz com que as pessoas tornem-se militantes na CHA, porque apenas o desejo não basta, é preciso a vontade de fazer. Além disso, o ativismo precisa ter a consciência de que se está a lutar pelos outros e por você mesmo, mais pelos outros do que por você, porque as mudanças pelas quais você milita talvez se realizem apenas para as futuras gerações.

Para a CHA adquire importância fundamental a questão da visibilidade. A instituição precisa ser vista. Os meios de comunicação, os políticos e a comunidade devem saber que o grupo existe, que ele é sério e que ele está trabalhando. Segundo os informantes, assim se conquista espaço na sociedade e assim se ganham condições para discutir em paridade com outros setores que dominam os espaços de poder. Carlos (38 anos) entende que

“(...) la visibilidad en eso proceso, la visibilidad institucional, la visibilidad personal, es uno de los trabajos más importantes. La construcción de la visibilidad. Entonces estos pequeños trabajos, tienen un gran valor cuando lo piensa como visibilidad. Bueno, esa conciencia es importante, esa conciencia de que cada cosa que uno hace, por más pequeña que sea es para uno a mediano plazo, o a largo plazo. Esto es importante en un perfil de activista, esa conciencia de que todo que yo haga, de uno a ora cosa, ahora o más delante es para que yo mejore, para que mis compañeros mejoren (...)”.

Nas palavras de Carlos, estão descritas as condições de percepção do ser ativista. A visibilidade para a CHA é condição fundamental, pois é ela que respalda o movimento. A visibilidade é ornada de uma construção de dignidade do militante. Esta dignidade desemboca em um processo de visibilidade. Na compreensão do grupo não se faz militância sem visibilidade.

O grupo aposta na visibilidade como estratégia de transformação. Um de seus integrantes me disse que se todas as pessoas gays de Buenos Aires manifestassem isso publicamente a sociedade teria que vê-los de forma diferente, pois seriam numericamente muito representativos. A cidade e talvez o país teria que se adaptar a essa nova realidade. Assim, segundo esta lógica, seria mais fácil aprovar novas leis e conquistar novos direitos, pois os políticos estariam vendo que poderiam obter algumas vantagens e não apenas desvantagens em defender as homossexualidades.

As homossexualidades visíveis em restaurantes, cafés, lojas, bares, mercados, cinemas, colégios e universidades mostrariam às pessoas que não se trata de casos isolados e de pessoas estigmatizadas. São pessoas comuns que freqüentam os mesmos lugares que quaisquer pessoas e que são passíveis de direitos como quaisquer pessoas, mas isso exige de cada

homossexual um rompimento com culturas familiares conservadoras e com certa comodidade do estar “en el placard” e fazer-se visível, isto é, “darse a conocer”.

Como referi acima, a CHA ganha destaque com os meios de comunicação e ela sabe aproveitar esta divulgação utilizando esta como sua principal estratégia política de visibilidade. Nos seus 23 anos de existência, o grupo conseguiu construir uma rede de relações na mídia, sobretudo com jornalistas de jornais e televisões. A longevidade da CHA transformou-a em um referente para as discussões sobre homossexualidades na Argentina. Segundo a CHA, é possível controlar o debate na televisão sobre as homossexualidades e os direitos civis. Carlos (38 anos) explica de que maneira o movimento social pauta o debate na mídia:

“Muy pocas familias que han adoptado, por ejemplo, muy pocos padres que han adoptado acceden a ir a la televisión. Porque tienen miedo. Porque saben que eso les trae problemas. Entonces nosotros vamos, hablamos con esos padres y les explicamos lo importante que es, que nosotros les llevemos a la televisión para que ellos cuenten sus problemas, la gente los escuche, y nosotros hablemos de la necesidad de que se aprueben las leyes que den pensión, adopción o herencia, o sea, nosotros llevamos los actores sociales a la televisión. Eso nos da a nosotros el poder de negociación. Estos padres que van a la televisión son gays que adoptaran como solteros, crían sus hijos en pareja. Entonces es una familia. Así controlamos el debate. Entonces, si nosotros tenemos a estas familias, nosotros podemos negociar con los periodistas, como de larga tiene que ser la nota periodística, cuanto espacio nos van a dar, cual es el tono que el diario tiene que pasar. El diario tiene que hablar bien de esa familia, o no damos la nota y además el diario tiene que dedicar una parte importante, a un psicólogo, muy conocido, o a un jurista muy conocido que hable del derecho de adopción, entonces nosotros controlamos lo que los medios dicen de nosotros, vuelvo a repetir, por que, porque tenemos a los actores sociales, tenemos a la familia, tenemos esto que los periodistas quieren y no pueden conseguir”.

Assim, na visão da organização, se controla o debate sobre homoparentalidade, por exemplo, nos meios de comunicação. Esta foi a estratégia da CHA para construir uma discussão sobre o tema que resultou na aprovação da Lei de União Civil na Cidade de Buenos Aires em 2002. O grupo entende que mais que ter dinheiro para fazer grandes manifestações, é preciso boas estratégias para com poucos recursos atingir muitas pessoas.

Dentre as muitas políticas estratégicas da instituição está a de fazer-se visível. É uma regra que a CHA precisa aparecer na mídia, ou seja, uma manifestação pública que lhe ponha em evidência em jornais e televisão pelo menos uma vez por mês. Esta prática é parte da estratégia de não cair no esquecimento, isto é, os políticos e a sociedade precisam saber que a organização está permanentemente em atividade para que tais manifestações sirvam de respaldo quando das negociações junto aos órgãos do governo e mesmo da sociedade civil para a discussão sobre leis e projetos de leis.

A CHA tem uma ampla rede de parceiros donde se destacam advogados, psicólogos, médicos e professores que ajudam a realizar muitas das políticas estratégicas da instituição e garante assessoramento a todas as pessoas que socorrem-se do grupo.

Tal como em Porto Alegre e no Brasil, o movimento homossexual na Argentina não encontra um consenso e está dividido. A causa mais recente desta divisão é a proposta de Matrimônio Civil apresentado pela Federação LGBT da Argentina, da qual a CHA não faz parte. A CHA defende em nível nacional a União Civil.

Atualmente a Comunidad Homosexual Argentina está dando assessoramento legal a mais de 1500 pessoas por ano. Realiza também assessoramento terapêutico, mantém convênios com hospitais para cirurgia de transexuais. Possui cinco psicólogos para atendimento de pacientes. Apresenta Projetos de Lei que são resultados de investigações de pesquisadores da área jurídica. Enfim, além desta estrutura toda, ainda fala diretamente com todos os deputados e senadores a fim de explicar os Projetos a serem apresentados.

Da estrutura inicial da CHA, enquanto uma federação de instituições, não resta quase nada. A nova CHA, que já tem doze anos, é uma instituição dividida por áreas de trabalho: trabalho legal, trabalho psicológico, trabalho cultural, trabalho em campanhas, área de políticas e área de investigações. Em cada área têm uma série de pessoas trabalhando, todas elas de forma gratuita e voluntária.

A instituição é composta por um grupo que varia entre 20 e 35 pessoas. Há uma reunião mensal onde são apresentados os trabalhos realizados e os projetos a serem desenvolvidos. Para fazer parte da CHA é preciso fazer uma entrevista de admissão a fim de compreender se o novo integrante tem o perfil da instituição e se o que ele busca será oferecido pela CHA. Depois é preciso participar das reuniões mensais e incorporar-se a uma das áreas de trabalho.

Nuances e CHA não são vozes únicas na luta pelos direitos dos homossexuais em suas regiões. Novas organizações têm surgido nestes espaços, algumas delas formadas por ex-integrantes destes grupos, e constroem discursos um pouco destoantes das instituições pioneiras. Analisar algumas destas instituições pode dar pistas de como existem inúmeros lugares de militância e através do aprofundamento e da elaboração de outras pautas, algumas barreiras podem ser transpostas. Para ilustrar esta questão destaco o Grupo Somos de Porto Alegre e o Grupo VOX de Rosário.

5.3 – Somos e VOX: outros discursos, outras estratégias

Neste capítulo tenho dissertado sobre os grupos homossexuais que estudei em Porto Alegre e Buenos Aires. Além de Nuances e CHA outras organizações estão realizando trabalhos significativos utilizando-se de outros mecanismos, sejam eles no campo do discurso ou das estratégias. Destaco dois destes grupos: o Somos de Porto Alegre e o VOX da cidade de Rosário, Província de Santa Fé, na Argentina, por entender que eles sintetizam outro pólo de reivindicações homossexuais.

A ligação com o Somos foi de apenas alguns dias, na maior parte deles tentando marcar uma entrevista e depois para a realização da entrevista com um de seus dirigentes, aqui chamado de Glauber (32 anos), que foi quem igualmente apresentou-me as instalações do Grupo, situado no Bairro Santana, em Porto Alegre.

O Grupo Somos – Comunicação Saúde e Sexualidade foi fundado no ano 2001, na cidade de Porto Alegre e possui nome homônimo ao do primeiro grupo homossexual reconhecido pela bibliografia e que historiei no capítulo anterior. O Grupo Somos é mais um dos grupos homossexuais que nasce de militantes das esquerdas, nomeadamente de partidos como o PT, e este grupo possui a peculiaridade de desde sua fundação tentar ser uma alternativa à política militante do Grupo Nuances. Segundo meu informante, sua entrada no Somos em 2002 relaciona-se com esta proposta: *“(...) eu não sentia que tinha espaço no Nuances, então eu me aliei, com meu companheiro da época, a gente começou a achar que era importante militar, e o Somos tava surgindo como uma coisa nova de construir mais com novos perfis e a gente começou a militar no Somos”*.

Para Glauber e seu companheiro, o Somos mostrou-se como um espaço de maior liberdade e descentralização. Nesse sentido, o Somos tenta ocupar um lugar deixado pelo Nuances, ou seja, que o Nuances não conseguiu cobrir no que diz respeito à militância. O Nuances é visto como um grupo muito radical e polêmico. Os novos grupos tentam uma militância mais dialógica, sem grandes polêmicas e contestações. O Somos foge um pouco de uma política de enfrentamento, que é a marca registrada do Nuances.

Uma crítica feita pelo Somos é a tentativa de isolamento que buscaria o Nuances, muito embora as entrevistas naquele grupo tenham mostrado o tanto de contatos e rede de relações criadas para o desenvolvimento de projetos. A fim de não trabalhar no isolamento, o Somos nasce numa perspectiva de trabalho em redes com outros movimentos homossexuais e outros movimentos sociais.

O grupo participa da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – inclusive um de seus integrantes é o representante da ABGLT para a Região Sul, ou seja, na contramão do Nuances o Somos integra-se a esta associação maior e difunde suas idéias. Na

visão do Somos, as “*redes são importantes como troca de experiência com outras organizações, mesmo fora do movimento GLBT. A gente participa do Fórum ONG-AIDS, então a gente está sempre mantendo um diálogo com outras organizações e isso pra mim é importante*” (Glauber, 32 anos).

O grupo, segundo dados da entrevista, apesar de ser bastante jovem, é composto por militantes com muita experiência. São profissionais que já atuavam em outras ONGS, o que lhes permitiu iniciar um Projeto com experiência acumulada deste trabalho. São profissionais de várias áreas que deram ao grupo uma moldura interdisciplinar. São jornalistas, relações públicas, advogados, pedagogas, estudantes.

Do ponto de vista estrutural, o Grupo tem uma direção que não é apenas formal como no caso do Nuances. Direção esta que responde pelo grupo. Os integrantes do Somos são todos voluntários, como ocorre no Grupo Nuances. O Somos tem uma diretoria central que constrói a linha política programática a ser seguida. Percebi no Somos uma estrutura mais hierárquica de construção do movimento.

A aproximação do Somos com a ABGLT se deu através do Projeto Somos, que busca articular o surgimento de novas ONGs e o fortalecimento de ONGs GLBT pelo Brasil. Os integrantes do Somos entendem que a ABGLT

“É uma instituição que tomou uma importância muito grande no Brasil nos últimos anos, justamente em razão do programa ‘Brasil sem Homofobia’⁵² foi uma das entidades que articulou todas as outras ONGs. Então a gente não pode fechar os olhos para esse trabalho que a ABGLT desenvolve: de advocacia nacional, junto ao Congresso Nacional, aos órgãos do poder executivo e que hoje a gente já tem vários projetos que a gente consegue desenvolver, com vários outros órgãos do governo federal é porque a ABGLT tem um trabalho sério em Brasília e consegue isso e a gente está contribuindo muito para esse trabalho” (Glauber, 32 anos).

As declarações do dirigente do Somos mostram que é importante uma organização GLBT nacional. Em sua opinião a ABGLT se democratizou, pois em um primeiro momento ela surgiu com um viés um pouco conservador e autoritário e foi transformando-se com o tempo, em direção a uma democratização, criando espaços e âmbitos de debate.

Com relação à realização das duas Paradas de Porto Alegre, Glauber explica as origens da divisão. Para ele, havia um consenso entre a maioria dos grupos, com exceção do Nuances, de que a *Parada GLBT de Porto Alegre*, deveria ser uma parada construída coletivamente, não da forma como ela era, onde apenas um grupo coordenava. Segundo o informante, havia

⁵² Esta temática será desenvolvida no Capítulo VI.

sido estabelecido entre os grupos e o Nuances que alguns deles seriam auxiliares na organização e que futuramente participariam da coordenação.

Este acordo não se concretizou e o Nuances seguiu organizando a Parada Livre. O Fórum surgiu para ser um órgão que organiza as ações do movimento de forma mais coletiva. Em um primeiro momento o Nuances participou, depois ele se retirou. Cada ano o projeto de organização da Parada do Orgulho GLBT de Porto Alegre é apresentado por um dos grupos participantes que se encarrega da coordenação geral do evento, auxiliado pelos demais.

A relação de Somos e Nuances é quase inexistente, segundo seu dirigente: “*a gente se ignora*”. Contudo, o Somos diz reconhecer o trabalho do Nuances, “*através de uma linha política não sei se diferente da nossa. Mas em alguns pontos a gente tem discordância, na prática, pelo menos, em algumas formas de atuar, a gente, talvez, não sei, talvez seja mais conciliador, não sei, talvez sim*” (Glauber, 32 anos). Segundo ambos os grupos, a relação entre eles já é significativamente melhor. Por caminhos diferentes, Nuances e Somos são referência ao tratar da cidadania GLBT em Porto Alegre.

Na Argentina, a *Comunidad Homosexual Argentina* é o grupo mais significativo do país, o mais antigo e o mais reconhecido no exterior. Porém, no interior argentino, alguns grupos homossexuais fazem trabalhos muito significativos. Para este trabalho, destaco o VOX Asociación Civil da cidade de Rosário, na Província de Santa Fé. Realizei duas entrevistas no VOX, uma com um integrante fundador do grupo e outro com um membro posterior.

Fazer militância no interior do país, não é o mesmo que militar em Buenos Aires. Ainda que Rosário seja uma das poucas cidades grandes da Argentina. Para o mundo exterior, divulga-se em grande medida apenas o que ocorre em Buenos Aires. Tem-se a impressão de que no interior nada acontece com relação aos direitos e à cidadania dos homossexuais. O militante do interior é artífice de um trabalho praticamente sem reconhecimento. Sólón (58 anos), assim explica a militância no interior:

“Ser activista en una ciudad del tamaño de Rosario tiene una carga muy importante para el militante. Primero, porque son las estrellas de los medios de comunicación. Aparece esta persona como si fuera el todo. Y de tras de esta persona, como el caso de Rosario, hay un montón de gente trabajando, que muchas veces no pueden dar la cara por temor de perder a su trabajo. Y eso hace también que los actos, nosotros, los actos de 28 de junio sean actos en los cuales va a muy poca gente, porque toda esta cuestión del terror y el miedo de lo que puede pasar si son vistos. Yo creo que eso es un gran factor que trabaja en las cuestiones de esas organizaciones del interior, la invisibilidad, que expone mucho a los activistas, expone muchísimo porque en una gran ciudad se pierden. En una ciudad pequeña o mediana la visibilidad es perpetua”.

O grupo VOX surgiu a partir da iniciativa de alguns militantes homossexuais que já tinham uma caminhada no campo dos direitos humanos, das homossexualidades e do combate ao HIV-AIDS. Antes de fundar o movimento social, o grupo trabalhava em uma Revista homônima na qual divulgavam a realidade gay-lésbica da cidade de Rosário. O trabalho da Revista foi significativo e cresceu a ponto de incorporar outros temas como direitos civis, direitos sociais e AIDS. Em 2001 estes militantes decidem fundar a VOX Asociación Civil.

A história de VOX remete ao ano de 1986 quando é fundado em Rosário o *Colectivo Arco-Iris*, que foi uma organização que teve reconhecimento público na defesa de gays, lésbicas e travestis. Este grupo encerra suas atividades no ano de 1998. Muitos dos militantes do Colectivo estavam cansados da militância e das discussões internas, mas já no ano de 1999 estavam escrevendo a Revista VOX. Uma revista, a princípio, com pouca circulação e poucos exemplares, e organizada de forma artesanal da qual participam poucos amigos. A Revista VOX cresceu.

VOX Asociación Civil foi a primeira entidade do gênero a ser reconhecida como organização gay da Província de Santa Fé. Depois disso, alugaram um espaço modesto onde começou a funcionar o grupo. A *Fundación Triángulo*, de Madrid, depois de uma parceria com o grupo, concedeu subsídios para a compra dos primeiros móveis. O trabalho de VOX recebeu o reconhecimento da cidade de Rosário e permitiu que o grupo crescesse. A atual sede, em uma Praça de Rosário, foi adquirida através de convênio com a *Comunidad Extremadura de España*. Segundo Sólón (58 anos), fundador do grupo, o lema de VOX é *trabalho sério e paciente*.

Hoje VOX é a organização gay mais conhecida do interior da Argentina e possui uma filial na cidade de Santa Fé. O grupo conta com muitos apoiadores: artistas, intelectuais, militantes. Participam ativamente do grupo sete pessoas. São pessoas diferentes, mas que em um momento compartilham a idéia fundamental, ou seja, a certeza de que a visibilidade e o trabalho militante são importantes para a redução do preconceito.

Ramón (28 anos), outro integrante de VOX, em consonância com o que fora dito pelos informantes de CHA, reconhece que não há unidade no discurso homossexual na Argentina. Ele vê isso de forma positiva. Entende que felizmente existem muitos discursos no campo dos direitos, o que possibilita maiores oportunidades de êxitos, uma vez que estão trabalhando em frentes diferentes. Como entende o informante, existem muitos discursos, mas dois se sobressaem. Um é o de CHA, sob a autoridade de sua longevidade e do mérito de ter conseguido a aprovação da Lei de União Civil na Cidade de Buenos Aires. De outro lado,

estão quase 20 organizações filiadas à Federação Argentina LGBT que reivindicam em nível nacional a aprovação da lei de Matrimônio Civil para homossexuais.

Desde o ano de 2005, quando se realizou em Rosário um encontro de entidades gays do Cone-Sul, foi criada a Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Esta organização tenta unificar os discursos homossexuais na Argentina. CHA não faz parte da FALGBT. Com uma crítica ao modelo centralista da CHA e de sua não representatividade dos discursos homossexuais na Argentina, a associação surge para tentar ser a voz destes grupos que estão militando ao largo do trabalho da Comunidad Homosexual Argentina. Esta entidade preocupa-se em divulgar o trabalho das entidades homossexuais realizados para além de Buenos Aires.

Participaram da fundação da federação em 2005 – cujo reconhecimento legal foi obtido em 28 de junho de 2006 – VOX Asociación Civil, FULNA, uma organização lésbica de Buenos Aires; ATTA, uma organização nacional de travestis e transexuais; a *Fundación Buenos Aires - SIDA* e *NEXO* outra organização homosexual. Com apenas dois anos de fundação, a entidade já reúne mais de 20 organizações de diferentes partes da Argentina. Entre suas principais bandeiras, está o Projeto de Lei de Matrimônio Civil para homossexuais na Argentina.

Este projeto da Federação tem amplo apoio de VOX. Para os integrantes de VOX existe uma questão ideológica por trás da aprovação do projeto. O objetivo final é a conquista da igualdade total, a igualdade plena de direitos, a cidadania plena para os homossexuais. Segundo Ramón (28 anos):

“Nosotros queremos ser ciudadanos en iguales condiciones, el mismo que el resto e creemos como muchos países ya han demostrado que la igualdad plena se obtiene con los mismos derechos, con los mismos nombres, con las mismas instituciones. Entonces, nos parece que esa idea de unión civil es una institución importante porque es una nueva forma de legalizar las uniones, de blindar protección a las nuevas formas de familia. Creemos que otorgar el matrimonio civil a las parejas de personas de mismo sex es la ley que va otorgar igualdad definitiva. Porque yo, como lesbianas, queremos tener los mismos derechos que los heterosexuales a casarnos, a optar por le casamiento, nadie obliga nadie a casarse, sólo que los heterosexuales pueden elegir, nosotros no, nosotros trabajamos por los derechos, porque más derechos dan más libertades y queremos sociedades más libres y más iguales”.

Esta opinião é consenso em VOX. Para eles, a cidadania plena só será alcançada quando os homossexuais forem visto como cidadãos de “primeira classe” e isso só ocorrerá quando possuírem os mesmo direitos “con los mismos nombres”. Sem dúvida, esta é uma das grandes divergências entre VOX e CHA. Atualmente, as duas propostas estão em discussão no

Legislativo Nacional, as propostas de União Civil, apresentada pela CHA e a de Matrimônio Civil apresentado pela FALGBT.

Para além da questão dos Direitos Civis, alguns grupos da Federação trabalham em projetos de parceria com a CHA. Projetos que dizem respeito às questões ligadas ao combate ao HIV-AIDS. A *FULANA*, por exemplo, é co-organizadora da Marcha do Orgulho de Buenos Aires, organizada pela CHA. Ramón (28 anos) diz que existe uma relação pessoal amistosa com os integrantes da CHA, relação esta de muito respeito. Para Solón (58 anos) *nosotros tenemos una relación muy cordial, pero no de hermanamiento. Una relación cordial, la respeto (CHA), afectivamente, porque el presidente de la CHA, yo lo conozco ha muchísimos años, tengo un afecto grande por César (Ciglutti), pero que tenemos diferencia en ver la cosa.*

Assim, percebe-se o respeito entre ambas as entidades, mas muitas ressalvas, muitos silêncios. Ressalvas e silêncios que são comuns ao fazer militância em qualquer movimento social, pois se trata de metodologias e estratégias diferentes.

Até este momento vimos como aqueles que se inserem nos movimentos sociais homossexuais encaram a discussão sobre a visibilidade homossexual, sobre a conquista de direitos e o combate à homofobia. Mas e de que forma os informantes não-militantes entendem estas questões? Os discursos encontram-se? Ou destoam?

5.4 – A militância vista por não-militantes

A pesquisa desta dissertação dividiu-se em dois grandes grupos: um de homens homossexuais ligados aos movimentos sociais gays no Brasil e na Argentina, e outro grupo de homens homossexuais que não participam da vida militante. Até este momento, falei sobre os homossexuais engajados e seus diferentes discursos e estratégias frente ao combate à homofobia e conquista de direitos sociais. Nesse item, discuto uma perspectiva não-militante.

Em quase todas as entrevistas, aparece a ligação do Movimento GLBT com “parada gay”, talvez por ser o momento de maior visibilidade de homossexuais, seja em números, seja em expressão e diversidade. Os informantes mostram muito desconhecimento em relação ao movimento, suas políticas e estratégias de ação. A vivência destes sujeitos passa ao largo das homossexualidades militantes. Rogério (27 anos) diz que o movimento gay nunca foi uma prioridade sua: *nunca priorizei isso né cara, nunca me dediquei a isso embora eu ache que seja muito necessário que exista um movimento de defesa dos direitos dos gays, né, dos nossos direitos.*

Na opinião de Maurício (26 anos), mais importante que os movimentos gays é a função da mídia pelo poder de alcance às diferentes classes sociais e a uma grande parcela da população:

“Eu acho que isso tá muito menos na mão dos movimentos gays, do que da mídia, por exemplo, que se veicula, numa telenovela, um homossexual de tal forma, isso pode atingir muito mais atualmente a população em geral a respeito dos homossexuais, a dona de casa, o marceneiro, enfim e que a cultura de massa vai pensar a respeito do que é homossexual. As ações dos movimentos gays aqui de Porto Alegre, por exemplo, então eu não os vejo com muito sentido. Aquela Parada Gay, assim, é meio um zoológico. Eu não acho que seja algo, ‘estamos aqui, temos orgulho do que somos’, é um grande carnaval, um grande circo assim, é um espetáculo e nesse sentido nunca fez grande sentido para mim”.

O que perpassa em muitas entrevistas, tanto de Porto Alegre como de Buenos Aires, é certa desconfiança com o Movimento Gay e com sua seriedade. Para alguns informantes os grupos gays de Porto Alegre parecem apenas grupos de festas, compostos por pessoas afeminadas e que se incorporam nestas organizações por razões aleatórias.

Esta visão de um movimento “festivo” pode ser entendida como uma percepção *a priori* que alguns entrevistados têm motivada pelo desconhecimento e distanciamento destas organizações. De outra forma, o mesmo Rogério (27 anos) admite que *se estas conquistas aconteceram foi pela luta da militância, sem os ativistas não ia acontecer nada disso. Não pense que a Marta Suplicy é boazinha e que ela foi lá e fez o projeto não sei o quê. Não, teve reivindicação do movimento para que ela fizesse isso, teve luta pra chegar até esse momento.*

Frederico (25 anos), também morador de Porto Alegre, é o primeiro que fala na militância como um fator de prejuízo para sua vida. Por isso, a vê como algo distante de sua realidade, ainda que em círculos mais restritos, entre amigos e familiares, sintasse a vontade para falar das homossexualidades e de uma “realidade” gay:

“Tu tens a tua vida profissional, tua vida privada, são vários seguimentos da tua vida e eu acho que um não deve entrar em outro...ah, ninguém sai por aí dizendo eu fiz isso, eu fiz aquilo e levantando uma bandeira, dizendo que fez por puro orgulho assim, e não é uma coisa que eu sinta um orgulho enorme, que eu tenha que ser militante e eu acho que provavelmente só atrapalharia. Eu sou um militante gay no meu círculo de relações, com as pessoas com as quais eu me relaciono, mas eu acho que eu não conseguiria falar com pessoas estranhas. A militância poderia atrapalhar a minha vida em razão do preconceito, obviamente”.

Frederico diz que com seus amigos heterossexuais ele procura mostrar as vivências homossexuais que compartilha a fim de quebrar com alguns mitos a respeito das homossexualidades, tais como a promiscuidade e a efeminação como características quase genéticas a partir de um olhar estrangeiro. O entrevistado diz tentar mostrar que a “vida gay”,

pelo menos a que ele tem acesso, pode ser uma vida corriqueira, tal como é entendida a vida de muitos heterossexuais.

Meus informantes que não participam de um grupo gay organizado entendem que os espaços de militância não são apenas dentro de um grupo ativista. De outros lugares, você pode situar-se e lutar contra a homofobia, sem necessariamente levantar a bandeira do movimento:

“Cada vez que eu converso com uma ou outra pessoa dando a elas visões diferentes das que elas têm sobre homossexualidade, que geralmente são visões deturpadas, eu to lutando contra a homofobia. Cada vez que eu digo para os meus amigos que eu não gosto de tal piada, que ela é uma piada homofóbica. To lutando contra a homofobia. Cada vez que eu converso com as pessoas e digo pra elas que todo mundo tem direito a ser feliz além da sua sexualidade, que a sua sexualidade é só a sua sexualidade, isso é uma luta anti-homofobia. Eu não to lá na praça com a bandeirinha do arco-íris, gritando, falando que é bom ser bicha, mas eu to falando com o meu grupo de pessoas e tenho certeza que eles pensam diferente hoje desde que me conheceram” (Rogério, 27 anos).

Rogério e outros informantes, na contramão do movimento homossexual organizado entendem que as transformações precisam começar por baixo, nas práticas culturais dos indivíduos, para depois de sedimentadas no cotidiano, serem transformadas em leis e outros mecanismos maiores. Os informantes compreendem que nas conversas informais e nos grupos de amigos precisam começar a germinar as novas percepções de sexualidades.

Para Maurício (26 anos), entre as razões de não ser militante está a de não identificar-se à metodologia do Nuances, no que diz respeito ao uso dos termos através da troca de gênero, como destaquei acima, bem como a ressignificação dos termos, isto é, autodefinindo-se como “bicha”, por exemplo:

“O Nuances tem muito disso sabe. Nos chamaram de puto a vida inteira, então é com esse conceito que a gente vai lidar e vai transformar a nossa imagem, mas usando estas ferramentas que são as marcas, um pouco, desta discriminação. E eu acho isso um escracho desnecessário. Eu não me identifico com isso. Eu não me identifico com essa coisa. Não é o vocabulário que eu utilize. E é com isso que eles acham que podem fazer algo, eles querem usar o mesmo vocabulário, as mesmas coisas, mas tentar construir um outro valor. Eu acho que não é necessário”.

Esta estratégia utilizada pelo Nuances já estava presente entre os primeiros grupos homossexuais brasileiros e as primeiras mídias do gênero, conforme descrito anteriormente, já se tratavam no feminino e ressignificavam os termos, como forma de desarmar os homofóbicos.

Ronaldo (33 anos) é contundente em algumas críticas ao Movimento Gay em Porto Alegre, críticas estas que justificariam sua não-militância. Para ele não existe um movimento gay, mas algumas pessoas que lutam por algumas *coisas que eu realmente não entendo*.

Segundo o informante, há diferenciações tácitas entre os próprios gays: *eu acho que esse tipo de luta não é muito válido porque na verdade o que se luta, usando um termo bem prático, é pra que as bichinhas possam se expandir, que na verdade isso não é a realidade, eu diria, da maioria dos gays.*

Esta opinião, bastante polêmica, ainda é complementada por uma crítica à *Parada Gay*, a qual o informante considera uma *palhaçada*, porque em sua opinião as pessoas estão na rua para inúmeras razões, quase todas de foro íntimo, e menos para conseguir respeito e melhores condições para os homossexuais. O informante completa: *não é com esse tipo de movimentos que vai se conseguir chegar a um ganho, não é com o Dia do Orgulho Gay que vai se conseguir alguma coisa na Justiça, com certeza, então eu acho talvez uma organização maior, com maior seriedade, conseguiria isso muito mais rápido e de uma maneira muito mais clara.*

O outro lugar de militância proposto por este informante é o do *respeito*. Segundo ele, quando há algum tipo de ofensa aos homossexuais, que ele julga não merecida, sempre discute a questão no universo do respeito aos seres humanos. Portanto, Ronaldo se diz defensor do respeito para além da sexualidade das pessoas. Contudo, como observado acima, a partir de sua própria fala, encontra certa resistência, inclusive, de aceitar e respeitar a liberdade de expressão das *bichinhas*. Essa situação mostra o quanto diversa e complexa é a questão das homossexualidades.

Já para Clayton (29 anos) a incorporação em um movimento homossexual nunca foi uma prioridade. Ele diz ter pouca informação acerca dos grupos de Porto Alegre e sabe, apenas, que há grande parcela dos gays que é contra os movimentos, mas não saberia dizer as razões, no entanto aponta algumas características possíveis desta aversão ao movimento gay na capital:

“Seria no sentido de como a coisa é exposta, eu acho que é o grande problema assim, sabe? É a maneira como se tenta chamar a atenção das pessoas, se é que é isso que se tenta fazer. É muito caricato, acho que sim. Porque a gente percebe, a mim, que sou homossexual, não me escandaliza tanto é uma coisa que chama atenção, mas eu fico pensando como é isso para o resto das pessoas, sabe? Quem não tem tanto contato com isso, sabe? Então você vai ao desfile da Parada Gay e a coisa toda gira em torno daquilo, do exagero, ou é gogo boys desfilando seminus, ou drags montadíssimas, travestis”.

Para o informante, a grande manifestação do movimento homossexual em Porto Alegre ainda é a Parada Gay. Tal evento, segundo ele, é observado por *famílias e todo mundo prestigia*, mas o Clayton entende que *é uma forma um pouco agressiva ainda, e fica*

parecendo que só existe movimento gay nesses momentos. Para o entrevistado, os movimentos GLBT deveriam ser mais visíveis no cotidiano, isto é, uma participação mais efetiva na vida da comunidade e menos estereotipada, porque segundo ele as paradas promovem os estereótipos. Clayton também potencializa suas ações em pequenos grupos e com alguns integrantes de sua família como demonstrações de luta contra a homofobia.

Esta certa distância do movimento homossexual também é bastante comum na cidade de Buenos Aires entre os informantes deste trabalho, e as razões para esta não-militância são quase sempre as mesmas. As distingo em três grupos: militância como uma questão não prioritária; não buscar uma identidade coletiva homossexual e a não identificação com os grupos homossexuais locais. Todas as entrevistas em um ou em outro momento tocavam algumas destas assertivas para justificar o não engajamento em um grupo homossexual.

Um informante que dizia não ser prioritário o ativismo, paradoxalmente, diz que lutara muito para conseguir avanços: *nosotros, los gays, luchamos por eso acá* (Ramiro, 35 anos). Para além da crítica ao movimento homossexual em Buenos Aires, que é presente, há o reconhecimento dos informantes da politização dos homossexuais o que ajuda na conquista de cidadania para a “comunidade”. O mesmo Ramiro completa: *Todos los gays ganan con eso, todos los militantes, y todas las personas en una forma general.*

O grupo mais lembrado em Buenos Aires é a CHA em vista da organização da *Marcha del Orgullo* e pelas aparições midiáticas envolvendo a instituição. Foi assim que o informante Martin (30 anos) conheceu pela primeira vez o movimento homossexual portenho. Posteriormente foi aproximando-se mais, mas sem nunca sentir-se envolvido plenamente nesta luta por uma identidade específica:

“Yo nunca sentí una cuestión así bien marcada de que quería estar peleando por una identidad homosexual. Eso creo que es mi diferencia, no mi diferencia, pero lo que haga que no haya sido militante. Pienso más en una cuestión de justicia social que abarca también eso, quizá yo me equivoqué y ahí hay que construir desde del más chiquito hasta lo más grande, pero todavía yo creo en cosas más generales que se tienen que corregir o encausar para después ir a ese punto”.

Martin reconhece o trabalho da CHA e sua seriedade, mas entende que sua luta é mais ampla e não ligada diretamente à questão homossexual. O informante, no entanto, diz que a luta contra a homofobia é também sua. Não está disposto a fazer disso uma propaganda, mas nunca esconde de que vem lhe perguntar, porque entende que sua homossexualidade não é um problema, é tão somente sua homossexualidade.

Outro informante, Lorenzo (35 anos), entende que *el movimiento homosexual acá en Buenos Aires es bastante liberal, todavía no encontró como un lugar dentro de la sociedad y*

las formas de expresarse no son las adecuadas. Bueno, porque creo que no tenemos buenos representantes que logren cosas buenas para nosotros en los trabajos, en los lugares públicos, en todos los sitios y creo que en vez de buscar eso, lo que logran es salir en marcha todavía. Lorenzo destaca as faltas do movimento homosexual e critica a organização das Marchas, mas não consegue destacar os avanços conseguidos por este mesmo Movimento.

Lorenzo (35 anos) diz lutar a cada momento contra a homofobia. E luta desde o seu lugar na sociedade e a sua maneira, fazendo-se respeitar como homossexual entre os que o rodeiam. Segundo ele, *no dejando que nos discriminen de ninguna manera.* Assim, o informante entende que as conquistas mais significativas, ainda que menos expressivas, acontecem no cotidiano, nas pequenas ações, *puediendo estar en un bar, o en un restaurante, o donde sea, y poder tomar a una persona de la mano, o poder acariciarla, como lo puede hacer cualquier persona.*

A justificativa para a não militância através do não “sentir-se” representado pelos grupos aparece também nas informações de Ezequiel (25 anos) que diz ter participado de alguns grupos, inclusive da CHA, e não conseguiu adaptar-se a uma visão que buscava justificar a homossexualidade, bem como mantinha a questão a um nível muito genital. Assim explica o informante:

“No me sentí representado en ninguno de los dos grupos. Porque no encuentro una representación natural de la homosexualidad en ellos, como los grupos en que estuve siempre se busca así como a entender por que ser homosexual y por que eso y por el otro, sin tener presente el vivir la homosexualidad y vivirla como...yo soy un ser sexual y pasa por mi sexualidad a nivel energía, no a nivel genital, este es el tema, así como queda muy presente en todos los grupos, estaba presente el tema a nivel genital, todo es genital, tiene que pasar por lo genital eso es lo que digo yo, de repente por ahí hay otra persona va a opinar totalmente diferente a mi”.

O informante fala em representação natural da homossexualidade, talvez querendo dizer que se viva as homossexualidades sem maiores explicações, sem maiores questionamentos. E critica os grupos que põem as homossexualidades em destaque no sentido de entendê-las como um problema, que precisa ser justificado. Como muitos dos informantes deste trabalho, também Ezequiel, encontra nas pequenas lutas o seu espaço de militância, sem grandes divulgações, mas conquistando algumas mudanças significativas entre seu grupo de amigos.

Em uma das muitas conversas informais com este jovem, ouvi a expressão que dá título ao trabalho: *O arco-íris (des)coberto.* Era assim que ele entendia sua homossexualidade e sua forma de engajamento nessa luta. Em alguns momentos descoberta, uma manifestação clara de sua sexualidade, quando em grupos de confiança, entre amigos gays, em festas. Em outros momentos de forma mais coberta, tendo que enquadrar-se aos sistemas maiores e que não

reagiriam bem a demonstrações públicas de homossexualidades. Jogando com estas situações é que o jovem informante diz engaja-ser na luta anti-homofobia.

Sebastian (34 anos), fazendo eco aos demais informantes, e entende que o combate à homofobia e a militância homossexual podem acontecer em outros espaços que não apenas no interior de um movimento organizado de homossexuais. Segundo ele, *se puede luchar desde del centro académico, se puede luchar desde de la escritura de libros, prefiero una cosa más colaborativa, no tanto de militancia pues no me identifico con ningún tipo de organización que pida un montón de cosas que yo no pediría*. Noto nos informantes argentinos um tom muito mais respeitoso com o movimento homossexual. Existe a não participação, mas o reconhecimento das reivindicações como sérias.

Encontro na fala de Sebastian (34 anos) uma conexão com os propósitos deste trabalho. O informante diz que *yo hago a partir de lo que yo sublimo y sobretudo a partir de lo que yo escribo y del tiempo que le dedico. Yo dedico grande parte de mi vida a pensar la homosexualidad, el amor entre hombres y a denunciar situaciones de homofobia*. De uma ou outra forma, cada um destes informantes, militantes ou não, estão engajados na luta contra a homofobia em espaços marcados por identidades regionais claramente estabelecidas e que algumas vezes podem ser o condutor destas práticas “encobertas” de militância, ainda que isso passe ao largo de questões apontadas como mais relevantes.

CAPÍTULO VI

TEMPO DE LUTAS E CONQUISTAS

Ao longo dos capítulos tenho discutido os diferentes lugares que os informantes entendem como estratégicos para sua militância. De um lado, estão os ativistas mostrando que a cena pública e a visibilidade são as formas mais efetivas e pelas quais se conseguem resultados mais palpáveis. Por outro lado, os não ativistas esclarecem que são nos pequenos grupos, entre amigos e familiares, que a militância deve ser efetiva, sem necessariamente estar na cena pública. São visões antagônicas, mas não excludentes. A militância homossexual e a reivindicação de uma identidade de minoria seria um rompimento abrupto com uma tradição na qual estão imersos.

Nesse sentido é que ganha destaque uma “micro-militância”, discreta e quase anônima, exercida através de *homossexualidades reservadas*. Ainda que a maior parte dos homossexuais nestas duas cidades esteja alheia da militância (um fenômeno recorrente em qualquer movimento social), os poucos ativistas que existem estão a encabeçar um processo de transformação bastante significativo.

As conquistas não são isoladas no movimento homossexual, mas fruto de parcerias estratégicas entre o movimento e outros setores da sociedade civil, bem como de alas progressistas dos poderes constituídos. São avanços pontuais, mas podem ser o indicativo de novos tempos, onde a homofobia excludente pode estar sendo reprimida e surgindo uma forma mais plural de ler o mundo e as pessoas que nele estão.

6.1 – A humanização do Direito

Boaventura de Sousa Santos (2003a) diz que é preciso barrar a indolência da razão, uma indolência quase míope que vê no mundo ocidental o mundo geral e que vê nos interesses hegemônicos, os conhecimentos verdadeiros. O sociólogo entende que mudanças, transformações e novos olhares diante da realidade que nos cerca são fundamentais nestes tempos de tão pouco florescimento utópico. Olhares que não estejam tão obcecados pela idéia de totalidade, nem tampouco pela idéia maniqueísta de bem e mal ou verdadeiro e falso.

No mundo da pluralidade existem muitas verdades e inúmeras possibilidades de construir o novo. Estamos a viver no meio deste turbilhão, trata-se de uma época de transição.

Transição entre uma compreensão tradicional, ultrapassada, total, para um olhar treinado, diverso e plural, que leve em conta as experiências individuais, locais e pontuais dos sujeitos.

Para tanto, é preciso olhar para além de um lugar onde tenham vez apenas as questões econômicas e a letra morta da lei. Os sujeitos precisam ser vistos e ouvidos. No caso do MERCOSUL, ainda trata-se de um bloco fundamentalmente econômico e comercial, onde uma cúpula ocupa-se da integração e milhões de pessoas observam, ou apenas tomam conhecimento de suas decisões e preparam-se para cumprir seus papéis.

Assim, a discussão sobre direitos humanos é urgente para respaldar as populações marginalizadas, sobretudo em países que até a década de oitenta viveram sob a tutela dos militares em processos ditatoriais bastante violentos. A sociedade civil acostumou-se a não participar das decisões. Deisy Ventura e Marcos Rolim entendem que os direitos humanos precisam ser olhados com mais seriedade nos países do MERCOSUL:

Nuestra región vive realidades muy significativas de violación de los Derechos Humanos que no fueron, aún, ni siquiera diagnosticadas correctamente. Aunque tengamos que relevar los diferentes niveles de acumulo ya alcanzados en cada Estado miembro, es claro que temas emergentes como (...) la conquista de la plenitud de la ciudadanía moderna de los grupos excluidos y socialmente marginados; el combate al racismo, a la homofobia y a la violencia contra las mujeres, entre tantos otros temas, deberían priorizar la construcción de una agenda concreta capaz de ir más allá de la inequívoca vocación gubernamental a favor de las declaraciones formales y de los compromisos abstractos (VENTURA e ROLIM, 2005).

Os autores sustentam a necessidade da sociedade civil participar e desenvolver o hábito de reivindicar melhores alternativas e condições para si. Assim, tais pessoas não mais estariam na condição de dependência dos governos e poderiam articular-se para que seus projetos fossem atendidos, ou que pelo menos compusessem uma agenda de prioridades. Por isso, a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul precisa ser um órgão muito respeitado e dotado de poderes representativos significativos, a fim de não ser apenas mais um órgão esvaziado por questões econômico-comerciais.

Assim, na visão de Ventura e Rolim, os Direitos Humanos não são apenas uma questão entre tantas, mas *o paradigma ético por excelência* que deveria ambientar as discussões temáticas mais importantes do MERCOSUL e a própria integração regional (Idem, p.43). Os direitos humanos aqui destacados, que segundo Hannah Arendt, não são dados, mas construídos e transformados no processo do viver, são os que dizem respeito a Declaração Universal de 1948 e reiterados pela Declaração dos Direitos Humanos de Viena em 1993.

Flávia Piovesan entende que a concepção contemporânea de Direitos Humanos tem como característica a busca de internacionalização e universalização destes direitos, a partir de sua indivisibilidade (PIOVESAN, 2002).

Segundo Carol Proner (2006), a Organização dos Estados Americanos (OEA) conta com dois órgãos que visam proteger os direitos humanos. Trata-se da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington (EUA), e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em San José (Costa Rica). A primeira é um órgão administrativo, investigatório e conciliatório. A segunda é um órgão autônomo capaz de julgar e processar Estados que desrespeitem os compromissos pactuados na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Desde o princípio dos anos 90, o MERCOSUL apresenta-se como a tentativa de um Mercado Comum entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Desde então o que há é a ampliação desta agenda comercial e aduaneira, na tentativa de incorporação dos direitos humanos. Mas isso só será possível se houver pressão social, seja por parte da sociedade civil organizada e seja pela sociedade acadêmica e científica (PRONER, 2006).

Atualmente, o MERCOSUL conta com dois espaços para tratar de direitos humanos. O Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul e a Comissão Técnica da Reunião dos Ministros de Justiça. Na primeira, diplomatas preparam decisões sobre temas não comerciais e na segunda, especialistas é que discutem as questões. Tais foros não têm poder decisório. Há também um grupo *Ad Hoc* de Direitos Humanos que leva as questões deste âmbito para as Nações Unidas. Muitos dos pareceres emitidos têm como base o *Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a promoção e proteção dos Direitos Humanos no Mercosul* (1992) (PRONER, 2006).

É importante destacar o papel da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em fins da Primeira Guerra Mundial, como um dos fatores que mais contribuíram para uma sensível humanização do Direito, ainda em curso. A criação do OIT teve como objetivo, segundo Luis Flávio Gomes (2005), *estabelecer critérios básicos de proteção ao trabalhador, regulando sua condição no plano internacional, tendo em vista assegurar padrões mais condizentes de dignidade e de bem-estar social* (p.166). Nesse sentido, o trabalhador deixa de ser apenas objeto e passa a também ser sujeito no Direito Internacional Público.

Assim, ganha destaque o direito internacional dos direitos humanos que visa proteger todos os indivíduos, sejam eles da nacionalidade que forem. É um direito do pós-guerra, em grande medida surgido para tentar minorar os estragos causados pelos regimes totalitários. Surge um sistema global de proteção aos seres humanos através de pactos e convenções

firmados por diversos países. Trata-se de uma revolução no universo do direito internacional. O ser humano passa a ocupar um dos pilares até então dominados pelos Estados. O ser humano passa a ser sujeito do direito internacional.

Desde a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789 na França, muito tem se falado em relação à proteção dos direitos humanos e do combate às barbáries. Entretanto, muitas populações seguem sendo discriminadas e excluídas das leis de defesa. Uma entre tantas populações descobertas são os homossexuais, que pelo simples fato de autodeclararem-se assim, já se vêem excluídos de 37 direitos.

Em todas as declarações, pactos, convenções, está sempre explícita uma cláusula que condena a discriminação, seja ela do âmbito que for, mas os mecanismos jurídicos ainda não são dotados de eficácia para fazer cumprir tais pressupostos e, por isso, é urgente a ação da sociedade civil mobilizada para fazer-se cumprir estes direitos, ou mesmo nomear o que ainda não está nomeado para que a defesa seja mais articulada e específica (DELMAS-MARTY, 2004).

Segundo Mireille Delmas-Marty (2003), não há uma noção verdadeira e correta de direitos humanos. Estamos falando de verdades históricas e, assim, modificáveis:

Admitir as diferenças é reconhecer que a percepção dos direitos do homem pode ser condicionada pela história e por diversos fatores de ordem política, cultural, religiosa, econômica e social e que cada homem não acede à humanidade a não ser pela mediação de uma cultura particular (p.20).

É inegável a força do mais forte, mesmo na sociedade em que vivemos. Mas é inegável também as inúmeras formas que se abrem como pólos de reivindicações dos mais fracos. O direito humanizado, que enxerga as pessoas, que enxerga os excluídos, é o direito buscado por estas populações rumo a inserirem-se no sistema em condições menos desiguais e alienantes. Este direito precisa, na visão da autora, a busca pela igual dignidade dos seres humanos, que em sua existência são por excelência sujeitos de direitos.

Esta sensível mudança de nuance do direito está em consonância com as sociedades e suas transformações. Nesse sentido, é que muitos países retiraram e estão retirando de seus principais códigos a condenação das relações homossexuais e criminalizando a discriminação por orientação sexual.

O desrespeito às homossexualidades é um fenômeno mundial. O subcontinente latino-americano, porém, ainda é um espaço marcado pelo machismo⁵³ em suas estruturas mais básicas, tal como muitos países árabes. O resultado é um sistema de organização, educação e cultura em geral absolutamente sexista. Em alguns casos, observa-se a discriminação cultural ser institucionalizada, incorporada pela legislação do país.

No caso do Estado brasileiro, em grande medida esta postura conservadora advém de sua forte tradição católica, embora hoje, este seja um país laico, o que pressupõe que a política, a justiça, a educação e outros segmentos não estão, ou não deveriam estar, sob a tutela da religião (LIMA LOPES, 2006).

José Reinaldo de Lima Lopes acredita que há uma grande confusão entre Direito, cultura e homossexualidade. Instâncias da Justiça e do Poder Legislativo firmam posição contrária aos direitos dos homossexuais amparando-se na idéia de que a homossexualidade não está prevista nas legislações brasileiras, muito menos faz parte das bases culturais ou religiosas do país. Lima Lopes responde:

Eles confundem ordem jurídica com a ordem aceitável para a maioria, o que deixa de lado o aspecto fundamental da democracia: a proteção aos direitos das minorias. Em segundo lugar, confundem o direito com uma ordem moral tradicional: dizer que algo não é aceitável porque vai contra a índole tradicional de um grupo é ignorar o caráter prescritivo e contrafático de qualquer ordem normativa. Em terceiro lugar, confundem religião e Estado: a ordem jurídica de um Estado democrático não se funda em razões religiosas de nenhum dos grupos que compõem a cidadania daquele Estado (2006, p. 24-25).

Os temas das minorias, dessa forma, não são discutidos com ênfase e seriedade no Poder Legislativo porque não interessam ao grosso dos representantes lá instituídos. Não são temas simpáticos à maioria, muito embora a Lei Maior do Brasil, que é a Constituição Federal promulgada democraticamente em 1988, é uma Constituição que a partir de vários ângulos pode ser chamada de uma Carta Avançada, porque dá conta de responder a anseios dos mais variados e está em consonância com os Direitos Humanos na medida em que veda a possibilidade de muitas discriminações.⁵⁴

⁵³ Sobre o machismo na sociedade atual, em suas faces menos visíveis ler: O machismo invisível, de Marina Castañeda (2006).

⁵⁴ Tal assertiva é corroborada ao ler o Art. 3º, IV: *promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação*. E ainda em seu Art. 7º, XXX: *proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, ou estado civil* (DIAS, 2006, pg.53).

Cito apenas um exemplo de problemas na Constituição, com relação a não proteção das minorias sexuais. O Legislador de 1988 estabeleceu na Constituição Federal que para a existência de união estável, reivindicação recorrente entre casais homossexuais, só seria possível entre um homem e uma mulher, isto é, dois homens ou duas mulheres, ainda que tenham uma relação de afeto nos moldes de uma união estável, ou até de um casamento, não podem requerer este *status* porque não é permitido pela Lei Maior. Isso encobre a discriminação e estabelece as relações entre iguais – as relações homoafetivas⁵⁵ –, como sociedade de fato sujeitas ao Direito das Obrigações e não uniões estáveis sujeitas ao Direito de Família.

Assim, além do silêncio constitucional no que tange à homossexualidade, ainda há um outro componente a destacar que é o conservadorismo de parte da Magistratura. Este segmento mais tradicional entende que os direitos reivindicados pelos homossexuais são improcedentes e mais, quando atinentes a questões que falam em “uniões estáveis”, limitam-se estas instâncias a afastar a identidade familiar, entendendo a relação como uma sociedade. Através deste posicionamento, uma série de benefícios, como direitos sucessórios, alimentos, usufruto são rejeitados devido à impossibilidades jurídicas dos pedidos.

Hoje, nada é tão complexo e diverso como o conceito de família. Ainda assim, a Magistratura continua a negar o direito ao tratamento das uniões homossexuais como entidades familiares, baseando-se no modelo de família nuclear consagrado pelo Cristianismo⁵⁶. Rainer Czajkowski, embora com uma postura um tanto relativista em relação à homossexualidade, concebe família desta forma:

A escolha por essa conduta sexual (homossexualidade) não poderá acarretar, para os envolvidos, qualquer tipo de discriminação, o que decorre do princípio de isonomia. Todavia, por mais estável que seja a união sexual entre pessoas do mesmo sexo, que morem juntas ou não, jamais se caracteriza como uma entidade familiar, o que resulta, não de uma realização afetiva e psicológica dos parceiros, mas da constatação de que duas pessoas do mesmo sexo não formam um núcleo de procriação humano e de educação de futuros cidadãos (CZAJKOWSKI *apud* DIAS, 1995).

Tal raciocínio consagra apenas ao homem e à mulher, unidos em matrimônio, a possibilidade de constituir uma família verdadeira. Só eles podem gerar a vida e a perpetuação

⁵⁵ Termo cunhado por Maria Berenice Dias. Ver DIAS (2006).

⁵⁶ A este respeito ler Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo (2005). Nesse texto, o professor Luis Mello analisa a questão familiar entre homossexuais e as discussões no âmbito do Poder Legislativo brasileiro na década de 90 quando começam os debates sobre a Parceria Civil Registrada, proposto pela então Deputada Marta Suplicy.

da espécie. Só o casal heterossexual tem condições psicológicas, segundo o doutrinador, de formar cidadãos.

O Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves revisando um processo sobre Partilha de Patrimônio a partir de uma relação homossexual no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul defende a legislação quanto ao reconhecimento legal da união estável heterossexual, mas se mostra contrário à questão no caso da homossexualidade:

Tenho que o legislador constituinte, quando cuidou de dar à união estável a feição de entidade familiar, ele não procurou proteger o amor nem os amantes, mas a família, vista como sendo a base do grupo social. A família é muito mais que a mera união de duas pessoas, ou por absurdo que possa parecer, de três pessoas que pudessem se amar, porque não estamos falando apenas em pacto ou de relação amorosa. (...) não pretendo fazer censura alguma, enquanto operador do direito. Mas não me parece que, a priori, seja este o ambiente ideal onde uma criança deve se desenvolver (CHAVES *apud*. DIAS, 2003, pg. 78-9).

O desembargador, em outro momento, diz que não consegue vislumbrar em uniões por *simples* afeto a existência de famílias já que estas têm início com o casamento, segundo o ordenamento jurídico (*Idem*. p.,80). Em outro trecho, o desembargador Chaves declara que *a união homossexual não merece especial proteção do Estado, porque, se pudéssemos, numa abstração, imaginar que a sociedade fosse toda ela constituída por homossexuais, em menos de uma geração, terminaria a humanidade sobre a Terra* (Ibidem, pg. 180).

Nesse sentido, a participação da sociedade civil organizada é fundamental para os avanços de legislações que visem amparar populações marginalizadas. É essa organização da sociedade civil, seja através de movimentos sociais, ONGs, associações de bairros e todos os diversos tipos de mobilizações que têm provocado uma transformação no mundo do Direito.

O movimento homossexual é um bom exemplo dessa organização de lutas e criação de agendas específicas e coletivas. Tal movimento tem conseguido mobilizações que começam a lhe garantir algumas vitórias jurídicas historicamente pleiteadas. Porto Alegre e Buenos Aires são cenários privilegiados de algumas destas conquistas.

6.2 – As conquistas civis em Porto Alegre

Conquistas significativas das homossexualidades na aquisição de direitos civis e em construção de uma legislação anti-homofóbica ocorrem no Rio Grande do Sul, um Estado

conhecido por uma tradição sexista e culto à virilidade de um tipo masculino e heterossexual, imortalizado na figura do gaúcho.

A uma observação preliminar, isto pode parecer um indício de transformação da sociedade em direção a tornar-se mais plural, mais solidária e que respeita às individualidades. Mas esta hipótese é bastante superficial, haja vista que não é observada esta tendência no cotidiano, onde a homofobia segue difundindo-se.

No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, este novo rumo, ou esta mudança de eixo, na direção de assegurar direitos aos gays parece estar menos relacionado a uma transformação social que exige um novo olhar da Justiça, e mais ligado às posturas individuais de alguns desembargadores, como por exemplo, a Desembargadora Maria Berenice Dias, pioneira nos assuntos atinentes à homossexualidade e a Justiça.

Em princípio, é necessário dizer que o foro específico que tratava das uniões homossexuais, quando sua existência era reconhecida, era o Direito das Obrigações, julgadas pelas Varas Cíveis. Tal fato se deve a estas relações serem percebidas, como referido acima, como meras sociedades de fato. A Justiça apenas agia diante de ordens patrimoniais, restando a divisão dos lucros em caso de separação.

Entretanto, a Justiça sul-rio-grandense foi pioneira ao reconhecer o caráter afetivo das relações homossexuais e assim definir a competência para o julgamento destas ações não mais nas Varas Cíveis, mas na Vara de Família por entender que se trata de entidades familiares. Maria Berenice Dias associa este “avanço” à diferenciação estrutural do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul:

A especialização dos juízes não atinge, como no resto do país, exclusivamente o primeiro grau de jurisdição. Além de haver varas especializadas nas comarcas maiores, também no tribunal de Justiça ocorre a divisão por matérias entre os órgãos colegiados. Assim, cada Grupo, que é composto por duas Câmaras, possui competência definida (...). A divisão de competência no segundo grau de jurisdição permite que os desembargadores procurem integrar as Câmaras cuja matéria seja de sua preferência e especialização (DIAS, 2003, p. 21-22).

A partir do entendimento da autora, esta estrutura diferenciada da Justiça no Estado permite aos magistrados a possibilidade de maior especialização o que implicaria em julgamentos mais aprofundados. O caso pioneiro que motivou toda esta discussão e posterior transformação foi uma ação impetrada na Vara de Família de Porto Alegre que buscava o

reconhecimento de direitos depois de uma separação entre um casal lésbico.⁵⁷ Levada esta questão até o Tribunal de Justiça, teve início a discussão em 1999.

Em outra decisão⁵⁸ estava em tela a união afetiva entre dois homens por mais de 15 anos. O autor buscou direitos sucessórios ou indenização por serviços prestados. O processo foi julgado improcedente pelo magistrado, sendo distribuído aos desembargadores. O Desembargador José Ataídes Siqueira Trindade julgou o recurso por analogia à união estável heterossexual e lhe deu provimento:

Aqui, entretanto, a questão é mais abrangente, porque trata de decidir-se da possibilidade ou não do reconhecimento de uma união estável entre homossexuais, já que a pretensão do apelante se funda na aplicação analógica da Lei nº 8.971/94, que regula o direito dos companheiros (homem e mulher) a alimentos e sucessão (TRINDADE *apud* DIAS, 2003, pg.37).

Em 2001 o mesmo Tribunal, pela primeira vez no país, reconheceu o direito à herança ao parceiro homossexual sobrevivente. A Justiça conseguiu perceber o afeto nestas uniões, fator que as distancia de meras sociedades de fato, ou apenas intercursos sexuais. As vê como entes familiares.⁵⁹

O que se pode considerar um avanço é que a Justiça consegue perceber que pode julgar a união homossexual por analogia à união estável heterossexual. Segundo Roger Raupp Rios⁶⁰:

A equiparação das uniões homossexuais à união estável, pela via analógica, implica a atribuição de um regime normativo destinado originalmente à situação diversa, ou seja, comunidade formada por um homem e uma mulher, mas onde a semelhança autorizada seria a ausência de laços formais e a presença substancial de uma comunidade de vida afetiva e sexual duradoura e permanente entre os companheiros do mesmo sexo, assim como ocorre em sexos opostos (DIAS *apud* RIOS, 2003, pg. 71).

Roger Rios ajuda a elucidar muitos dos julgamentos e traz para a Jurisprudência a possibilidade da analogia ao tratar das uniões homossexuais. São inúmeros os casos tratados

⁵⁷ Agravo de Instrumento nº. 599075496. Oitava Câmara Cível. Recebeu provimento unânime.

⁵⁸ Apelação Cível nº. 598362655 de 2000. Recebeu provimento unânime.

⁵⁹ Apelação Cível nº. 70001388982, Sétima Câmara Cível de porto Alegre, em 2001.

⁶⁰ Roger Raupp Rios aprofunda muitas questões acerca das homossexualidades em dois livros: O Princípio da Igualdade e a discriminação por orientação Sexual: a homossexualidade no Direito brasileiro e norte-americano (2002) e A Homossexualidade no Direito (2001). Além de coordenar um outro livro: Em defesa dos Direitos Sexuais (2007). O autor, um juiz federal, destaca-se pela abrangência de seus estudos no que tange às homossexualidades e o mundo jurídico, expondo a improcedência da discriminação das homossexualidades e a negação de direitos a estas populações.

pelo Tribunal de Justiça que asseguram direitos aos homossexuais de maneira pioneira no Brasil, servindo estas Jurisprudências de modelo para outros Estados da Federação.

Outras ações no sentido de incluir os homossexuais estão sendo tomadas, como por exemplo, o Livro de Registro de Uniões Estáveis entre Homossexuais, iniciativa do Grupo Gay da Bahia, além da conquista de benefícios previdenciários por companheiros gays, seguros obrigatórios, vistos de permanência do país para companheiros estrangeiros de um homossexual brasileiro, pensões por morte. Seguindo este princípio, algumas empresas privadas concedem a casais gays os mesmos benefícios percebidos por casais heterossexuais (DIAS, 2006, p. 56-59).

Tais discussões não chegaram aos Tribunais e não se tornaram jurisprudências por uma concessão do Poder Judiciário. Atrás de cada uma destas jurisprudências, ou mesmo das leis anti-hofóbicas, da qual Porto Alegre e o Rio Grande do Sul já são possuidores, está a ação do movimento homossexual. Em Porto Alegre é destacado o trabalho do Nuances desde a década de 90 quando consegue que a liberdade de orientação sexual e proibição da discriminação sejam inseridas na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

O Brasil discute atualmente no Congresso Nacional um Projeto de Lei que criminalizaria a homofobia e instituirá liberdade de orientação sexual no país. No Rio Grande do Sul, a militância homossexual, sobretudo de Porto Alegre, representada pelo Grupo Nuances, já alcançou esta conquista para a população GLBT ainda no ano de 2002, através da aprovação da Lei 11.872/02, que *dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências*.

Os primeiros dois artigos da Lei sancionada pelo Governador Olívio Dutra (PT) explicitam a vedação de discriminação e proteção dos homossexuais no Rio Grande do Sul:

Art.1º – O Estado do Rio Grande do Sul, por sua administração direta e indireta, reconhece o respeito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos, devendo para tanto, promover sua integração e reprimir os atos atentatórios a esta dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade, preferências sexuais, exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízos a terceiros.

§ 1º – Estão abrangidos, nos efeitos protetivos desta lei todas as pessoas, naturais e jurídicas, que sofrerem qualquer medida discriminatória, em virtude de sua ligação, pública ou privada, com integrantes de grupos discriminados, suas organizações ou órgãos encarregados do desenvolvimento das políticas promotoras dos direitos humanos.

(...)

§ 4º – Possuindo as ofensas mais de um autor, todos responderão solidariamente, seja pela reparação dos danos, seja pelo dever de evitar sua propagação ou continuidade.

§ 5º – A proteção prevista nesta lei alcança não somente ofensas individuais, como também ofensas coletivas e difusas, ensejadoras de danos morais coletivos e difusos.

§ 6º – A Administração Pública Estadual, direta e indireta, promoverá, dentre seus servidores e empregados, educação para os direitos humanos, enfatizando as situações abrangidas nesta lei.

Art.2º – Consideram-se atos atentatórios à dignidade humana e discriminatórios, relativos às situações mencionadas no artigo 1º, dentre outros:

I – a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II – proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III – praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV – preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V – preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI – praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII – a restrição a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no artigo 1º;

VIII – proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

IX – preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção, recrutamento ou promoção funcional ou profissional, desenvolvido no interior da Administração Pública Estadual direta ou indireta.

Parágrafo único – a recusa de emprego, impedimento de acesso a cargo público, promoção, treinamento, crédito, recusa de fornecimento de bens e serviços ofertados publicamente, e de qualquer outro direito ou benefício legal ou contratual ou a demissão, exclusão, destituição ou exoneração fundados em motivação discriminatória.

A Lei é muito clara. O Estado do Rio Grande do Sul deve proteger suas minorias sexuais e penalizar aqueles que os agridem através de atos homofóbicos. Para tanto, o Estado compromete-se a treinar seus agentes a partir de uma leitura sobre direitos humanos, a fim de não tornar-se mais agressivo que os agressores.

6.3 – As conquistas civis em Buenos Aires

Se Porto Alegre tem sido depositária de muitas ações inéditas que resguardam direitos dos homossexuais no Brasil, na Argentina este papel é vivido por Buenos Aires. A questão mais destacada é a aprovação da Lei de União Civil no ano de 2003 que permite a união de

casais hetero e homossexuais. Para além da Lei, uma série de discussões com relação aos direitos sexuais está sendo travada na Argentina e alguns grupos do interior, como VOX, têm logrado êxito em outras questões que amparam as homossexualidades.

A Argentina ainda vive a sombra da última ditadura. Havia toda uma política disciplinar e de “caça” aos homossexuais que fez com que esta orientação fosse ocultada e sufocada o mais possível. São os anos 90 que levam as homossexualidades definitivamente para as ruas da Argentina, em grande medida a partir de ações dos ativistas homossexuais que lutavam contra a pandemia de HIV-AIDS.

Além disso, as organizações homossexuais da Argentina, de Buenos Aires especialmente, conseguiram politizar a discussão em torno das homossexualidades e essa politização se deu no âmbito das temáticas de Direitos Humanos. Assim, integrada a esta nova agenda, as questões gays começam a discutir as políticas estatais que apenas concedem tolerância a esta orientação sexual. O movimento homossexual de posse desta nova pauta reivindicatória transcende este suposto limite (MECCIA, 2006).

A compreensão do Estado Argentino é a de que as relações homossexuais devem ser vividas no âmbito privado e essa discussão muito lhe custa em vista de suas arraigadas relações com a moralidade cristã. Todavia, os grupos ativistas reivindicam também a possibilidade de interagir no espaço público, como qualquer outro cidadão do país. Logo, as políticas compensatórias de tolerância não bastam. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa, sobretudo jornais e televisão, têm sido parceiros das organizações gays, possibilitando a visibilidade do movimento (Idem, p.54).

As organizações homossexuais têm uma série de reivindicações que se dividem por áreas. Primeiro, buscam os direitos mínimos, ou seja, a não-discriminação e a não-repressão. Depois os direitos integrais, isto é, não-discriminação, não-repressão mais os direitos civis e econômicos, do qual a Lei de União Civil promulgada pela Legislatura da Cidade de Buenos Aires é o primeiro exemplo.

Buenos Aires foi a primeira capital da América Latina a reconhecer direitos civis a casais homossexuais. A lei foi uma iniciativa da *Comunidad Homosexual Argentina* e redigida por uma juíza da Vara de Família, chamada Graciela Medina. Em dezembro de 2002, o Projeto de Lei foi aprovado na Legislatura Municipal tendo como “placar final”: 25 votos a favor e 10 votos contrários (Ibidem, p.67).

Segundo Ernesto Meccia:

La ley establece la apertura de un “registro público” exclusivo para uniones civiles, formadas “libremente por dos personas con independencia de su sexo u orientación sexual” con domicilio legal en la Capital y que estén en condiciones de probar que mantienen una relación amorosa que incluye una “convivencia estable y pública” de por lo menos dos años. De esta manera acceden a derechos tales como la extensión del beneficio de la obra social para empleados públicos municipales, licencias laborales por enfermedad de la pareja y subsidios que otorgue el gobierno porteño (Ibidem, p. 67).

Uma questão bastante significativa levantada por Meccia é a abrangência da Lei, ou seja, não abarca apenas casais homossexuais, mas casais heterossexuais também. Os gays estavam reivindicando a possibilidade de criação de uma nova instituição, a União Civil, que também lhes incluísse, mas que não fosse específica para si. A Lei tem vigência municipal, mas já no ano de 2005, a CHA apresentou na Câmara de Senadores um projeto de Lei de União Civil Nacional que inclui regras para adoção, o que levaria a uma reforma do Código Civil Argentino.⁶¹

Além disso, os ativistas gays de Buenos Aires ainda têm em sua pauta, em relação a direitos básicos a serem adquiridos, a adoção, herança, pensão, sem esquecer a generalização da possibilidade de constituir matrimônio. Porém, faltam políticas públicas para educar a população e diminuir a quantidade de violência sexista que produz o machismo. Enfim, uma educação social que não expulse gays e lésbicas de seus trabalhos porque são gays e lésbicas e políticas públicas que garantam cidadania para as travestis.

Segundo os ativistas, a Lei não é o encerramento da questão. A partir da aprovação da Lei, cabe ao Estado criar políticas públicas para que essa legislação seja conhecida e cumprida no corpo social. Na Constituição da Cidade de Buenos Aires, por exemplo, em seu Artigo 11, está muito claro o direito a ser diferente e a proibição de discriminação por orientação sexual. Essa medida é importante, mas é insuficiente. A cidade precisa estar educada para não discriminar.

Nesse sentido, as novas gerações precisam começar a conhecer a diversidade desde cedo para que não se tornem uma outra geração homofóbica. Isso se consegue através de campanhas públicas patrocinadas pelo Estado, respaldadas pelos movimentos sociais. No entendimento dos militantes não é um favor do Estado promover tais iniciativas, senão um

⁶¹ A Federação LGBT argentina apresentou recentemente um Projeto de Lei Nacional requisitando o matrimônio civil para os homossexuais.

acerto de contas com a História, uma vez que desde esse mesmo Estado partiram ações repressivas contra os homossexuais, pelo simples fato de serem homossexuais.

Como dito acima, na Argentina, como em boa parte do mundo, o movimento homossexual trabalha com pautas diversas. Nesse sentido, Buenos Aires e a CHA escolheram um caminho de maior independência, caminho seguido pelo Nuances em Porto Alegre. Todavia, alguns grupos da Argentina e mesmo de Porto Alegre buscam agrupar-se em organizações maiores. Na Argentina, esta organização é a Federação Argentina LGBT e no Brasil é a ABGLT.

Estes grupos articulados com outros grupos do Cone Sul fundaram aos 04 dias do mês de maio de 2007, em Rosário, na Argentina, durante um congresso de entidades homossexuais do Cone Sul a *Red de Organizaciones LGBT del Mercosur*. Os objetivos desta organização regional de países sul-americanos são os seguintes:

- A- participar e influir en los procesos de negociación en materia de derechos humanos y antidiscriminación por orientación sexual e identidad y expresión de género, ante el **MERCOSUR**, la **OEA**, la **ONU** y cualquier otra instancia internacional ante la que podamos acercar una posición regional en la materia.
- B- Instalar en cada país un día Nacional contra la Discriminación por Orientación Sexual y/o Identidad y Expresión de Género/ Homo/lesbo/transfobia, para el 17 de Mayo.
- C- Fortalecer a las organizaciones que la componen compartiendo, entre otras cosas, las experiencias de invocación de legislaciones internacionales en causas locales.
- D- Promover la relación de las organizaciones locales con la Cancillería local y otras instancias gubernamentales que garanticen una eficaz incidencia en la política internacional de cada país.⁶²

As organizações que fundaram esta Rede do Mercosul são o MOVILH, do Chile, a ABGLT, do Brasil, a FALGBT, da Argentina, a Red Diversidad, do Paraguai; e os grupos Colectivo Ovejas Negras e CIEI-SU, do Uruguai. A rede não tem uma sede fixa e ficou estabelecida que teria uma presidência rotativa entre os membros fundadores, cujo mandato será de seis meses. Cada país terá direito a um voto na rede, ainda que mais instituições deste país estejam integradas a ela, portanto será necessário um consenso interno na hora de votar. As organizações continentais e internacionais de Gays, Lésbicas e Transgêneros poderão participar da Rede como órgãos consultivos, com direito a voz, mas sem direito a voto.

A Rede é uma resposta da sociedade civil mobilizada através de ONGs e movimentos sociais que decidiram não esperar apenas pelas medidas estatais e organizaram-se a fim de

⁶² Informações conseguidas a partir de cópia da Ata de Fundação da Rede enviada por e-mail pelo grupo VOX de Rosário em 15 de maio de 2007.

pressionar regionalmente seus Estados no que tange à orientação sexual e aos direitos sexuais. Os grupos integrantes da Rede entendem que juntos são mais representativos e agindo em bloco têm condições na arena do Mercosul de pleitear uma postura mais simpática à causa gay por parte dos Estados membros do bloco, a fim de levar a outras instâncias, seja na OEA ou na ONU, a representação do coletivo mercosulino com relação à orientação sexual ser inserida no quadro dos direitos humanos.

A formação desta federação inaugura um novo momento das discussões de sexualidade e dos direitos humanos a nível regional e propõe uma nova perspectiva na compreensão de integração regional para além dos modelos tradicionais – estatais e econômicos, vislumbra-se uma integração social entre grupos reivindicando cidadania.

Buenos Aires e Porto Alegre situam-se em um cenário regional que não é exatamente simpático às homossexualidades, mas que dadas às conquistas e à seriedade dos movimentos sociais nessa órbita começam a “tolerar” estes “diferentes”. Metodologicamente militantes e não-militantes homossexuais têm visões distintas, muitas vezes trilham caminhos quase opostos, seus desejos de futuro, no entanto, encontram-se na esperança da construção de uma sociedade mais justa, mais plural e menos homofóbica.

6.4 – O encontro dos discursos: uma vontade de futuro

Em todas as entrevistas que realizei, a última questão era a respeito dos desejos de futuro das homossexualidades para os informantes, sejam eles militantes do movimento homossexual ou não. As respostas de um e outro grupo foram bastante assemelhadas. Os dezoito informantes, ainda que por caminhos e estratégias distintas, convergem na esperança de ver as homossexualidades menos marginais em um futuro próximo a partir das conquistas civis que começam a ocorrer.

Rogério (27 anos), informante de Porto Alegre, é otimista com relação ao futuro, mas entende as dificuldades que rondam o processo de construção de respeito às sexualidades minoritárias. O entrevistado diz sonhar com o dia em que

“a homossexualidade não precise ser um problema, ser uma inquietação, nem da academia, nem das pessoas. Que a homossexualidade passe despercebida. Que seja a sua homossexualidade. Só isso. Que não te cause um transtorno, um medo, um pânico. Que as pessoas não precisem mais passar a vida inteira escondidas porque são gays, se reprimindo, casando com mulheres que nunca vão amar. Tendo filhos que na verdade eles não queriam ter. Mas esse é um caminho longo e eu sei disso. Mas é um caminho que precisa ser iniciado. Estes são os primeiros passos. São importantes e os mais difíceis. E que as pessoas não esmoreçam. Que eu não

esmoreça. Que você não esmoreça. Que os ativistas não esmoreçam, porque do outro lado as pessoas não esmorecem. Os preconceituosos não esmorecem. Minha perspectiva de futuro é a melhor, cara, quero que aconteça o melhor para todos os gays. Cara, que esse amor berre o seu nome, porque é lindo amar homem, eu sinto amor, sinto amor por um menino e é um amor bonito, então não tem porque eu esconder. Hoje eu ainda tenho que esconder, mas um dia talvez eu não precise e eu espero que este dia chegue”.

Quando Rogério fala que os primeiros passos estão sendo dados, embora de forma implícita, está referindo-se ao trabalho do movimento homossexual, que passível de muitas críticas por parte de meus informantes, é reconhecidamente um foro importante de defesa das homossexualidades e um dos responsáveis pelo número crescente de conquistas para a população GLBT. O informante ainda faz referências à compreensão de uma homossexualidade desprovida dos adjetivos e das cargas pejorativas que a rondam ainda hoje.

As expectativas de Rogério encontram-se com as de Maurício (26 anos), outro informante de Porto Alegre, que vê nos tempos atuais uma maior abertura para falar sobre a questão e tem notado um recuo do preconceito, não obstante a preservação e regeneração de casos pontuais de homofobia:

“Acho que cada vez tem se podido falar mais sobre isso tudo, sabe e eu vejo uma evolução no sentido de cada vez estar mais público, mais vivenciado; nesse sentido acho que a sociedade começa a se acostumar muito mais, então isso permite uma outra leitura, sabe? Permite que o cara que se descobre homossexual também possa reagir de um outro jeito consigo. Talvez venham outros movimentos sociais”.

As indicações dos informantes direta ou indiretamente referem-se ao movimento homossexual. A questão da visibilidade destacada por Maurício se dá, fundamentalmente, através das “paradas gays”, bem como da criação de um circuito gay nas principais cidades do país o que possibilita um espaço de interação entre diferentes homossexualidades. É evidente que as paradas e o circuito gay não são os únicos responsáveis pela popularização das homossexualidades.

Os informantes percebem que a luta contra o preconceito não é algo a ser resolvido de forma instantânea. Entendem que se trata de um processo que exige tempo e amadurecimento por todos, homossexuais ou não. Frederico (25 anos) acredita poder existir em Porto Alegre e no Brasil um espaço de maior “naturalidade” com relação à questão gay:

“Como a gente vai estar numa geração que vai ter uma outra geração após a nossa e depois uma outra, talvez a gente passando essa coisa de menos preconceito, de desmistificação de algumas coisas em relação à homossexualidade, provavelmente vai estar caminhando para a diminuição do preconceito. Eu penso assim, que as pessoas vão ser mais abertas, assim como eu já percebi em outros lugares fora do

Brasil. As pessoas vão ser mais aceitas, sendo do jeito que for, as diferenças vão acabar caindo, porque como a gente está vendo que os gays estão se liberando mais, estão se mostrando mais ativos, as pessoas vão ver que não é um bicho de sete cabeças ser gay e que talvez daí todo mundo perceba que ser gay é uma coisa normal”.

Frederico acaba falando em normalidade. Ele deseja que um dia as homossexualidades sejam vistas como normais. Por certo, o informante não está referindo-se a uma norma, mas sim, às relações homossexuais não serem percebidas no futuro como anomalias, discrepâncias, doenças, crimes ou perversões, como foram compreendidas até pouco tempo. Entretanto, esta visão pode abrigar uma armadilha, qual seja, a dos próprios homossexuais partilharem de uma normalização de sua sexualidade segundo um padrão heterossexual da vida em sociedade. Por esta lógica, a inclusão através do direito de ser diferente deixaria de existir e os gays constituiriam um “arremedo” de heterossexuais.

A experiência de Frederico de ver outras homossexualidades fora do Brasil lhe empresta uma noção de maior abertura e sensível percepção de que o mundo realmente pode ser mais diverso. Também percebi isso quando andei pelas ruas do Bairro Soho em Londres, ou Chueca em Madrid, no Marrais em Paris, ou tantas outras cidades européias que já desenvolveram um outro olhar sobre a sexualidade. Nestes espaços observei as homossexualidades vividas como realidades corriqueiras. Heteros e homossexuais convivem tranquilamente. Há o direito de ser diferente.

A realidade vivida nestes bairros podem ser sinais de que um mundo mais diverso é possível de ser construído e que as pessoas podem conviver umas com as outras, independente de suas sexualidades. Clayton (29 anos) acredita, na esteira do que foi dito, que o preconceito não vai acabar, mas que é possível controlá-lo e começa a perceber mudanças na cidade de Porto Alegre e entre seu círculo de relações:

“Eu acredito que o preconceito vai continuar existindo. Desde que o mundo é mundo existe preconceito e vai continuar existindo. Eu acho que daqui a dez anos estas questões estarão mais solidificadas, a partir do momento que os homossexuais perceberem que se eles sofrerem um preconceito, eles vão ser amparados legalmente, e amparados que eu digo é, quem discriminar, quem faltar com respeito, vai ser de alguma forma punido. Como eu disse, há cinco anos atrás eu não chegaria pras minhas chefes e falaria que eu sou homossexual, ou pras minhas colegas de trabalho, hoje eu consegui fazer isso, e talvez daqui a dez anos a coisa seja muito mais natural do que é hoje”.

Clayton faz uma referência direta à importância da legislação para amparar as homossexualidades como garantia de efetividade da cidadania para esta população. Para o informante a existência de uma legislação que assegure direitos aos homossexuais seria um

estímulo para que as pessoas refletissem melhor sobre a questão e a despissem de um auto-preconceito, a fim de que possam viver de forma mais feliz.

Ronaldo (33 anos), crítico do movimento homossexual, das paradas e de algumas homossexualidades, entende que há por parte de alguns gays a extrapolação de certos limites que fazem com haja uma idéia distorcida das homossexualidades. Em outras palavras, o informante entende que o ideal é a vivência regrada das homossexualidades, o que alguns ativistas chamam de “homossexualidades comportadas” e que neste trabalho nomeei de *homossexualidades reservadas*. Ronaldo é o por excelência partidário das homossexualidades reservadas:

“Acho que da mesma maneira como está crescendo o número de homossexuais que tem uma vida, digamos, normal, que vive no seu trabalho, na sua família, na sua casa, administra a sexualidade, administra sua vida indiferente à sexualidade. Também há muitos gays que se deslumbram com a questão sexual. Eu acho que seria muito bom se criasse essa consciência. Não é preciso criar o dia do movimento gay, ir para o parque vestido de mulher, cantar, imitar Madonna e companhia para se conquistar um direito. Eu me sentiria, eu como gay, como pessoa, me sentiria ridículo fazendo isso. Se este for o mundo gay, então eu não sou gay, porque não me reconheço fazendo parte desse mundo. Então eu acho que a minha utopia é isso, um mundo homossexual, ou não, mas que eu me identifique, que eu não precise extrapolar, que eu não precise mudar as minhas convicções pra me identificar como fazendo parte desse mundo”.

O informante deixa muito claro que há grupos e grupos entre os homossexuais e aponta o caminho de que uma suposta homossexualidade *saudável* seria aquela que passasse despercebida diante da sociedade. Esta questão é paradoxal. Por um lado, pode demonstrar que a sociedade chega a tal ponto de solidariedade que vive tranquilamente com a diferença. Por outro lado, tende a uniformizar os comportamentos, sufocar as diferenças e criar a idéia da invisibilidade homossexual.

Como referi acima, as respostas a minha questão foram muito semelhantes. Em Buenos Aires poderia sintetizar as respostas a partir do que foi dito por Ramiro (35 anos). O informante deseja que no futuro *todas las personas sean miradas de igual, sin discriminación por cualquier persona, o por color, o forma, o opción sexual y que así todo, religión, todo*. Ramiro sonha com o mundo que Frederico apontou e que elucidei, a partir do exemplo dos bairros de Londres, Madrid e Paris.

Martín (30 anos) desejaria que as mudanças ocorressem rapidamente e que conferissem cidadania plena aos homossexuais:

“Me encantaría que fuese a corto plazo. Pero me parece que va tener que pasar bastante tiempo y lo que me imagino es una cosa integrada a todos los niveles.

Tanta diversidad, como a que uno no pueda imaginar, me gustaría eso. Es un poco romántico lo que te digo, pero a mi me gustaría eso. ¿Cual es la apuesta? Que eso, yo me voy a morir y no voy a ver, en la Argentina no voy a ver, no sé se en otro lado del mundo. Lo que yo imagino, mi ideal es ese, tanto como que no me ve en la mente, ya te vuelvo a decir, es muy romántico, pero que sí”.

Martin entende que as mudanças na compreensão da diversidade sexual passam por uma mudança cultural, uma mudança estrutural da sociedade, impulsionada pela educação. A sociedade toda precisa mudar e viver melhor. Os gays seriam mais uma população contemplada pelas transformações iniciadas através da militância e do trabalho cotidiano.

Lorenzo (35 anos) deseja para o futuro uma vida tranqüila e integrada para os homossexuais. Segundo ele, gostaria que os homossexuais pudessem desfrutar da vida que ele atualmente desfruta:

“Como lo veo a la homosexualidad en un futuro, es como yo la estoy viviendo ahora en mi pequeño mundo, en mi pequeño mundo en el sentido que tengo mi pareja, tengo mi casa, mi profesión. Me gustaría que en un futuro ver a los homosexuales viviendo su vida de otra manera, viviendo su vida a pleno y siendo una persona como cualquiera”.

Este ideal de Lorenzo é antevisto por Ezequiel (25 anos). Ele se diz encantado com a não existência de diferenciação e com o desaparecimento dos grupos militantes, mas entende a questão como muito mais complexa e duradoura:

“Yo al futuro me encantaría que no exista una diferenciación, que yo no me organice por homosexuales. Que no exista la diferencia entre heterosexuales y homosexuales. Pero no creo que eso suceda. O que no exista una marcha de homosexuales solos. Que sean totalmente parte de la sociedad, estén totalmente enterados. Y que tengan derecho a todas las cosas, que sean iguales a cualquier otra persona, que tengan los mismos derechos que cualquier otra persona y que vivan totalmente una vida así como normal. Que no existan grupos que luchen por los derechos de las minorías. Que los derechos sean para todos”.

A questão dos direitos é uma constante em todas as entrevistas na Argentina. Os informantes entendem que a dimensão de conquistas de direitos é fundamental para a cidadania GLBT. Todos discutem a respeito. No caso de Ezequiel, embora deseje, não acredita na realização de sua utopia. A razão, segundo ele, é o *fuerte machismo argentino*. Para o informante, antes de tudo, é preciso derrotar o machismo. Um machismo que tem raízes profundas no país e que ele não vê em curto prazo possibilidades de ser extirpado.

Dentre os informantes portenhos, Sebastian (34 anos) levanta uma questão que é razão de polêmica e muitas discussões entre os movimentos homossexuais. Tal assertiva diz respeito a quais são os homossexuais abarcados pelas novas legislações? Toda a população

GLBT? Ou apenas aqueles que podem ser confundidos com heterossexuais? Aqueles que não fogem a um dito padrão heteronormativo.

“Yo creo que el reconocimiento de la mayor parte de derechos será restringido a cierto sector de los gays. Bueno, creo que va haber un mayor reconocimiento a los derechos, pero siempre es restringido a aquellos que no se diferenciarían del resto, digamos, aquel que uno podría confundir en la calle con una persona heterosexual, bueno, creo que va para ese lado. Creo que también son sectores muchísimos más privilegiados que otros. Va haber nuevas formas de ritualización de la discriminación que van afectar a otros”.

Sebastian supõe que os direitos serão dos gays “politicamente corretos”, senão os direitos, pelo menos o respeito público, porque estes permanecerão invisíveis e estará se constituindo uma conquista elitista de lugar em uma sociedade que continuará hierarquizada e reservará aos homossexuais lugares de segunda categoria. Sem contar que haverá um recorte de classe muito nítido, que continuará excluindo deste processo os homossexuais pobres.

Entre os informantes que não militam em movimentos sociais homossexuais em Porto Alegre e Buenos Aires, houve o encontro dos discursos, no sentido de acreditarem no futuro melhor, entre os militantes ocorre o mesmo, muito embora, por estarem de frente para o “problema”, eles entendem que há uma dinâmica muito mais complexa e difícil de ser encarada.

Ainda assim, os informantes do Nuances entendem que é fundamental fazer um movimento político de contestação da heteronormatividade. A fala de Cláudio (45 anos) é emblemática e repleta de vontade de futuro:

“Eu acho que é fundamental assim que este movimento político que a gente faça, que ele contribua, que ele tem uma parcela de contribuição para que realmente as bichas e as sapatas saiam do armário, saiam do armário no sentido de ter mais ousadia, de não ficar mais de refém do patrão, não se vitimar, ter mais autonomia do corpo, ter clareza que ela tem o direito de exercer a sexualidade dela, não precisa ficar explicando”.

O informante passa coragem, entusiasmo e expectativa de conquistas a partir dos sujeitos. Percebe que os direitos precisam ser conquistados e nunca concedidos. Diferente da fala do Nuances que busca a autonomia e liberdade dos sujeitos, o Somos acredita que se vivem tempos de conquistas de direitos e liga a expectativa de futuro, como muitos dos informantes, a uma cidadania gay a partir dos direitos sociais e civis: *a gente está com uma boa expectativa de que a homofobia seja criminalizada, que o casamento dos homossexuais seja reconhecido. Por quê? Porque a gente faz um trabalho. O movimento está bem*

organizado. Então não é a toa que este é um processo global de reconhecimento de direitos (Glauber, 32 anos).

Entre os militantes argentinos entrevistados a tônica dos direitos é o referencial de expectativa de futuro das homossexualidades. Ela está presente nas falas da CHA e do VOX. VOX problematiza uma temática recorrente entre os militantes argentinos, qual seja, a educação. Para os militantes de VOX, bem como da CHA, é com a educação que serão sedimentadas no plano cultural as conquistas civis, para tanto será necessária uma profunda reformulação da estrutura educacional, atualmente muito atrelada a valores conservadores:

“Creo que en muy pronto en la Argentina vamos a ver avanzado hacia la legalización de las uniones en la parte que está faltando y la parte que tenemos que luchar mucho, en la educación. En la educación en la diversidad, porque creo que en la medida que no modifiquemos las percepciones culturales sobre el tema de la diversidad sexual, sobre el tema de la homosexualidad, por muchos derechos que consigamos, no vamos a lograr vencer a la homofobia, porque la homofobia se vence con educación, que es la que elimina los prejuicios, es la que desmonta los mitos que existen en relación a la homosexualidad, que es la que normaliza nuestras relaciones ante la sociedad. Es obligación del Estado trabajar para que la sociedad crezca en la diversidad y aprenda en la diversidad a respetar los derechos de todos y todas, aprender que en una sociedad diversa vivimos personas muy diferentes, pero iguales en derechos. Un poco como dice es slogan: todos iguales, todos diferentes. Somos diversos, pero tenemos los mismos derechos (Ramón, 28 años)”.

A idéia de Ramón é corroborada por Sólon (58 anos), também de VOX, que acredita em um trabalho educativo para construir no futuro a cidadania GLBT. Os informantes entendem que os direitos são fundamentais, mas de nada servirão, se não provocarem uma mudança cultural que compreenda as homossexualidades como uma entre tantas expressões sexuais. Direitos civis e educação de base parece ser a expectativa de VOX para o futuro das homossexualidades. Segundo Sólon (58 anos):

“Me parece que la problemática es muy compleja y hay distintas situaciones, pero creo que es un trabajo muy grande, todavía, y se pueden modificar la vida de gays y lesbianas y trans en las grandes ciudades, porque falta todo el interior de nuestro país, donde la situación es muy distinta. Creo que hay que cambiar la realidad del resto de nuestro país y mismo en nuestras grandes ciudades. Yo creo que ahí hay un inmenso trabajo educativo y creo que hay que trabajar en las leyes de educación para que los niños desde muy chiquititos aprendan a no ser homofóbicos. Conquistar un espacio para ir a mover el culito no es conquistar los derechos”.

Sólon entende que é preciso interiorizar o movimento, até então muito concentrado nas grandes cidades argentinas e que o trabalho educativo é de mister relevância para a construção da diversidade. Talvez, se a aposta de VOX estiver correta, consiga-se alcançar o que um informante da CHA espera para as homossexualidades, ou seja, que ela chegue a ser *nada*.

Cristian (45 anos) acredita que a sociedade onde as homossexualidades serão nada não será um lugar que ele verá, pois percebe ser um processo muito longo:

“Creo que sea una sociedad en la cual no creo vivir. Una sociedad donde ser homosexual fuese algo más y punto. Viste, o no fuese nada. No significase absolutamente nada. Pero yo dudo, porque las bases del Occidente están levantadas sobre la restricción de la homosexualidad, las raíces judeocristianas nuestras hacen muy, muy difícil que todavía la homosexualidad llegue a ser nada, llegue como diría Bazán, como decía Perlongher, disolverse en el cuerpo social de tal modo que ya no contenga toda esa intensidad política que lleva a atacarla por un lado o combatirla, o simplemente incluso a reivindicarla, que llegue un momento a que no se tenga que reivindicarla, ni combatirla, que se vaya disolviendo. Eso sería como ideal, yo no creo que eso suceda”.

O aparente pessimismo de Cristian é compreensivo na medida em que se trata de um militante e observador das homossexualidades argentinas desde muitos anos e percebe a lentidão com que as mudanças ocorreram e o tanto de preconceito que ainda recobre a cidade que para muitos é a capital gay da América Latina. Talvez seja uma opinião que reflita um cansaço, mas ainda assim uma esperança, a esperança que contamina os demais informantes, até aos mais críticos do movimento homossexual, os mais jovens inclusive. Todos, de uma forma ou outra, com suas rústicas ferramentas, ou com seu cabedal intelectual, permitem-se, romanticamente, a idealizar o dia em que as homossexualidades serão nada.

Um nada dissolvido no corpo social, um nada que reflita a igualdade na diferença, ou a diferença na igualdade, sem heteronormas, sem identidades cristalizadas, sem dogmas infundados. Certamente uma utopia. Uma utopia que lentamente começa a ousar dizer seu nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caio Fernando Abreu foi um dos maiores contistas do Rio Grande do Sul. A contracultura pulsa em suas linhas e uma denúncia da hipocrisia humana adorna suas páginas. Seus escritos são de uma crueza que nos transporta para suas histórias, fazendo-nos parte de seus cenários, seja em Porto Alegre, São Paulo ou alguma capital européia. Chamo a atenção para um pequeno conto do livro *Morangos Mofados* (2005), trata-se de *Aqueles Dois*.

Entendo que este conto encerra de maneira oportuna este trabalho. Nele o autor documenta a vida cotidiana e insinua uma possível relação homoafetiva entre dois homens e o rápido escárnio social a combatê-la. Quando o reli, pela sexta vez, tão distante de Porto Alegre, percebi que a história de Saul e Raul mais que *uma história de aparente mediocridade e repressão*, é uma história de resistência e de amor. É a diferença buscando lugar entre a norma. É a norma podando a diferença. Qualquer semelhança com a temática deste trabalho não é mera coincidência.

No texto de Caio F., dois homens encontram-se no primeiro dia de trabalho em uma repartição. Saul com 31 anos, Raul com 29 adentravam aquele novo espaço, dito por Caio F. como um *deserto de almas*, no qual duas almas especiais logo se reconheceriam. Não foi em um primeiro momento, mas as duas almas reconheceram-se e tornaram-se fraternas.

Embora as personagens tenham histórias amorosas anteriores, Abreu os documenta no texto como solitários, tinham a si próprios e depois um ao outro. Os colegas de repartição, *tuaregues* do deserto de almas, tinham famílias, referências, alguma identidade. Eles não. A aproximação começa nos encontros para o café, em rápidos cumprimentos e troca de poucas palavras. Mas eles sentiam uma incrível harmonia entre si.

A amizade desenvolve-se a ponto de encontrarem-se fora do horário de expediente e de passarem madrugadas a fio juntos, ouvindo boleros e bebendo cerveja. Estavam envolvidos um pelo outro. Caio F. apenas insinua a relação, tudo está dito nas entrelinhas, na imaginação do leitor, nada fica esclarecido no texto. Para o *deserto* à volta tudo já estava dito, os dois eram homossexuais e mantinham uma relação nefasta e pecaminosa. Cochichos, piadas, comentários começaram a surgir entre os *tuaregues*. *Aqueles dois* não entendiam e ocupavam-se do trabalho e um do outro. O ápice da estranheza foi vê-los chegando juntos, de cabeça molhada, banho tomado, depois de uma noite em que dormiram no apartamento de Raul –

Saul no sofá, apressa-se Caio F. –, eles nada perceberam dos olhares, nem mesmo das piadas. Trabalharam e foram para o cinema assistir à última sessão.

Após a morte da mãe de Raul, no reencontro daqueles dois, mãos que tocam as barbas e abraços apertados com direito a dizeres como: *não tenho mais ninguém no mundo* ou *você tem a mim agora, e para sempre*, são os momentos de maior insinuação da relação entre *aqueles dois*. Todavia, o desejo apenas se manifestaria na noite de 31 de dezembro, quando passam a “meia-noite” juntos e dormem na casa de um deles. Eles decidem dormir nus, um na cama e outro no sofá. Nenhum dorme, a fumaça do cigarro é permanente. No outro dia, olheiras. Um pensava no outro, um desejava o outro. Caio F. não confirma.

A volta ao trabalho principiava o fim. Eles foram chamados pelo chefe da repartição e em nome da moral, dos bons costumes, das relações saudáveis, eles foram sumariamente demitidos, pois mantinham uma *relação anormal e ostensiva, desavergonhada aberração, um comportamento doentio*, com uma *psicologia deformada*, segundo cartas enviadas por *Um Atento Guardiã da Moral*. Cruzaram pelo deserto, esvaziaram as gavetas, saíram juntos, sempre juntos, e não ouviram as últimas piadas dos *tuaregues*. Olharam o prédio, semelhante a um presídio e uma clínica psiquiátrica, onde estava imerso o *deserto de almas* e tomaram um táxi como que a buscar a liberdade em outras paragens. A norma, a regra, seguiu instituída na repartição, onde o *deserto de almas* era cada vez mais visível.

Ao longo destas páginas tentei problematizar as homossexualidades masculinas em cenários adversos, tais como os descritos por Caio F. em seu conto. Se Abreu falara de um universo imaginário, eu documentaria histórias vividas por dezoito pessoas de Porto Alegre, Buenos Aires e Rosário que desenvolvem diariamente estratégias para melhor conviver ou afastar-se do *deserto de almas*.

Sei que se trata de um assunto amplo e complexo. As homossexualidades masculinas por si só já seriam suficientes para uma dissertação de mestrado, ou mesmo uma tese de doutoramento. Não contente e sabendo dos riscos que corria, decidi discutir esta temática no universo das identidades regionais e dos movimentos sociais. Para tanto, Porto Alegre e Buenos Aires apresentaram-se como cenários especiais nesse sentido. Primeiro, por serem cidades de importância em um universo mercosulino. Segundo, por serem capitais de regiões onde ainda vigora uma regionalidade muito forte, o gaúcho, *o gaucho* são exemplos disso. E em terceiro lugar, por serem regiões onde o movimento homossexual tem boa visibilidade.

Cheguei a campo com a hipótese construída, fechada, de que as identidades regionais seriam as grandes responsáveis pela decisão de significativa parcela dos homossexuais não inserirem-se em um movimento ativista de minorias sexuais. Acabei por refutar esta hipótese

depois de realizado o trabalho de campo. Acredito que estava, no começo deste estudo, muito influenciado pelos meus trabalhos em Antropologia, e os estudos sobre homossexualidades no interior do Rio Grande do Sul. As identidades regionais aparecem nas falas dos informantes, inclusive dos ativistas, mas ela não se configura como a razão por excelência da opção pela não-militância. Outros fatores, como referi ao longo do texto, são responsáveis por esta decisão.

A religião cristã tem uma importância muito grande no subcontinente latino-americano. Esta religião uma aversão às homossexualidades, desde os primeiros tempos, quando aportaram na região os “civilizados” europeus. Naquele momento começa uma educação para a homofobia, educação esta que se mantém até os dias atuais. Vide, por exemplo, a enorme polêmica envolvendo o Projeto de Lei 122/2006 que propõe a criminalização da homofobia no Brasil. Este projeto encontra nas bancadas evangélica e católica seus principais opositores.

Além do fator religião, há um relacionamento muito estreito em nossos países com a repressão militar. O subcontinente é marcado por períodos de intervenção militar que foram abertamente homofóbicos e donde os valores democráticos inexisteram e as homossexualidades permaneceram no *underground*. Nesse ponto, o caso argentino é emblemático, devido à crueldade com que os homossexuais eram tratados, inclusive, recebendo atenção por parte de uma polícia especializada em reprimir homossexuais. O fator repressão como instituidor do medo faz com que as pessoas reprimam seus desejos e busquem um distanciamento de tudo aquilo que possa lembrar a prática perseguida.

O Rio Grande do Sul e a Província de Buenos Aires, excetuando-se as capitais e uma ou outra cidade, são espaços rurais e essa ruralidade tem um peso nas práticas homossexuais dos homens gays desta região. A ruralidade não se configura como uma identidade total e cristalizada, mas ela colabora para a negação, em um primeiro momento, e depois para o encobrimento e uma vivência “reservada” das homossexualidades.

A lógica dos informantes não militantes é bastante óbvia. Em um cenário que é hostil as homossexualidades, o *deserto de almas* de Caio F., as práticas homossexuais não devem ser tornadas públicas porque estas práticas seriam facilmente rechaçadas. Nesse sentido, o desenvolvimento de *homossexualidades reservadas*, através da valorização do espaço privado, dos comportamentos discretos e da busca da masculinidade hegemônica é uma tentativa complexa e articulada de resistir e driblar a homofobia social presente no espaço público.

A militância é vista por muitos informantes como desnecessária, não prioritária e depositária de questões que não lhes representam. No entanto, desde uma ótica militante

entende-se que apenas com visibilidade e militância a homofobia poderá começar a ser enfrentada e derrotada. Em um espaço onde não há um contradiscurso, o discurso da heteronorma afirma-se como dogma. Ao não ser apresentada uma alternativa à heteronorma, ela não precisa ser enfrentada, pois ela é representativa dos anseios que estão no espaço público.

O movimento homossexual apresenta-se como um movimento de resistência. Embora a resistência não seja entendida no mesmo sentido pelos diferentes grupos. De um lado, temos a visão, por exemplo, do Grupo Nuances onde há a compreensão de que a incorporação e o respeito às homossexualidades deve se dar a partir da diferença de cada um. É o conviver com as diferenças que faz a sociedade plural. De outro lado, os demais grupos, tanto Somos, CHA e VOX, cada qual com suas peculiaridades, entendem que é a partir da aquisição dos direitos civis e sociais até então negados aos homossexuais e do quais os heterossexuais desfrutam todos é que se pode conseguir a igualdade. Na visão destes grupos terem os mesmos direitos significaria tratamento igualitário.

Estas questões importantes alcançadas pela militância em parceria com setores progressistas e laicos da sociedade se dão para além dos organismos estatais que em nível de MERCOSUL não têm nenhuma política pública que contemple as demandas homossexuais – o Estado Brasileiro é uma exceção, pois desde 2004 desenvolve o programa *Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual*. Em vista disso, é relevante o surgimento da Rede GLBT do Mercosul, pois mostra a força dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada neste princípio de século XXI, com uma agenda própria de reivindicações no que diz respeito a inclusão da livre orientação sexual como um direito humano.

Ainda que não existam programas regionais para as populações GLBT, no ano de 2006, entre os dias 28 e 30 de agosto, em Brasília, durante a V Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e Estados Associados (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Chile), pela primeira vez nos quinze anos do bloco o tema da orientação sexual e identidade de gênero foi colocado na pauta dos 10 países que compõem esta articulação, bem como foi a primeira vez que a sociedade civil organizada participou deste diálogo com os governos dos Estados. Nesta reunião, uma versão em espanhol do *Programa Brasil sem Homofobia* foi lançada e poderá ser utilizado pelos demais países.

As questões, como se vê, são muitas e parece que o *deserto de almas*, ainda que de maneira muito tênue, vai transformando-se. As primeiras *dunas* começam a perder-se nos

ventos do norte que, sim, movem moinhos. Todavia, tudo ainda está por fazer-se. Neste trabalho, mostrei apenas um pequeno recorte de homens gays de duas cidades específicas, de grupos sociais específicos. Mesmo nesta pequena amostra já se pode perceber o quão complexa é a rede de problematizações que lhes envolve.

Como referi acima, minha hipótese de que as identidades regionais inibem a prática gay foi refutada. Talvez isso se deva ao grupo de informantes entrevistados. Ela poderia não ter sido refutada se o grupo fosse outro, se as cidades, ao invés de grandes metrópoles, fossem pequenos rincões, ou se por ventura meus informantes fossem pobres, negros, afeminados ou pessoas idosas. Para cada subgrupo destes, há um olhar diante do mundo e, portanto, todo um sistema de representações criado. Porém, serenamente, admito que entre meus informantes, as identidades regionais passam ao largo de suas decisões de militar ou não em um movimento ativista de homossexuais. Muito mais lhes atinge os pressupostos da vida contemporânea liberal-pequeno-burguesa, tais como trabalho, opções de lazer, estudos, comodidade.

Em derradeiro, acredito que no dia em que o Mercosul for menos um mercado e mais um processo de integração, nossos estados afinar-se-ão melhor em termos de suas políticas públicas e, inclusive, de suas questões econômicas. A questão homossexual é apenas uma delas, mas muito há que se fazer para salvar este bloco que já agoniza, estando apenas em sua adolescência, época que deveria ser de pujança deste pequeno infante. Parece que o deserto de almas que condenou Saul e Raul, não satisfeito com o defenestrar daqueles dois, agora quer espriar seus limites. À diferença do texto de Caio F., o final desta história está em aberto.

Um dia textos como o meu, que põe em tela as ditas sexualidades desviantes, perderão seu sentido, pois as homossexualidades estarão tão dissolvidas no corpo social e serão como dizia Perlongher e Bazán, *nada*, que muitos jovens gays olharão para estas páginas assustados dando *graças* por não terem vivido este tempo. Até lá, como um pretense defensor dos direitos humanos e cidadão de um Estado democrático de Direito que precisa cada vez afirmar-se como tal, entendo que é minha tarefa problematizar questões como estas que ainda causam desconforto e transtornos a um sem número de pessoas que são vítimas da homofobia de *tuaregues* perdidos em um país tropical que insistem na idéia de transformá-lo em um *deserto de almas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. **Os Dragões não conhecem o Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Caio Fernando. **Morangos Mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. “O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas culturas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BAZÁN, Osvaldo. **Historia de la homosexualidad en la Argentina**. De la Conquista de América al siglo XXI. Buenos Aires: Marea, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil sem Homofobia – Programa de combate à discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (orgs.). **Colônia**. História Geral do Rio Grande do Sul. V.1. Passo Fundo-RS: Méritos, 2006.

CASTAÑEDA, Marina. **O Machismo Invisível**. São Paulo: A Girafa, 2006.

CASTAÑEDA, Marina. **A Experiência Homossexual – explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CONNEL, Robert W. “Políticas da masculinidade”. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.º 2, jul./dez., 1995.

CRUCHAGA, Xabier Lizarraga. **Una Historia sociocultural de la homosexualidad**. Notas sobre un devenir silenciado. Ciudad del México: Paidós Mexicana, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense: 1985.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Três desafios para um Direito Mundial**. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2003.

- DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um Direito Comum**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade** – O que diz a Justiça? As pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre Homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito & a Justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- FACCHINI, Regina. “Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. In. GREEN, James; MALUF, Sônia (orgs.). **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. IFCH/AEL, v.10, n. 18/19. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FEIL, Cristóvão. **A Disneylândia de Bombachas**. Porto Alegre, 2006. Recebido por e-mail em 08 de novembro de 2006.
- FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. **A América Latina do Século XXI**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.
- FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis, MOVER/NUP, 1998.
- FORTES, Alexandre **"Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson**. Tempo social: junho/ 2006, vol.18, no.1, p.197-215.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

FRY, Peter. “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. In. **Para inglês ver**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIORGI, Gabriel. **Sueños de exterminio**: homosexualidad y representación en la literatura argentina contemporánea. Rosário, Santa Fé: Beatriz Viterbo, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do Século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GONZAGA, Sérgio. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da Literatura”. In. DACANAL, José; GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GREEN, James. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GREEN, James; MALUF, Sônia (orgs.). **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. IFCH/AEL, v.10, n. 18/19. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003.

GREEN, James. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina”. In. GREEN, James; MALUF, Sônia (orgs.). **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. IFCH/AEL, v.10, n. 18/19. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. **Homossexualismo em São Paulo e outros estudos**. São Paulo: EDUNESP, 2005.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James. “‘Quem é o homem que quer me matar’: homossexualidade, masculinidade e luta armada revolucionária nas décadas de 1960 e 1970”. In. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2006.

GUTKOSKI, Cris. “Entre banhos e beijos, a novela das oito pauta o debate”. In. MELLO, Caren. **Quando o arco-íris assombra**. Arquipélago – Revista de livros e idéias. Porto Alegre: IEL, 2006.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina** (1960-1990). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HAGUETTE, Teresa. M. F. **Metodologia Qualitativa na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. "Construção de si, gênero e sexualidade" In. HEILBORN, M.L. (org.) **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

HOWES, Robert. "João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil". In. GREEN, James; MALUF, Sônia (orgs.). **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. IFCH/AEL, v.10, n. 18/19. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003.

JACQUES, João Cezimbra. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul**. Santa Maria-RS: Editora da UFSM, 2000.

KERN, Arno Alavarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KIMMEL, Michael S. "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas" In. **Horizontes Antropológicos/UFRGS**. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS, 1998.

LEAL, Ondina Fachel. "Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha". In. ORO, Ari Pedro e TEIXEIRA, Sérgio Alves (coords.). **Brasil & França: ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. "Marcas". In. GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luiz Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós, os gaúchos 2**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1994.

MACRAE, Edward. **O militante homossexual no Brasil da "abertura"**. Tese. (Doutoramento em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MACRAE, Edward. "Em defesa do gueto". In. GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo (orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros estudos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MAESTRI, Mário. "O gaúcho era gay?". In. MELLO, Caren. **Quando o arco-íris assombra**. Arquipélago – Revista de livros e idéias. Porto Alegre: IEL, 2006.

MAUSS, M. "Técnicas corporais". In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito Internacional Público: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- MECCIA, Ernesto. **La cuestión gay**. Un enfoque sociológico. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2006.
- MELLO, Luiz. **Novas Famílias. Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MOTT, Luiz. “Homofobia no Brasil”. In. MELLO, Caren. **Quando o arco-íris assombra**. Arquipélago – Revista de livros e idéias. Porto Alegre: IEL, 2006.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. **A polêmica identidade gaúcha**. Cadernos de Antropologia N. 4. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, 1992 a.
- PADOIN, Maria Medianeira. “Cultura Rio-Grandense: o gaúcho e a identidade regional”. In. **Rio Grande do Sul: quatro séculos de História**. QUEVEDO, Júlio (org.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. “**Na batida da concha**”: um olhar antropológico sobre homossexualidade masculina no interior do Rio Grande do Sul. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFSM, Santa Maria: 2005. Mimeo.
- PECHENY, Mario. “Identidades Discretas”. In. RIOS, L.F; ALMEIDA, V; PARKER, R; PIMENTA, C; TERTO JR, V. (orgs.) **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PIOVESAN, Flávia (Org.). **Globalização Econômica, Integração Regional e Direitos Humanos**. Desafios do Direito Internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- POCAHY, Fernando (org.). **Rompendo o Silêncio**. Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teorias e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.
- PRONER, Carol. **Direitos Humanos, Políticas e Mercosul**. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2006.

RAPISARDI, Flavio; MODARELLI, Alejandro. **Fiestas, baños y exílios: los gays porteños en la última dictadura.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

RIOS, L.F; ALMEIDA, V; PARKER, R; PIMENTA, C; TERTO JR, V. (orgs.) **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde.** Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

RIOS, Roger Raupp. **A homossexualidade no Direito.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

RIOS, Roger Raupp. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual.** A homossexualidade no Direito brasileiro e norte-americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RIOS, Roger Raupp. “O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação”. In. POCAHY, Fernando (org.). **Rompendo o Silêncio.** Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIOS, Roger Raupp (org.). **Em defesa dos Direitos Sexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RODRIGUES, Alexandre Iribure. **A Parada Gay na cena GLBT: entre a luta pela inclusão e a visibilidade política.** Porto Alegre: 2006 (mimeo)

ROLIM, Marcos. **O relho e o arco-íris.** Disponível em <http://www.rolim.com.br>. Acesso em 20 de junho de 2007.

ROLIM, Marcos. **Dia do Orgulho Gay - Dia de luta pelos Direitos Humanos.** Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dfam0014.htm>. Acesso em 27 de junho de 2007.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua Socialismo na América Latina.** São Paulo: Atual, 1992.

SALESSI, Jorge. **Médicos, maleantes y maricas.** Higiene, criminología y homosexualidad en la construcción de la nación Argentina. (Buenos Aires: 1871-1914). Buenos Aires: Beatriz Viterbo Editora, 1995.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência.** Goiânia – GO: Editora da UFG, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In. **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um Discurso sobre as Ciências, Revisitado.** Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Os Novos Movimentos Sociais, a Construção da Democracia e o Papel dos Mediadores”. In. **Boletim de Ciências Sociais**, n. 48, p. 29-51, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC. 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SEBRELI, Juan José. **Historia secreta de los homosexuales en Buenos Aires**. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri – SP: Manole, 2004.

SILVA, José Fábio Barbosa da. “Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário”. In. GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. **Homossexualismo em São Paulo e outros estudos**. São Paulo: EDUNESP, 2005.

SÍVORI, Horacio Federico. **Locas, chongos y gays**. Sociabilidad homosexual masculina durante la década de 1990. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VENTURA, Deisy; ROLIM, Marcos. “Los derechos humanos e el Mercosur: uma agenda (urgente) para mas alla del mercado”. In. ESTOUP, Luis Alejandro (dir.). **Revista de Direito Internacional e do Mercosul**. Ano 9. n. 5. Buenos Aires: LA LEY, 2005.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: mapeamento e diagnóstico. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VICTORA, Ceres, KNAUTH, Daniela Riva e HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina (1900-1930)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANEXOS

ANEXO 01

DADOS DOS INFORMANTES DA PESQUISA

Informantes	Idade	Cidade	Profissão	Ativista
Rogério	27 anos	Porto Alegre	Médico	Não
Maurício	26 anos	Porto Alegre	Psicólogo	Não
Frederico	25 anos	Porto Alegre	Estudante Universitário	Não
Clayton	29 anos	Porto Alegre	Fisioterapeuta	Não
Ronaldo	33 anos	Porto Alegre	Farmacêutico	Não
Cláudio	45 anos	Porto Alegre	Professor de Educação Física	Sim
Francisco	34 anos	Porto Alegre	Psicólogo	Sim
Glauber	32 anos	Porto Alegre	Advogado	Sim
Martín	30 anos	Buenos Aires	Animador Gráfico	Não
Lorenzo	35 anos	Buenos Aires	Estilista	Não
Ezequiel	25 anos	Buenos Aires	Estudante de Desenho Digital	Não
Sebastian	34 anos	Buenos Aires	Professor e Escritor	Não
Santiago	35 anos	Buenos Aires	Arquiteto	Não
Jorge	67 anos	Buenos Aires	Contabilista e Empresário	Não
Cristian	45 anos	Buenos Aires	Escritor	Sim
Carlos	38 anos	Buenos Aires	Engenheiro Eletrônico	Sim
Ramón	28 anos	Rosário	Funcionário Público	Sim
Sólon	58 anos	Rosário	Historiador e Professor Universitário	Sim

ANEXO 02

ROTEIRO DOS INFORMANTES NÃO-MILITANTES

- 1 – Esta entrevista pode ser gravada? Você tem alguma ressalva a fazer?
- 2 – Ao final, gostaria que você assinasse o termo de consentimento de utilização destes dados para fins acadêmicos, junto à UFSM. Alguma restrição?
- 3 – Opinião sobre o movimento gay em sua cidade.
- 4 – Por que não ser militante?
- 5 – Falar sobre sua vivência homossexual.
- 6 – Contar um pouco de sua trajetória.
- 7 – Quais as barreiras que a homossexualidade enfrenta?
- 8 – Qual o papel do machismo no Rio Grande do Sul em relação à homossexualidade?
- 9 – Você está envolvido nesse processo? Como?
- 10 – De que forma podem-se ultrapassar as barreiras?
- 11 – Onde a homofobia é mais evidente?
- 12 – Você sofre discriminação por ser gay?
- 13 – A luta anti-homofobia também é sua? De que forma?
- 14 – Fale um pouco de sua rede de relações.
- 15 – Quanto às conquistas homossexuais, opine.
- 16 – Há méritos? De quem?
- 17 – Quem ganha com isso?
- 18 – Como você se posiciona frente à questão homossexual hoje?
- 19 – Há um padrão gay?
- 20 – Você tem preconceito com alguns gays? Quais?

ANEXO 03

ROTEIRO DOS INFORMANTES MILITANTES

- 1 – Esta entrevista pode ser gravada? Você tem alguma ressalva a fazer?
- 2 – Ao final, gostaria que você assinasse o termo de consentimento de utilização destes dados para fins acadêmicos, junto à UFSM. Alguma restrição?
- 3 – Tempo de militância?
- 4 – Por que ser militante?
- 5 – Contar sobre sua trajetória.
- 6 – Falar sobre a organização do grupo.
- 7 – Há um perfil de militante?
- 8 – Há unidade no discurso gay militante? Por quê?
- 9 – Quais as grandes barreiras que o movimento homossexual enfrenta?
- 10 – Há uma tensão entre identidade regional e os gays?
- 11 – Há diálogo entre o movimento homossexual do Brasil e da Argentina? Por quê?
- 12 – O Estado é parceiro do movimento homossexual?
- 13 – Há avanços na luta homossexual? Quais? Como?
- 14 – O que ainda falta para os homossexuais?
- 15 – Há diálogo entre o movimento homossexual e outros movimentos sociais?
- 16 – Quais as peculiaridades do seu grupo?
- 17 – Quais as razões da pouca militância?

ANEXO 04

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu....., portador do documento de identidade....., fui entrevistado pelo Mestrando Guilherme Rodrigues Passamani, em atividades integrantes do processo de construção de sua Dissertação de Mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil e autorizo a utilização das informações por mim dadas para este processo.

Porto Alegre, março de 2007.

Nome e Assinatura do Entrevistado